



FORUM

UNIVERSIDADE DO MINHO

CONSELHO CULTURAL



Conselho de Direcção

Maria Eduarda Keating

Presidente do Conselho Cultural

António Armando Sousa

Arquivo Distrital de Braga

Elísio Maia Araújo

Biblioteca Pública de Braga

José Viriato Capela

Casa Museu de Monção

José Sousa Teixeira

Centro de Estudos Lusíadas

Miguel Bandeira Duarte

Museu Nogueira da Silva

Manuela Martins

Unidade de Arqueologia

Orientador Gráfico

Luís Cristóvam

Compositor Gráfico

Maria Alice F. Marquês Soares

Editor

Conselho Cultural da Universidade do Minho

E-mail: ccultural@reitoria.uminho.pt

Largo do Paço

4704-553 Braga

Portugal

Periodicidade

Anual

Impressão / Acabamentos

Sersilito – Empresa Gráfica, Lda

Tiragem

300 exemplares

Depósito Legal

N.º 15998/87

ISSN

0871-0422

Capa

António Augusto Pereira. "Incêndio do
Palácio de D. José de Bragança, 1866".
Coleção particular.

3	<i>Eduarda Keating</i>	Editorial
---	------------------------	------------------

7	<i>Manuela Martins Jorge Ribeiro Fernanda Magalhães Raquel Martínez Peñin</i>	Braga na Antiguidade Tardia. As novas expressões construtivas
21	<i>Elísio Maia Araújo Rosa Cunha</i>	Pular os muros do Palácio
41	<i>Victor de Sá</i>	Apostilas à Biografia
69	<i>Eduardo Pires de Oliveira</i>	O incêndio do palácio de D. José de Bragança (15 de Abril de 1866)
83	<i>José Viriato Capela</i>	Ramón Villares Historiador. Ensaísta “Figura da Nacion” da Cultura Galega e Portuguesa
95	<i>José Manuel Mendes</i>	mais tarde

OS 30 ANOS DO CONSELHO CULTURAL

105	<i>Ana Gabriela Macedo</i>	Na comemoração dos 30 anos do Conselho Cultural da Universidade do Minho – uma “parábola” laica e livresca
109	<i>António Armando Sousa</i>	O Arquivo Distrital de Braga: celebração e mudança
115	<i>Henrique Barreto Nunes</i>	Biblioteca Pública de Braga 1976/2009: Luzes e sombras
133	<i>Elísio Maia Araújo</i>	Biblioteca Pública de Braga: 175 anos a preservar a memória, promover a cultura e o conhecimento
143	<i>Aníbal Augusto Alves</i>	Conselho Cultural da Universidade do Minho – 30 anos

149	<i>Virgínia Soares Pereira</i>	Centro de Estudos Lusíadas 2010-2014 “Da cultura lusíada no mundo”
157	<i>José Teixeira</i>	Cultura e (efi)Ciência
163	<i>Carolina Leite</i>	Uma exceção com regra: o Museu Nogueira da Silva da Universidade do Minho. Alguns episódios
169	<i>Carlos Alberto do Lago Cruz Corais</i>	Em forma de relatório
177	<i>Maria Helena Trindade</i>	Trinta anos de Conselho Cultural da Universidade do Minho. Um apontamento sobre o MNS
181	<i>Miguel Duarte Bandeira</i>	Um futuro hoje!
187	<i>Francisco Sande Lemos</i>	A Unidade de Arqueologia e a consolidação do Projecto de Salvamento e Estudo de <i>Bracara Augusta</i>
193	<i>Manuela Martins</i>	Reflexões sobre a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM): passado, presente e futuro
199	<i>Licínio C. Lima</i>	Conselho Cultural (1986-2016): realizações, incertezas, potencialidades

DOCUMENTAÇÃO & VÁRIA

207	<i>Henrique Barreto Nunes</i>	Prémio Victor de Sá de História Contemporânea – 24.ª edição
209	<i>Duarte Manuel Freitas</i>	Memorial de um complexo arquitetónico enquanto espaço museológico: Museu Machado de Castro (1911-1965)

Editorial



Coube-me presidir ao Conselho Cultural da UMinho num tempo de grandes mudanças na Universidade Portuguesa, de profunda transformação jurídico-legal da UMinho e em tempo de restrições orçamentais severas a nível nacional, com convulsões profundas no mundo e alterações nunca vistas a nível internacional. Assim, o quadro não parecia animador.

Como é por todos sabido, nos tempos de austeridade e mudanças estruturais, a cultura é sempre a primeira a ser sacrificada, esquecida, negligenciada porque há que valer ao mais urgente e inadiável, à sobrevivência.

A UMinho tinha já uma forte tradição de inovação, nomeadamente na própria estrutura matricial que havia adotado na sua génese. Esta flexibilidade estrutural permitiu-lhe criar um Conselho Cultural – e viver largos anos como a única Universidade com uma estrutura cultural centralizada, diretamente dependente da Reitoria e articulando-se com todas as estruturas culturais da Universidade. Isto permitiu desenvolver fortemente esta área, com contributos muito distintos que iam do Arquivo Distrital à Unidade de Arqueologia, dos Museus às Bibliotecas. A Universidade tinha sido privilegiada com uma herança patrimonial riquíssima que enquanto Universidade nova soube enquadrar, integrar e modernizar, de forma ímpar, criando as Unidades Culturais.

Era pois grande a minha responsabilidade. Os meus antecessores tinham sabido *levar a carta a Garcia* de forma sábia – recordo aqui o Prof. Lúcio Craveiro da Silva, primeiro presidente do Conselho Cultural e seu principal obreiro e, mais recentemente a minha colega Ana Gabriela Macedo, a quem substituí no cargo e que de forma tão inovadora soube dar ao Conselho Cultural uma contemporaneidade que a todos agradou. Tinha do meu lado uma equipa de colaboradores extraordinária, com vasta experiência e conhecimento da Universidade e do seu entorno.

O desafio de levar a efeito iniciativas que, ligadas de formas diversas à arte e à cultura, viessem a dinamizar o complexo do Largo do Paço, afinal não foi difícil de desenvolver. A excecional abertura com que contámos dos agentes culturais de Braga e Guimarães, bem como de outros bem mais distantes, sempre disponíveis para acolher as nossas propostas de parceria, foi muito motivadora e gratificante. Permitiu constituir associações que suportaram financeiramente eventos que de outro modo não poderíamos realizar.

O acolhimento e as propostas de colaboração que Escolas, Institutos e Departamentos de dentro da Universidade foram colocando, permitiram dar visibilidade à dimensão cultural das diversas temáticas científicas e pedagógicas, articulando centros de investigação, departamentos e Unidades Culturais e afirmando na prática o papel eminentemente cultural da Universidade no seu todo.

O trabalho bem próximo com os estudantes, nomeadamente com a Rádio Universitária – RUM – levando a efeito iniciativas conjuntas, tem sido igualmente uma constante que, me congratula destacar.

As instituições que de norte a sul do país solicitam a itinerância de algumas das exposições que levamos a cabo ou nos convidam para sermos seus parceiros em lançamentos de livros, organização de conferências, atividades culturais de diversa índole, têm aberto a oportunidade de afirmar e ver reconhecida a qualidade da nossa aposta, constituindo outro grande estímulo.

O trabalho desenvolvido com autonomia no contexto de cada Unidade Cultural, tão qualificado como específico, atingiu uma velocidade de cruzeiro dada a maturidade de cada uma das Unidades – graças à dedicação dos seus

dirigentes e funcionários, que nunca se pouparam a esforços para que com recursos financeiros muito parcos se fizessem grandes obras e se participasse em iniciativas que têm feito a diferença, prestigiando o nome da Universidade do Minho no país e no estrangeiro.

O financiamento atribuído pela Direção Regional da Cultura Norte para a construção do novo edifício do Arquivo Distrital de Braga é um bom exemplo de reconhecimento da qualidade do trabalho desenvolvido por esta Unidade Cultural.

Tal como o é o número de projetos que a Unidade de Arqueologia tem visto financiados e em que é chamada a participar a nível nacional e internacional. A recente atribuição de um espaço condigno – o Convento de S. Francisco – para ser sua sede permanente – é aliás um bom exemplo deste reconhecimento.

A dinâmica do Museu Nogueira da Silva na preservação das suas coleções e na organização de iniciativas da mais diversa índole constitui uma presença permanente da Universidade no centro da cidade de Braga, atraindo consistentemente públicos diferenciados.

Saliente-se também a adesão de públicos alargados às iniciativas da Biblioteca Pública de Braga, na procura de dar a conhecer o seu riquíssimo espólio, assim como a produção literária de grande nível, sempre constante do Centro de Estudos Lusíadas.

E ainda a interface com a Galiza, protagonizada pela Casa Museu de Monção, nas suas diversas iniciativas, que permite aprofundar na vertente cultural as excelentes relações da Universidade do Minho com as Universidades galegas, em desenvolvimento também noutras áreas de atividade da Universidade.

Tudo boas razões para ver este ano de celebração dos 30 anos do Conselho Cultural com um olhar positivo e de esperança no futuro. Será esse um futuro de continuidade nos grandes projetos do Conselho Cultural – as suas Unidades Culturais, já firmadas, francamente consolidadas e com projetos sempre novos, garantia da sua dinâmica e vitalidade. Será esse um futuro de prestígio relativamente ao Prémio Victor Sá de História Contemporânea, sediado no Conselho Cultural há 25 anos e que ganhou tal identidade e consistência que marca a

nível nacional, anualmente, a vida de jovens académicos/investigadores que nele veem a possibilidade de uma chancela de confirmação e notoriedade para a sua carreira. Será esse um futuro também para a FORUM – Revista do Conselho Cultural, que independentemente do formato que possa ter, é sede da unidade na diversidade que caracteriza este Conselho – que não está fechado a acolher novos projetos, outras Unidades Culturais, nomeadamente em Guimarães, onde a Universidade não é de todo alheia ao pulsar da vida cultural.

Num tempo de grandes mudanças, restrições e condicionamentos, o desafio à criatividade torna-se mais forte e o Conselho Cultural tem sabido responder e adaptar-se de forma adequada aos novos tempos.

Estou portanto muito confiante no futuro.

Eduarda Keating

Presidente do Conselho Cultural

Braga na Antiguidade Tardia. As novas expressões construtivas

Manuela Martins*

Jorge Ribeiro**

Fernanda Magalhães***

Raquel Martinez Peñin****

Resumo

Este trabalho pretende dar a conhecer as novas expressões urbanísticas e construtivas, datadas da Antiguidade Tardia, detetadas nos espaços abandonados do teatro romano de *Bracara Augusta*, bem como na sua envolvente, em resultado das escavações que aí têm sido realizadas pela UAUM desde 2012. Localizado a poente do *forum*, o teatro romano foi construído nos inícios do século II, juntamente com umas termas públicas anexas, tendo sido implantado numa área que correspondia ao remate da plataforma mais alta da cidade romana. Após o seu abandono, no século IV, parte da estrutura terá sido desmontada, tendo alguns dos seus espaços sido reutilizados nos séculos V-VII como áreas habitacionais ou artesanais. A natureza das estruturas identificadas e a sua datação tardo antiga tornam este setor da cidade num local privilegiado para analisar a evolução urbana ocorrida numa área nobre da cidade que acabou por ser totalmente abandonada na Alta Idade Média.

* Professora Catedrática do Departamento de História da UMinho; Responsável da UAUM.

** Bolseiro de Pós-Doutoramento da FCT (SFRH/BPD/79511/2011); Lab2PT e UAUM.

*** Bolseira de Investigação (PTDC/HIS-ARQ/121136/2010); Lab2PT e UAUM.

**** Bolseira de Pós-Doutoramento da FCT (SFRH/BPD/78538/2011); Lab2PT e UAUM.

1

Introdução

As investigações arqueológicas realizadas na cidade de Braga, desde 1976, no âmbito do ‘Projeto de Bracara Augusta’, permitem hoje conhecer com bastante rigor as características do tecido urbano e da construção da cidade romana alto-imperial, bem como a sua evolução no Baixo-Império (Martins, 2009; Martins et al., 2012). Menos conhecida é a evolução da cidade na Antiguidade Tardia e na Alta Idade Média, períodos de profunda transformação das características urbanas e construtivas, constatada pela arqueologia, mas ainda de difícil valorização conjunta (Fontes et al., 2010; Martins e Ribeiro, 2013). No entanto, a arqueologia documenta que à extensa e florescente cidade do século IV, com cerca de 48 hectares de área intramuros, sucede uma não menos dinâmica cidade nos séculos V e VI, que regista um bom ritmo de importações e uma intensa atividade construtiva. De facto, a instalação dos Suevos na região não significou qualquer colapso da vida económica e cívica da cidade, que persistiu, muito embora se tenha desenvolvido uma nova centralidade na área da atual Sé catedral, onde se edificou o complexo episcopal, registando-se igualmente o paulatino abandono dos anteriores espaços e edifícios públicos romanos, sem funcionalidade no novo quadro ideológico formalizado pelo Cristianismo (Fontes, 2009; 2015).

O registo arqueológico documenta que amplos setores da cidade mantêm nos séculos V/VII a estrutura organizacional da antiga *urbs* romana, de matriz ortogonal, com os seus eixos viários e quarteirões quadrados, onde nos séculos anteriores se haviam instalado ricas *domus* de peristilo, que atingirão, no século IV, a sua máxima opulência. Nos séculos seguintes algumas dessas *domus* podem ter mantido a sua estrutura, persistindo ocupadas pelas elites urbanas. No entanto, a arqueologia documenta processos de fragmentação das anteriores áreas habitacionais, que descaracterizam a planimetria das *domus*, sugerindo novos possesores, mas, sobretudo, novos modos de vida que se instalam no espaço urbano bracarense. A cidade conheceu também novas dinâmicas construtivas, que afetaram sobretudo áreas correspondentes a anteriores espaços e edifícios públicos, que são progressivamente abandonados, como aconteceu com o teatro romano que terá deixado de funcionar

no século IV. A desafetação e parcial desmontagem deste último edifício e o abandono das termas públicas, nos inícios do século V, converteram este setor monumental da antiga cidade romana de *Bracara Augusta* numa área periférica, onde paulatinamente se foram fixando construções de carácter residencial e artesanal, que parasitam as anteriores estruturas romanas.

Assim, ao contrário do que aconteceu noutros setores da extensa área urbana da cidade baixo-imperial, onde persistiu a estrutura da antiga cidade romana, a área envolvente do teatro vai conhecer uma nova dinâmica urbanística e construtiva, durante toda a Antiguidade Tardia, cuja característica dominante reside no seu carácter iminentemente orgânico. Uma vez desafetados os equipamentos públicos, estes não só forneceram abundante matéria-prima para novos edifícios, como se constituíram como estruturas de apoio e contenção de novas construções. Estamos assim perante uma área onde se ensaiaram novos processos construtivos que documentam a dinâmica dos núcleos urbanos tardo-antigos na Península Ibérica.

2

Braga na Antiguidade Tardia

Entre finais do século III/ inícios do IV *Bracara Augusta* torna-se capital da nova província da Galécia, criada por Diocleciano, sendo dotada de uma poderosa muralha, com torreões, com um perímetro de 2300m que cerca uma área urbana com cerca de 48 ha (Martins et al., 2012). A arqueologia documenta que cidade do século IV conheceu amplas remodelações dos edifícios públicos e privados, sendo possível identificar igualmente uma intensa atividade económica que se associa ao novo protagonismo político da cidade. Por outro lado, o registo arqueológico aponta para que a instalação dos Suevos na região, nos inícios do século V, não tenha perturbado o dinamismo da cidade, que permanece ocupada na sua maior extensão, constatando-se uma persistência de importações que registam a continuidade das relações atlânticas precedentes, bem como das oficinas de produção local de cerâmica e de vidro.

Tal como vem sendo reconhecido noutros centros urbanos da Hispânia a arqueologia demonstra a continuidade do traçado urbano clássico na Antiguidade Tardia, o qual será progressivamente marcado pelo Cristianismo, a principal força legitimadora do poder na parte ocidental do Império desde o ano 336. De facto, a cristianização da sociedade e o aumento do poder dos bispos, cada vez mais influente, acabarão por influenciar a evolução da topografia urbana, que começa lentamente a transformar-se, entre os séculos V-VII. Também a diminuição do papel político e lúdico das cidades, em benefício do seu papel predominantemente episcopal e fiscal, contribui para essa transformação, conduzindo ao abandono de espaços e edifícios públicos e à reconfiguração de novas centralidades urbanas (Kulinowsky, 2004). Em Braga este processo de mudança inicia-se a partir do século IV, com o abandono do teatro, acentuando-se na primeira metade do V com o fim do funcionamento de vários complexos termas (Martins, 2005). Por outro lado, a construção da primeira basílica cristã, situada na área intramuros e periférica da cidade, datada de inícios do século V, irá condicionar a evolução urbana dos séculos posteriores, uma vez que aí se edificará o complexo episcopal bracarense, que criou um novo polo de poder (Fontes et al., 1997-98; Fontes, 2009; 2015).

A tendência registada a partir do século IV para a desafetação dos clássicos espaços de poder, como o foro e de grandes edifícios ligados ao ócio, como as termas e os edifícios de espetáculos, criará, entretanto, áreas intramuros onde se instalam novas construções de carácter habitacional, artesanal ou mesmo agrícola. Em Braga este processo encontra-se assinalado na área envolvente do teatro romano, edifício desafetado no século IV, onde a partir do século V assistimos ao aparecimento de novas construções com diferentes funcionalidades (Martins et al., 2015).

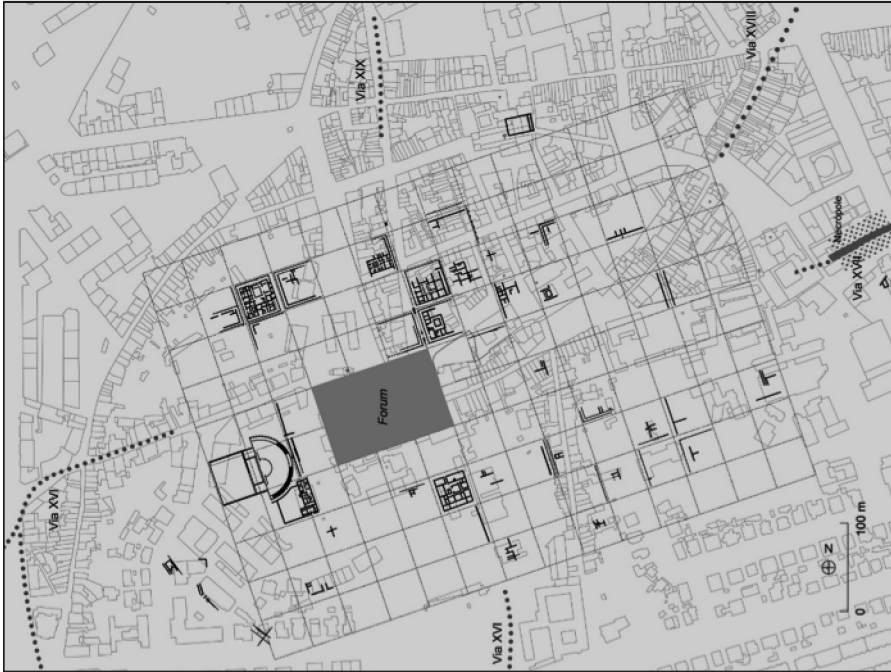


Figura 1 – Malha urbana de *Bracara Augusta* no Alto Império com localização do teatro.

3

As construções tardo antigas da área do teatro

O teatro romano de *Bracara Augusta*, construído nos inícios do século II, juntamente com umas termas públicas anexas, ocupou um espaço privilegiado da cidade, situando-se a oeste do *forum* (Martins et al., 2013; 2015). A construção dos dois edifícios originou uma primeira transformação urbanística deste setor da cidade, uma vez que a sua implantação implicou a desafetação de quatro eixos viários e o arrasamento de construções prévias. O fim do ciclo de vida de ambos os edifícios, datado do século IV/inícios do V, determinou a instalação neste setor da cidade de construções de cariz diverso, documentadas nas escavações que têm vindo a ser conduzidas no local, no âmbito do estudo do teatro, em curso desde 2004.

Até ao momento foram identificadas quatro unidades construídas com cronologia tardo-antiga. Uma delas localiza-se no *parascaenium* norte do teatro e as outras na plataforma superior norte do teatro, tendo sido detetadas em 2006 e intervencionadas desde 2012. Neste trabalho daremos conta de três dessas construções que designaremos, respetivamente, como unidades construídas 1 (UC1), 2 (UC2) e 3 (UC3) (Martins et al., 2015).

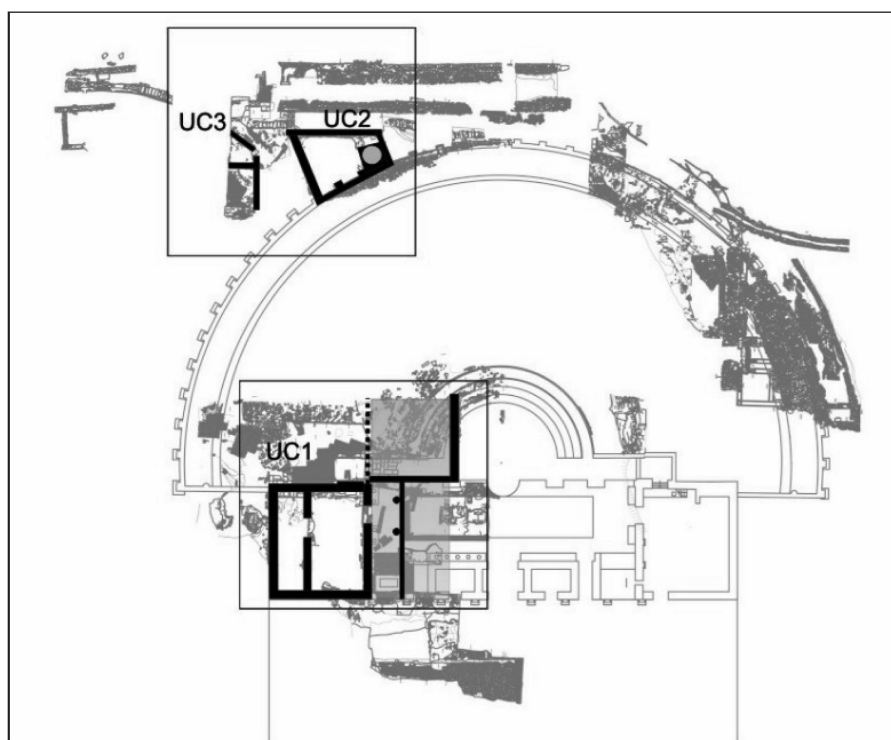


Figura 2 – Planta do teatro com localização das áreas correspondentes às unidades construídas tardo antigas.

Unidade construída 1 (UC1)

A totalidade da área correspondente ao *parascaenium* norte do teatro foi utilizada em época tardo antiga por uma construção que pode ser datada entre os séculos V e VII. Esta estrutura reutilizou parte dos muros do teatro, tendo sido

erguidos outros novos que ajudaram a formalizar um novo espaço. Entre os novos muros destacamos aquele que fechou a anterior passagem entre o *aditus* e o *parascaenium*, na zona das escadas. Igualmente encerrado foi o espaço entre os silhares centrais que definiam as alas da basílica. A formalização deste novo espaço doméstico implicou o desmonte da parede sul do *parascaenium*, pelo que presumimos que o novo espaço se estendia para além desse limite, integrando parte do *hyposcaenium* do teatro. A nova construção estaria organizada em dois espaços, possuindo um piso de terra batida, compacta, que revelou elementos de mós manuais. Sobre o solo foram identificados vários elementos arquitetónicos, que supomos originários da frente cénica do teatro, reaproveitados para sustentar a cobertura de um possível alpendre.

A instalação desta unidade construída articula-se com o entulhamento do *hyposcaenium* do teatro, destinado a regularizar o solo. No seu interior foram encontrados vários elementos de arquitetura, designadamente um capitel coríntio de granito e uma base de coluna. Por outro lado, é possível associar a esta mesma construção alguns dos vestígios detetados na *orchestra*, em particular um murete, que terá funcionado como estrutura de contenção, permitindo elevar a cota do solo.

É difícil de precisar a funcionalidade desta unidade construída, muito embora a natureza dos materiais arqueológicos associados pareça apontar para a sua possível utilização habitacional. Por outro lado, as suas características conferem-lhe alguma qualidade construtiva, resultante da utilização dos muros do teatro, bem como algum cuidado estético resultante da reutilização de colunas da anterior frente cénica.

Unidade construída 2 (UC2)

Na área adjacente ao muro perimetral do teatro, no quadrante nordeste e numa cota bem superior, foram identificadas outras unidades construídas que revelam características técnicas e funcionais distintas da UC1. Destacamos, em particular a UC2 que corresponde a uma estrutura de planta trapezoidal, que se anexa ao muro perimetral do teatro, usado como alicerce da parede oeste da construção (Fig. 2). Na verdade, os trabalhos arqueológicos realizados evidenciaram uma destruição intencional do muro de fachada do teatro e dos

respetivos contrafortes, estruturas que foram integradas na construção tardo antiga. Assim, ao contrário do que se verifica com a UC1, que manteve os eixos dominantes da *scaena* do teatro, herdeira do traçado ortogonal anterior, a UC2 adapta-se de forma orgânica às pré-existências e à morfologia do terreno.

A nova construção exibe uma área de sensivelmente 67 m² tendo sido realizada com muros baixos, assentes em terra, constituídos por blocos pétreos irregulares de xisto que suportariam paredes de madeira e de argamassa, sendo o piso de terra batida, bastante compacta. Os derrubes deste compartimento revelaram uma reduzida quantidade de fragmentos de *tegulae*, facto que leva a supor que a cobertura seria constituída por materiais perecíveis, certamente suportada por uma estrutura de madeira.

A funcionalidade deste espaço é facilmente deduzida pela presença de um forno que denuncia o seu uso artesanal. A estrutura assenta num embasamento de pedra de planta quadrangular, com paredes de granito e xisto, que se encontra sobrelevado a 1 m acima do solo. Os vestígios preservados do forno correspondem à sua base circular, com cerca de 2m de diâmetro, feita de tijoleiras. A cobertura não se conservou, mas deveria ser feita de tijoleiras, tal como o denuncia uma das fiadas que se preservou, revestidas de argamassa de argila, encontrada em depósito sobre o lastro da estrutura, incorporando um grande número de fragmentos de tijolos. A boca do forno situava-se no lado norte, tendo a delimitá-la duas pedras dispostas ao alto.

Unidade construída 3 (UC3)

A outra construção conhecida (UC3) foi apenas parcialmente escavada, desconhecendo-se a sua funcionalidade. Dela são conhecidos apenas três muros que formalizam dois compartimentos. Um deles é aparentemente quadrangular, contactando com um outro, de forma mais irregular, que resulta da sua adaptação à parede do aqueduto romano que abastecia as termas. As suas características construtivas são semelhantes às já referidas para a UC2. Os muretes feitos de placas de xisto, com cerca 0,45 cm de altura, encontravam-se cobertos por uma espessa camada de argamassa, o que sugere que as paredes utilizariam esse material para recobrir uma qualquer estrutura interna de madeira. Os pisos eram de terra batida, compactada, tendo sido identificados dois, que definiam distintos níveis de circulação.

4

Considerações finais

Tal como muitas outras cidades hispânicas de fundação romana Braga manteve-se ocupada durante toda a Antiguidade Tardia, período durante o qual conhecerá transformações da sua topografia, resultantes, quer das cristianização do espaço urbano, quer da desativação dos antigos espaços e edifícios públicos que criaram novas áreas urbanizáveis intra e extra muros. Assim aconteceu com a importante área pública, anexa ao *forum*, onde se situava o teatro romano, desativado no século IV, que conheceu uma nova ocupação a partir de inícios do século V, altura em que as termas públicas, situadas a sul, foram igualmente desativadas (Martins, 2005).

Embora os dados disponíveis para caracterizar a ocupação tardo antiga da vasta área situada a poente do *forum* se reduzam ainda a um número restrito de novas unidades construídas, julgamos que estamos perante um setor da cidade que conheceu uma intensa ocupação na Antiguidade Tardia, antes do seu total abandono a partir do século VIII. Trata-se, por conseguinte, de uma importante área para compreender os complexos processos que caracterizaram a evolução da cidade durante os domínios suevo e visigótico (séculos V-VII).

A evolução urbana e construtiva de Braga está igualmente relacionada com a difusão do Cristianismo e com o crescente poder dos bispos bracarenses que deixarão as suas marcas na cidade e no território, através de novos projetos construtivos de prestígio, seja no complexo episcopal, que se localizava intra-muros, na área onde se situa hoje a Catedral, datado dos inícios do século V, seja através de outras basílicas construídas nas imediações da cidade, ao longo das vias que saíam de Braga, mas também em locais emblemáticos do poder suevo, como poderá ser o caso de Dume e da Falperra (Fontes, 2009; 2015). No caso de Dume estamos perante uma *villa* romana que foi transformada num mosteiro, local onde será igualmente erguida uma basílica no século VI, por ação de S. Martinho de Dume (Fontes, 1995; 2008). Trata-se de um complexo construtivo, claramente associado à ação da monarquia sueva e à conversão do rei Charrarico ao Cristianismo. No caso da Falperra, local situado a 3km de Braga, num monte sobranceiro à cidade, que conheceu ocupação pré-romana,

dispomos de indícios seguros da construção de um complexo palaciano, com uma basílica anexa, que poderá representar um dos principais locais de permanência da corte sueva (Fontes, 2009; 2015).

No interior da cidade a imagem é igualmente de grande dinamismo construtivo, ao longo do século V, essencialmente articulado com novos espaços habitacionais e artesanais que ocupam anteriores edificadados abandonados, como acontece com a UC1, ou são construídos de novo aproveitando pontualmente estruturas preexistentes (UC2).

Estes vestígios confirmam uma vivência ininterrupta de Braga durante a Antiguidade Tardia, demonstrando o uso de novas técnicas construtivas e a utilização de novos materiais de construção de aprovisionamento local. Globalmente as novas construções revelam um forte carácter orgânico, adaptando-se sem constrangimentos às preexistências e características do terreno. Trata-se de estruturas heterogêneas, umas mais complexas que outras, dependendo da sua desigual funcionalidade. Algumas dessas construções revelam evidentes novidades na utilização de embasamentos de xisto, sobre os quais se desenvolveriam paramentos de madeira e argamassa, sendo muito presumivelmente cobertas por materiais perecíveis.

A presença destas novas construções de carácter habitacional e artesanal, que se apropriam claramente de anteriores espaços públicos e parasitam as estruturas parcialmente desmanteladas dos mesmos, na circunstância o teatro e o aqueduto de abastecimento das termas, define uma nova lógica de ocupação e de organização das áreas periféricas intramuros. Na verdade, no contexto da Antiguidade Tardia regista-se uma perda de sentido dos anteriores espaços e edifícios associados ao lazer, mas também das construções que definiam as infraestruturas de adução de água, ou de evacuação das mesmas. Trata-se de um processo bem documentado noutros contextos urbanos coevos (Arce, 2005), que atinge também os espaços forais da maior parte das cidades, que passam a ser ocupados com funções residenciais, artesanais e sepulcrais (Mateos e Alba Calzado, 2001).

A ocupação por novas construções de anteriores áreas públicas intramuros, que evidenciam um carácter artesanal, mas também um claro vínculo a atividades

de subsistência, como a moagem, representada na UC1, parece subentender a instalação no espaço urbano bracarense de novos contingentes populacionais. Com uma base social aparentemente humilde, esses contingentes poderão ter origem na região, com destaque para os camponeses e artesãos, ou mesmo na periferia da cidade, podendo evidenciar um movimento associado a uma maior proteção de um segmento populacional mais desfavorecido, que se teria acolhido dentro da área fortificada a partir do século V.

O processo de reutilização de edifícios públicos romanos, abandonados nos séculos IV e V, constitui um fenómeno bastante frequente durante o período tardo antigo, estando documentado na maioria dos núcleos urbanos da Península Ibérica. Tomando por referência a cidade de Mérida, capital da Lusitânia e uma das cidades peninsulares mais extensamente escavadas, pode referir-se o processo de desafetação dos espaços públicos, com destaque para as áreas e edifícios do *forum* provincial, logo na primeira metade do século V, onde se instalam diversas estruturas de carácter doméstico (Mateos, 2006). Por outro lado, os novos edifícios públicos, agora de carácter religioso, surgem na periferia da cidade, como acontece com a basílica de Santa Eulália (Mateos, 2005). Este processo ocorre igualmente em Córdoba desde os finais do século IV, tendo as construções como o teatro, *forum* ou o circo sido reutilizadas e construídas como espaços de uso doméstico (Castro del Río, 2006).

Assim, a arqueologia comprova que o núcleo urbano de *Bracara* sofreu um processo dinâmico de transformação na Antiguidade Tardia, onde o tecido urbano se foi adaptando aos novos poderes políticos e religiosos, mas também aos novos hábitos de vida e a uma nova conceção de *civitas*. Reconhecemos, por isso, que a área do teatro, para além do seu interesse, relacionado com a importância patrimonial daquele edifício, possui um notável potencial científico, pois conserva ainda importantes testemunhos que ajudam a conhecer melhor os processos de transformação e evolução da cidade romana para a tardo antiga, razão porque continuam a desenvolver-se trabalhos arqueológicos de investigação neste setor da cidade de Braga, da responsabilidade da UAUM.

Bibliografia

- ARCE, Javier – *Bárbaros y romanos en Hispania (400-507 A.D)*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2005.
- CASTRO DEL RIO, Elena – El conjunto arqueológico del parque infantil de tráfico de Córdoba: la ocupación tardoantigua del suburbio occidental de Colonia Patricia-Corduba. *Anales de arqueología cordobesa*, n.º 17, 2006, p. 103-118.
- FONTES, Luís – A Igreja Sueva de Dume. *Actas da IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 1995, p. 415-27
- FONTES, Luís – A Igreja sueva de São Martinho de Dume – Arquitectura cristã antiga de Braga e na Antiguidade Tardia do Noroeste de Portugal. *Revista de História da Arte*, 6, Lisboa, 2008, p. 163-181.
- FONTES, Luís – O período suévico e visigótico e o papel da igreja na organização do território. In *Minho. Traços de Identidade*, Braga: UMinho, 2009, p. 272-295.
- FONTES, Luís – Powers, Territories and Christian Architecture in Northwest Portugal: An approach to the landscape of Braga between 5th and 11th centuries. In *Churches and social power in early medieval Europe*, London: Brepols, 2015.
- FONTES, Luís; LEMOS, Francisco Sande; CRUZ, Mário – ‘Mais velho’ que a Sé de Braga: intervenção arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar. *Cadernos de Arqueologia*, 14-15, 1997/98, p. 137-164.
- FONTES, Luís; MARTINS, Manuela; RIBEIRO, Maria do Carmo; CARVALHO, Helena – A cidade de Braga e o seu território nos séculos V-VII. *Actas del Congreso Espacios Urbanos en el Occidente Mediterráneo (s. VI-VIII)*, Toledo: Toletum Visigodo, 2010, p. 255-262.
- KULIKOWSKY, Michael – *Late Roman Spain and its cities*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2004.
- MARTINS, Manuela – *As termas romanas do Alto da Cividade. Um exemplo de arquitectura pública de Bracara Augusta*. Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas 1, Braga: UAUM/Narq, 2005.

- MARTINS, Manuela – Bracara Augusta. Panorama e estado da questão sobre o seu urbanismo. In *Do Castro á Cidade. A romanización na Gallaecia e na Hispânia indoeuropea*, Lugo: 2009, p. 181-211.
- MARTINS, Manuela [et al.] – Urbanismo e arquitetura de *Bracara Augusta*: Sociedade, economia e lazer. In *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia*, Braga: CITCEM, 2012, p. 34-67.
- MARTINS, Manuela; RIBEIRO, Maria do Carmo – Em torno da Rua Verde. A evolução urbana de Braga na longa duração. In *Evolução da Paisagem Urbana. Transformação morfológica dos Tecidos Históricos*, Braga: CITCEM/IEM, 2013, p. 11-44.
- MARTINS, Manuela [et al.] – A construção do teatro romano de Bracara Augusta. In *História da Construção. Arquiteturas e técnicas Construtivas*, Braga: CITCEM/LAMOP/UAUM, 2013, p. 41-76.
- MARTINS, Manuela [et al.] – Urban changes in Braga in Late Antiquity: the area of the Roman Theater. Lérida: Universidade Lérida/UAUM, 2015.
- MATEOS, Pedro – El foro provincial de *Augusta Emerita*. Un Conjunto Monumental de culto imperial. In *El foro provincial de Augusta Emerita. Un Conjunto Monumental de culto imperial*, Madrid: CSIC, 2006, p. 315-354.
- MATEOS, Pedro – Los orígenes de la Cristianización urbana en Hispania. *Actas de la VI Reunión de Arqueología Cristiana Hispánica*, Barcelona: Universidad de Valencia, 2005, p. 49-62.
- MATEOS, Pedro; ALBA CALZADO, Miguel – De *Emerita Augusta* a Marida. *Actas del Simposio Internacional Visigodos y Omeyas: Un debate entre la tardoantigüedad y la Alta Edad Media*, Madrid: CSIC, 2001, p. 143-168.

Pular os muros do Palácio

Elísio Maia Araújo*

Rosa Cunha**

“A biblioteca não pode ser apenas um lugar físico com mais ou menos livros, mas principalmente uma forma de intervir, questionar e comunicar. Mais do que um templo de certezas, deve ser um local de desassossego cultural.”¹

Podem ficar descansados os leitores deste texto que não vamos referir qualquer assalto ao Palácio barroco onde a Biblioteca Pública de Braga se encontra instalada desde 1934, embora não possamos garantir que ao longo dos seus 175 anos de história alguns, eventualmente, possam ter sido cometidos. O que se pretende descrever é a experiência que, embora ousada e arriscada, foi extraordinariamente gratificante e positiva, e que consistiu no envolvimento da Biblioteca Pública nas comemorações do centenário do Theatro Circo de Braga.

* Diretor da Biblioteca Pública de Braga.

** Técnica Superior da Biblioteca Pública de Braga.

Simultaneamente uma aventura e um passo de gigante

Fazendo jus à citação inicial deste texto, é nossa convicção que a missão de uma biblioteca, nomeadamente a desta Biblioteca Pública de Braga, só se cumpre quando, à guarda e proteção dos documentos que preservam a nossa memória, acrescenta a sua promoção e disponibilização pelo contributo que podem suscitar nos contextos científico, social e cultural.

A ideia de fazer sair a Biblioteca da comodidade das suas instalações no complexo do Largo do Paço surgiu na preparação de uma exposição realizada no âmbito das comemorações dos 40 anos da Universidade do Minho. Na investigação realizada nos fundos das livrarias de particulares e de instituições, deparámo-nos com uma significativa coleção de cartazes, folhetos, programas e um conjunto de pautas musicais relativas ao Theatro Circo.

Perante tal documentação e prestes a atingir-se o centenário daquele equipamento cultural entendemos ser oportuno mostrar estes documentos quase desconhecidos. Esta vontade de os exhibir publicamente constituiu o mote que nos impulsionou ao trabalho de pesquisa e investigação mais profunda. Tínhamos consciência do trabalho que se iria enfrentar, dos riscos que se corria porque, pela primeira vez, saímos da nossa zona de conforto. No entanto, tínhamos a certeza da capacidade e perseverança da equipa de trabalho para a concretização deste projeto.

Movia-nos também o genuíno interesse em estabelecer parcerias e colaborações institucionais com base em programas de interesse público, assumindo-se o importante papel de mediação cultural que pode ser desempenhado pelas bibliotecas e a necessidade destes espaços prosseguirem, de forma continuada e perseverante, na conquista de públicos alargados para a cultura.

A coleção do Theatro Circo a que anteriormente nos referimos é constituída por 73 cadernos com cerca de 10.000 cartazes dos espetáculos exibidos entre 1915 e 1974, cerca de 300 pautas musicais das suas orquestras privadas e 168 plantas do Arquiteto Moura Coutinho, que foi o autor do projeto de arquitetura do edifício do teatro. Para além disso, a magnífica coleção de publicações

periódicas, nomeadamente jornais, de que a Biblioteca Pública de Braga é depositária, a sua diversificada coleção iconográfica, as monografias e trabalhos académicos realizados nesta biblioteca e aqui registados, constituíam importantes fontes de informação onde poderia ser ancorado um projeto de comemorações.

Nestes pressupostos e tendo por base estes documentos, organizou-se um programa que se revelou ambicioso uma vez que, para além de prever várias realizações como exposições e conferências, se prolongaria durante um ano com início no próprio dia de aniversário, 15 de abril de 2015.

Apresentamos o projeto à administração da empresa e partimos para a aventura.

A construção do projeto

Os programas, as pautas e as plantas do Arquiteto Moura Coutinho foram apenas o início, o despoletar da conceção deste projeto, mas não poderiam ser apresentadas sem contextualização. O trabalho carecia de um fio condutor, de um plano que pudesse orientar o criterioso e exaustivo trabalho de investigação e seleção de documentos. Muitas perguntas se formulavam nas nossas mentes: qual o papel que teve o Theatro Circo no desenvolvimento da cidade, nomeadamente no seu centro histórico? Será que o desenho desse centro histórico foi condicionado ou impulsionado pela sua construção? Qual o papel desempenhado pelos homens que o construíram, qual a sua interação social, quais as suas influências e relações com o poder? A procura de respostas a estas e a muitas outras perguntas conduziram a nossa investigação e levaram-nos a palmilhar um caminho por vezes difícil, com algumas contrariedades, lacunas e omissões, um caminho que apontava em várias direções que obrigou a percorrer várias vias e a bater a muitas portas.

Num horizonte temporal que alude fugazmente ao declínio da monarquia e que perpassa a implantação da República e o Estado Novo até à consolidação da Democracia, este projeto sedimentou-se em torno de três vertentes fundamentais:

- i) as dinâmicas de transformação urbana na Braga do século XIX e início do século XX, a ideia de construção do Theatro Circo e o novo ordenamento urbanístico, o processo de extinção dos conventos, a demolição do Convento dos Remédios e o loteamento do terreno onde este estava implantado, a criação de uma grande avenida em Braga e as profundas alterações da cidade decorrentes desta importante transformação, o alargamento da rua das Águas e a construção da avenida João Franco, a história dos teatros em Braga até à criação do Theatro Circo;
- ii) o projeto que venceu o concurso, elaborado pelo arquiteto Moura Coutinho, bem como o seu concorrente da autoria do arquiteto Marques da Silva, a sua construção e respetivas artes decorativas, as várias reabilitações efetuadas ao longo do século, percorrendo ainda, através dos desenhos de outros edifícios emblemáticos da cidade, a obra de Moura Coutinho;
- iii) por fim a programação do teatro: desportiva e circense, cinema, referenciando a evolução das suas condições técnicas e equipamentos, passando pela música, pelos músicos, pelas entidades promotoras de espetáculos musicais, até às inúmeras iniciativas de natureza cívica e política, de que são exemplo as récitas de caridade e comemorativas do 1.º de dezembro bem como os inúmeros comícios que, desde sempre, o Theatro acolheu.

Seria esta a estrutura que compreenderia uma vertente expositiva (numa perspetiva histórica), seguida de uma conferência subordinada à mesma temática (procurando realizar uma análise mais prospetiva) que se traduzirá nos títulos próprios correspondentes aos momentos programados e que viriam a refletir-se nos capítulos da monografia publicada no final do projeto.

Paralelamente a estas vertentes foram recolhidos vários depoimentos de personalidades marcantes no panorama cultural e produzido um documentário que foi sendo construído de acordo com os respetivos momentos do projeto. A componente das vivências e das memórias associadas ao Theatro Circo, refletidas neste suporte de comunicação, são o testemunho e a face humana que enriquecem este trabalho.

O diálogo dos saberes

O projeto organizou-se assim em torno de três eixos temáticos: do nascimento da ideia da criação do Theatro Circo, à sua construção e as transformações que sofreu ao longo do tempo, passando pela programação exibida desde a sua fundação. Na base da planificação realizada esteve o levantamento exaustivo não só dos documentos existentes na Biblioteca Pública, mas também das investigações realizadas e publicadas sobre as temáticas a abordar que se constituíram num elemento central na formulação e organização do projeto. O denominador comum destes estudos é o facto de terem sido produzidos na, ou com documentos consultados nesta Biblioteca.

Assim, e recorrendo aos contributos de várias áreas científicas e profissionais, foi possível (re)constituir em Braga, entre março de 2015 e abril de 2016, um quadro global de “leitura” deste importante equipamento cultural da cidade, assente em referenciais urbanísticos, sociais, arquitetónicos e históricos, plasmados em elementos artísticos e programáticos, reflexões e experiências decorrentes das atuais políticas de gestão dos equipamentos culturais.

Sublinha-se aqui a cumplicidade disciplinar deste projeto nas suas diferentes dimensões e concretizações assim como a humildade intelectual dos seus responsáveis na captura não só da história, mas também do corpo e da alma do edifício materializado essencialmente no documentário produzido especificamente para este projeto.

A publicação da monografia, assente quer em vários momentos do projeto quer na diversidade temática, deu lugar de excelência aos trabalhos dos autores, na sua maioria inéditos, e procurou revelar o Theatro e a diversidade das atividades que promove. Procurou ser, no essencial, um repositório de investigações, experiências e sensibilidades que se procurou partilhar, uma leitura abrangente para nos fazer refletir e permitir projetar o futuro.

Os vários momentos

O programa desenhado relacionou o Theatro com a cidade, com a arquitetura, com a programação, terminando com o que se pensa poder ser o seu futuro. Para memória deste aniversário fica a publicação de uma monografia que seria apresentada no final das comemorações.

Detalha-se de seguida o programa deste projeto:

Exposição
Inauguração
21.07.2015
Terça—18:00
Salão Nobre

21.07—21.08.2015
Terça a Sábado
14:30—18:30
Salão Nobre
[Entrada Gratuita]

o theatro e a cidade

Conferência
24.07.2015
Sexta—15:00
Pequeno
Auditório

Miguel
Bandeira
Ana Maria
Macedo
Albertino
Gonçalves
Mário
Caeiro

[Entrada Gratuita]
inscrições via mail
conferencias@
theatrocirco.com

Co-produção
theatro
circos

Universidade de Lisboa
Biblioteca Pública de Braga

projeto memória #1

Foto 1 – Cartaz do primeiro momento.

O Theatro e a Cidade

- i) Exposição – inaugurada em 21 de julho 2015 no salão nobre do TC;
- ii) Documentário – com os depoimentos de: Amadeu Sousa, Fátima Moura Ferreira, Ivone Paz Soares, Luís Costa e Ricardo Silva;
- iii) Conferência – realizada em 24 de julho 2015 no pequeno auditório do TC com a participação de:
 - Miguel Bandeira | O Theatro e a (re)organização urbana de Braga (Geografia urbana)
 - Ana Maria Macedo | Sociedade Theatro Circo de Braga – Os Fundadores (História)
 - Albertino Gonçalves | A vitalidade cultural e a criatividade das cidades (Sociologia)
 - Mário Caeiro | Reinventar a cidade através da arte (Design/Arte Urbana)



Foto 2 – Exposição no salão nobre do Theatro Circo.

O Theatro e a Arquitetura

- i) Exposição – inaugurada em 21 de outubro 2015 no salão nobre do TC;
- ii) Documentário – com os depoimentos de: Eduardo Pires Oliveira, João Rui Moura Coutinho, Luís Costa, Luís Soares Carneiro e Pedro Gil Costa de Almeida;
- iii) Conferência – realizada em 23 de outubro 2015 no pequeno auditório do TC com a participação de:
Rita Maria Machado Martins | O legado de Moura Coutinho (História da Arte)
Sérgio Borges | Um Theatro renovado para o novo século (Arquitetura)
João Mendes Ribeiro | Arquitetura até à escala da Cenografia (Cenografia)
José Capela | Ocupar o placo: O que já lá está e o que lá se põe (Encenador)

O Theatro e a Programação

- i) Exposição – inaugurada em 21 de janeiro 2016 no salão nobre do TC;
- ii) Documentário – com os depoimentos de: Elisa Lessa, Henrique Barreto Nunes, João Rui Moura Coutinho, Luís Costa e Maria Esteves;
- iii) Conferência – realizada em 22 de janeiro 2016 no pequeno auditório do TC com a participação de:
Natália Maria Magalhães Pereira | Convidar ao espetáculo: seis décadas de programação cultural e recreativa do Theatro circo (História)
Rui Madeira | Theatro Circo, um Theatro público? (Ator e encenador)
Paulo Brandão | O futuro é agora (Programador);
- iv) Desígnios da Cultura em Portugal I Mesa redonda realizada em 22 de janeiro 2016 no pequeno auditório do TC moderada por Paulo Brandão com as intervenções de: Fernando Matos Oliveira; José Bastos; Vânia Rodrigues e José Pina.

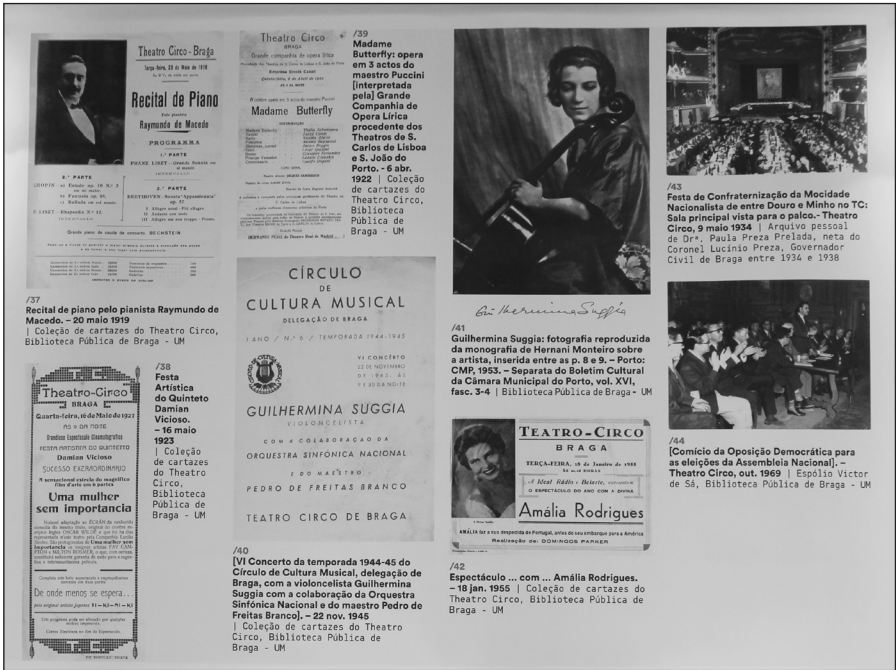


Foto 3 – Pannel da exposição no salão nobre do Theatro Circo.

O Theatro e o Futuro

- i) Exposição final – inaugurada em 21 de abril de 2016;
- ii) Documentário – com a versão completa do documentário “Histórias e Memórias”, produzido por Vasco Mendes.



Foto 4 – Exposição no salão nobre do Theatro Circo.

Encerramento do projeto

“O Theatro e a Memória” é o título da monografia editada pela Caleidoscópio e apresentada pelo Arquiteto Luís Soares Carneiro no dia 19 de maio de 2016, no pequeno auditório do Theatro, com textos de: Alberto Filipe Araújo, Ana Maria Macedo, Andreia Garcia, António M. Cunha, Cláudia Leite, Elisa Lessa, Elísio Maia Araújo, Henrique Barreto Nunes, Lúcia Dias, Luís Soares Carneiro, Miguel Sopas de Melo Bandeira, Natália Pereira, Paulo Brandão, Ricardo Rio, Rita Martins, Rosa Cunha, Rui Madeira e Sérgio Borges.



Foto 5 – Apresentação da monografia no pequeno auditório do Theatro Circo.

Múltiplos contributos

Este projeto que assumiu, desde a primeira hora, vários momentos, várias iniciativas e materializações, que envolveu não só um conjunto alargado de instituições locais e nacionais, mas também contributos individuais muito relevantes, concorreu prioritariamente para permitir que o público conheça, mas sobretudo conheça melhor e frua deste equipamento cultural ímpar em todo o seu esplendor e com toda a sua carga histórica e simbólica.

Identificam-se a seguir as pessoas e as instituições que colaboraram para a concretização deste programa:

Instituições

Arquivo Distrital de Braga – UM; Arquivo Municipal – CMB; Associação Comercial de Braga; Biblioteca do Palácio Nacional da Ajuda; Fundação Marques

da Silva; Ministério da Administração Interna – Arquivo do Governo Civil de Braga; Museu da Imagem – CMB; Museu Nogueira da Silva – UM; Museu Pio XII; DST Group.

Particulares

Familiares de João de Moura Coutinho; Familiares do fundador Cândido Martins; Henrique Barreto Nunes; Paula Preza, filha do Coronel Lucínio Preza, ex-Governador Civil de Braga.

Documentário

Amadeu Sousa; Eduardo Pires Oliveira; Elisa Lessa; Henrique Barreto Nunes; Fátima Moura Ferreira; Ivone Paz Soares; João Rui Moura Coutinho (bisneto do Arq. João Moura Coutinho); José Herminio da Costa Machado; Luís Soares Carneiro; Luís Costa; Maria Esteves; Pedro Gil Costa de Almeida (trineto do fundador Cândido Martins); Ricardo Silva.

Valeu a pena!?

Em jeito de balanço desta parceria manifestamos, antes de mais, a satisfação da Biblioteca Pública de Braga em ter participado na comemoração do centenário de tão importante equipamento cultural. Importa também referir que o resultado final do protocolo celebrado entre o Teatro Circo de Braga e a Universidade do Minho – Biblioteca Pública de Braga para a valorização do espólio documental relativo ao Theatro Circo foi integralmente cumprido: realizaram-se as exposições temáticas e a sua articulação com as conferências programadas bem como a edição da monografia comemorativa do centenário.

Este projeto foi certamente para o Theatro Circo, mas, sem qualquer dúvida, para nós muito enriquecedor porque nos ajudou a sair do “casulo” onde estamos habituados a trabalhar passando para um outro local, estabelecer relações de trabalho com um grupo de pessoas com formações completamente diferentes, com formas de raciocinar muito diversas e sermos capazes de criar entre ambos harmonia e um projeto comum.

A avaliação que fazemos desta experiência é particularmente positiva sob o ponto de vista dos critérios de exigência colocados na sua organização e dos resultados alcançados, nomeadamente:

- i) os critérios de exigência inerentes às boas prática expositivas, desde a seleção dos documentos expostos à sua referenciação (junto dos objetos e dos documentos e na folha de sala), aos suportes para a sua exibição, à sua segurança e estabilidade das peças, tudo foi acautelado;
- ii) a criteriosa e especialmente complexa escolha dos participantes nas conferências, no documentário e na monografia uma vez que se procurou envolver personalidades locais e nacionais, de comprovado mérito, com conhecimentos relevantes e provas dadas nas matérias a abordar que incluiu o urbanismo, a arquitetura, a música, as artes cénicas, o cinema, entre outras;
- iii) a diversidade, a modernidade e a abrangência dos suportes de comunicação e informação concebidos para os vários momentos deste projeto foi especialmente relevante para a sua promoção e visibilidade;
- iv) a forma perfeita como funcionou esta aliança graças ao envolvimento das equipas, ao talento dos profissionais das instituições bem como ao dos outros profissionais externos chamados a colaborar no projeto;
- v) a grande abertura e disponibilidade das instituições e dos particulares que, animados pela genuína vontade de participar, nos franquearam as portas e generosamente colaboraram neste projeto emprestando objetos, documentos ou mesmo mobiliário necessário à organização dos eventos.

Não sendo contabilizável o impacto da presença da Biblioteca Pública no espaço do Theatro Circo e neste projeto, uma vez que não houve um circuito fechado entre o público que assistiu aos espetáculos e o que visitou as exposições ou assistiu às conferências, estamos convictos que a presença da Biblioteca nesta parceria ao longo de mais de um ano e o grande número de documentos exibidos pode ter gerado, por si só, um círculo virtuoso em termos da imagem desta instituição geradora de novas dinâmicas e novas oportunidades.

Os resultados obtidos, que consideramos francamente positivos, vieram comprovar, por um lado, que projetos em colaboração e com o contributo de várias

entidades resultam em iniciativas de maior dimensão, alcance e qualidade com inegável valorização e reconhecimento público das instituições e, por outro, que perante estudos ou produções, nomeadamente que tenham como ponto central a história local, terão de considerar como fonte de informação pertinente a documentação existente na Biblioteca Pública de Braga que tem sempre algo para poder revelar.

Em síntese: foi uma experiência particularmente desafiadora e interessante, por ter sido organizada por duas importantes, distintas e prestigiadas instituições culturais de Braga, com benefícios para cada uma delas e que certamente terá contribuído para ancorar a Biblioteca Pública no roteiro cultural e de fruição da cidade.

Isto correu bem... porque tivemos a capacidade e ousadia de “Pular os muros do Palácio”.

Nota

¹ Figueira Mestre, citado por João Ventura em *Bibliotecas e Esfera Pública* (2002, p. 119).



Universidade do Minho

Protocolo de Colaboração entre o Teatro Circo de Braga e a Universidade do Minho para a Valorização do Espólio Documental Relativo ao Theatro Circo

Theatro Circo de Braga EM, SA, doravante designado **Theatro Circo**, pessoa coletiva nº 500463964, com personalidade jurídica e autonomia financeira, com sede na Avenida da Liberdade, 697, 4710-251, Braga, representada pelos membros do Conselho de Administração, Dr. Ricardo Rio e Dra. Cláudia Teixeira Leite, com poderes suficientes para o ato, na qualidade de **Primeiro Outorgante**,

e

Universidade do Minho, doravante designada **UMinho**, pessoa coletiva nº 502011378, com sede no Largo do Paço, 4704-053 Braga, representada pelo seu Reitor, Prof. Doutor António M. Cunha, na qualidade de **Segundo Outorgante**.

Considerando que:

- O Theatro Circo é hoje uma referência no meio artístico, gerindo um equipamento cultural de relevo, que é uma das mais carismáticas salas de espetáculo do país;
- Em abril de 2015 o Theatro Circo comemora o seu centésimo aniversário, importando, nesta ocasião, renovar e reforçar o papel que este equipamento cultural desempenha a nível regional e nacional;
- Sendo um teatro centenário, o Theatro Circo possui um espólio com relevância histórica que se encontra disperso e cuja recuperação, tratamento e organização importa assegurar sob pena de se perder a sua memória;
- A UMinho se assume como um agente privilegiado do desenvolvimento económico e cultural da região em que se insere, visando contribuir, neste quadro, para o conhecimento, defesa e divulgação do seu património cultural;
- Enquanto unidade cultural da UMinho, a Biblioteca Pública de Braga contribui para a realização da política cultural da Universidade, promovendo a interação com a sociedade e disponibilizando património cultural relevante para o desenvolvimento de atividades de investigação e de interação com a sociedade;
- A Biblioteca Pública de Braga é detentora de importante espólio relativo ao Theatro Circo, incluindo exemplares de programas do teatro desde o início do século até 1974, bem como livros e documentos com referências à construção do Theatro, à sua



programação cultural e às demais atividades culturais e políticas de que foi palco ao longo dos seus anos de existência;

- É do interesse do Theatro Circo, ao abrigo do projeto referente à sua valorização e promoção, bem como à qualificação e divulgação do seu património e história, o desenvolvimento de um trabalho de curadoria que passa pelo levantamento e análise de todo o espólio existente;
- É do interesse da Biblioteca Pública de Braga o desenvolvimento, em parceria com o Theatro Circo, de um projeto de recolha, tratamento técnico, conservação e divulgação do património documental desta instituição centenária, tendo em vista a sua disponibilização para o estudo e investigação.

É celebrado o presente protocolo, que se rege nos termos e em conformidade com as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira
(Âmbito)

O presente protocolo celebra-se no âmbito do projeto de valorização e promoção do Theatro Circo referente à qualificação e divulgação do seu património e história, nomeadamente através da investigação e recolha do espólio existente nos diversos arquivos.

Cláusula Segunda
(Coordenação do projeto)

1. O Theatro Circo designa como seu representante na coordenação do projeto a administradora executiva Dra. Cláudia Teixeira Leite.
2. A UMinho designa como seu representante na coordenação do projeto o Dr. Elísio da Silva Maia Araújo, diretor da Biblioteca Pública de Braga.
3. Tendo em vista o planeamento, acompanhamento e avaliação periódica do presente protocolo, bem como a tomada de decisões conducentes à sua execução, as entidades outorgantes promoverão reuniões periódicas entre os seus representantes.

Cláusula Terceira
(Objeto)

1. Pelo presente Protocolo, os outorgantes declaram a intenção de estabelecer uma parceria tendo em vista o desenvolvimento do projeto mencionado na cláusula primeira, materializada



em ações de natureza diversa que resultem na recolha, tratamento técnico e divulgação do espólio que seja possível reunir.

2. Constitui ainda objeto deste projeto a realização de ações de sensibilização, junto da população e das instituições, conducentes à recolha de documentos de natureza diversa (fotografias, objetos, cartazes, panfletos, bilhetes de espetáculos, etc.) que contribuam para o conhecimento mais profundo da história do Theatro Circo.

3. Procurando reunir o fundo documental do Theatro Circo num único local com condições de preservação, conservação, acondicionamento, divulgação e disponibilização para consulta, atendendo à natureza e à missão do Segundo Outorgante que lhe conferem competências técnicas nesta matéria, convencionou-se que todos os documentos recolhidos serão por si custodiados.

4. O desenvolvimento deste projeto irá resultar na apresentação de exposições temáticas dedicadas ao Theatro Circo enquanto espaço de reorganização urbanística da cidade, à sua estrutura arquitetónica, à programação cultural desde a sua abertura até à atualidade, bem como numa exposição global no encerramento das comemorações do Centenário do Theatro.

5. Cada uma das exposições referidas no ponto anterior se articula com a realização de uma conferência onde se procurará divulgar, debater e refletir as temáticas apresentadas, numa abordagem transdisciplinar, sustentada em investigações realizadas por especialistas, académicos ou profissionais de referência, em diversas áreas do conhecimento.

6. É ainda intenção dos outorgantes a organização e publicação de uma monografia comemorativa dos 100 anos do Theatro Circo que traduza o conjunto das iniciativas realizadas neste projeto, nomeadamente as comunicações apresentadas e outros documentos que vierem a ser considerados relevantes.

Cláusula Quarta (Competências)

1. Considerando que as instituições envolvidas neste projeto possuem recursos diferentes e complementares, que têm entendimentos comuns sobre a maioria das questões envolvidas e que estão igualmente empenhadas na prossecução do objeto deste protocolo, o modelo de gestão deste projeto assentará, no essencial, numa parceria de responsabilidade partilhada.

2. A distribuição das funções e responsabilidades específicas de cada outorgante será feita de acordo com os conhecimentos e competências próprias dos outorgantes e os recursos que suportam a atividade.

3. Na base destes pressupostos serão exercidas, por consenso, as seguintes competências:



- a) Desenvolver e aprofundar a estrutura do projeto e a especificação das atividades a concretizar;
- b) Proceder à recolha, organização e recuperação do espólio do Theatro Circo;
- c) Conceber um modelo expositivo para a apresentação pública do espólio material e imaterial referido na alínea anterior;
- d) Definir a redação de textos e informação interpretativa;
- e) Estruturar e aprovar todas as peças elaboradas no âmbito deste projeto;
- f) Organizar o ciclo de conferências;
- g) Identificar e aprovar os oradores escolhidos para a realização das conferências;
- h) Colaborar na reprodução (fotografia ou digitalização) dos documentos, materiais e equipamentos que integram ou venham a ser incorporados no espólio; e
- i) Organizar a edição de uma monografia comemorativa dos 100 anos do Theatro Circo.

4. Compete ao Primeiro Outorgante:

- a) Definir o(s) espaço(s) físico(s) em que as várias iniciativas irão ocorrer;
- b) Procurar assegurar os financiamentos considerados indispensáveis ao desenvolvimento e concretização deste projeto; e
- c) Aprovar os encargos financeiros necessários à realização de cada uma das iniciativas, condicionando o formato e o suporte aos recursos disponíveis.

5. Compete ao Segundo Outorgante proceder ao tratamento técnico do espólio documental do Theatro Circo, nomeadamente a sua organização, inventariação, catalogação, preservação, conservação e acondicionamento.

Cláusula Quinta

(Titularidade e Direitos de Propriedade Intelectual)

- 1. Os direitos de propriedade intelectual, nomeadamente direitos de autor e/ou direitos de propriedade industrial que possam ser associados às exposições e à edição da monografia a realizar no âmbito do presente projeto, incluindo o direito de as divulgar e explorar economicamente por qualquer via, direta ou indireta, correspondem ao Primeiro Outorgante, sendo tais direitos válidos para Portugal e para o estrangeiro.
- 2. O Primeiro Outorgante permite ao Segundo Outorgante a utilização de toda a informação associada ao projeto para fins académicos e de divulgação do património histórico e cultural da cidade de Braga e do Theatro Circo.



Cláusula Sexta
(Divulgação)

1. Os outorgantes comprometem-se a divulgar esta parceria, bem como todas as iniciativas que dela decorrem, de forma conveniente, através dos meios de que dispõem.
2. O Primeiro Outorgante compromete-se a incluir a referência ao Segundo Outorgante enquanto parceiro e coprodutor do presente projeto em todos os materiais de divulgação, bem como na publicação escrita que vier a decorrer da concretização do mesmo.

Cláusula Sétima
(Suporte financeiro)

1. O Theatro Circo e a Biblioteca Pública de Braga envidarão os esforços necessários à obtenção dos financiamentos considerados indispensáveis ao desenvolvimento e concretização deste projeto.
2. Sem prejuízo dos recursos financeiros que se venham a obter junto de outras instituições, os outorgantes, dentro das suas possibilidades, disponibilizarão recursos humanos necessários ao desenvolvimento do projeto.

Cláusula Oitava
(Comunicações e notificações)

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas devem ser realizadas por escrito e dirigidas para o domicílio ou sede de cada uma, identificados no protocolo.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do protocolo deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula Nona
(Alteração ao Protocolo)

Qualquer alteração a introduzir no protocolo no decurso da sua execução ou prorrogação do mesmo será objeto de acordo prévio entre as partes.

Cláusula Décima
(Erros e Omissões)

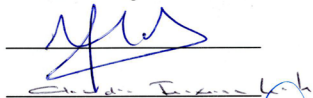
Os possíveis erros e omissões do presente protocolo serão solucionados conjuntamente pelos outorgantes.

**Cláusula Décima Primeira
(Duração)**

O protocolo irá vigorar até ao termo do presente projeto, cuja conclusão se prevê para o mês de abril de 2016.

Braga, 8 de Abril de 2015

O Primeiro Outorgante



O Segundo Outorgante





Apostilas à Biografia Victor de Sá

Nota explicativa*

Em 1991 o Doutor Victor de Sá jubilou-se como professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Conhecedor da sua decisão, o Centro de História daquela Universidade, em cuja génese e desenvolvimento Victor Sá tinha estado envolvido, decidiu homenagear “o historiador e o colega exemplar, levando a efeito a publicação de uma série de ensaios inseridos no domínio da sua especialidade”.

Tal acabaria por se concretizar através da edição de um volume, sob a chancela de Livros Horizonte, com o título “Estudos de história contemporânea portuguesa: homenagem ao Professor Victor de Sá”, contando com a colaboração de 27 autores e que foi apresentado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 7 de Dezembro de 1991, no decorrer de umas jornadas em sua homenagem sobre o tema em apreço, dedicadas ao historiador, investigador e cidadão “que ao longo da sua vida combateu por ideais e princípios ligados a uma visão do mundo e da vida” (Moreno, 1991).

* Henrique Barreto Nunes.

Fui convidado a colaborar nesse volume, redigindo uma biografia de Victor de Sá porque, na qualidade de responsável pela Biblioteca Pública de Braga (Unidade Cultural da Universidade do Minho), ficara com o encargo de inventariar e tratar o fundo documental que aquele professor tinha doado à BPB, ali começado a depositar a partir de finais de 1984 (Doação, 1987; Sá, 2011) e entregue em diversos lotes ao longo dos anos e mesmo após a sua morte, ocorrida em 31 de Dezembro de 2003 (Nunes, H., 2000).

O material utilizado para redigir a biografia era aquele de que dispunha em 1990, já bastante substancial, que incluía por exemplo dossiês contendo recortes de jornais relativos à sua colaboração na imprensa periódica. Dada a dimensão de tão grande acervo de documentos pedi o apoio da bibliotecária Manuela Barreto Nunes para organizar a bibliografia de Victor de Sá, o que se veio a verificar, sendo igualmente publicada no referido volume (Nunes, M., 1991).

Concretizado o meu trabalho, evidentemente alicerçado nos documentos de que dispunha e no conhecimento que possuía sobre a vida e obra do historiador, em especial nos anos mais recentes, enviei-o para os organizadores do volume de estudos, que o acolheram sem reservas, sendo aprovada a sua publicação (Nunes, H., 1991).

Alguns dias passados sobre o lançamento do livro recebi um telefonema do homenageado que, visivelmente emocionado, agradeceu o texto e me informou que iria enviar uma “proposta de rectificações” e alguns esclarecimentos sobre diversos aspectos da sua biografia.

Tal acabou por acontecer em Fevereiro de 1992, quando recebi uma carta particular e 20 páginas manuscritas ao correr da pena, com diversas correcções e intercalações, a que atribuiu o título “Apostilas à biografia de Henrique Barreto Nunes, redigida com grande compreensão e muita amizade, elegância literária e inteligente plano”, datado de “Rio de Mouro, Fevereiro de 1992 (entre 12 e 17)”.

Da carta transcrevo alguns passos relacionados com o meu trabalho, que servem para esclarecer as reacções que lhe provocou o texto adiante publicado:

Na realidade você refere muitos aspectos já quase esquecidos, tombados no lodo sombrio da memória, e assim de repente pôs todos a nu, tive de facto ser muito

forte para, simultaneamente, apreciar (muito) o seu trabalho, apreciá-lo criticamente e formular as minhas sugestões rectificativas (de pormenores).

Quanto ao resto, achei ótima a estrutura e o ritmo que dá ao trabalho. Eu próprio fiquei apanhado e curioso até ao fim (minha mulher também gostou). Os poemas muito bem adequados.

Como já lhe disse ao telefone, sinto-me um franganote depenado. Você na escarpelação da minha vida, e a Manuela na anatomia do meu espólio, apoderaram-se de mim verdadeiramente, e deixe-me dizer-lhe, acho-me entregue a muitas boas mãos: generosas, lúcidas, compreensivas e organizaram muito bem os materiais de que dispõem.

Bem hajam! É para mim um consolo a vossa dedicação e amizade.

Algum tempo depois de ter recebido as “Apostilas” perguntei ao Doutor Victor de Sá se achava que elas deveriam ser publicadas, no caso na revista “Forum”. Ele entendeu que não, devido a algumas referências que fazia a situações e a pessoas concretas, pelo que tal só deveria acontecer passados aí uns dez anos sobre a sua morte.

Naturalmente, respeitei a sua ideia. Há pouco mais de um ano resolvi dar conhecimento das “Apostilas” aos seus filhos (Victor, Osvaldo e Clotilde), que as desconheciam, perguntando-lhes se não viam inconvenientes relativamente à sua publicação.

Tendo eles concordado, achei oportuno publicá-las agora, quando passam 25 sobre a instituição do Prémio de História Contemporânea, pelas achegas que trazem à cerca da sua vida pessoal, mas também pelos episódios da vida de um intelectual opositor no tempo do Estado Novo (e mesmo suas sequelas já em pleno período democrático), cuja ignomínia convém sempre recordar

O texto transcreve na íntegra o manuscrito de Victor Sá, respeitando a sua ortografia, com pequeníssimas correcções de pormenor, intercalação entre parênteses rectos de, p. ex. desenvolvimento de abreviaturas e pequenas notas da minha autoria, de esclarecimento de uma ou outra situação. A paginação referida em cada uma das secções das “Apostilas” remete para a edição original de Livros Horizonte.

Deve ainda referir-se que a minha biografia “Victor de Sá: um homem na história”, além da edição original, foi publicada em separata, juntamente com a “Bibliografia de Victor de Sá”, de Manuela Barreto Nunes, por iniciativa da Biblioteca Pública de Braga em 1991, tendo sido em 2011 reproduzida, com uma secção nova, relativa aos últimos anos de vida do investigador, no volume “O mundo continuará a girar” editado pelo Conselho Cultural da Universidade do Minho e CITCEM, por ocasião da comemoração dos 20 anos da instituição do Prémio Victor de Sá de História Contemporânea (Nunes e Capela, 2011).

Bibliografia

- DOAÇÃO, 1987 – “Doação de documentação do Doutor Victor de Sá à Biblioteca Pública de Braga”. *Forum*. Braga, 1987(2), p. 82-83.
- MORENO, Humberto Baquero, 1991 – “Nota de Abertura” in *Estudos de História Contemporânea Portuguesa*. Lisboa: Horizonte, p. 5-6.
- NUNES, Henrique Barreto, 1991 – “Victor de Sá, um homem na história” in *Estudos de História Contemporânea Portuguesa*. Lisboa: Horizonte, p. 7-19.
- NUNES, Henrique Barreto, 2000 – “Nem todos os papéis se rasgam ou se deitam fora: arquivos pessoais e espólios na Biblioteca Pública de Braga”. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa, Out. 1999-Ab. 2000 (5) p. 51-55.
- NUNES, Henrique Barreto e CAPELA, José Viriato, 2011 – *O mundo continuará a girar: Prémio Victor de Sá de História Contemporânea 20 anos (1992-2011)*. Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho, CITCEM.
- NUNES, Manuela Barreto, 1991 – “Bibliografia de Victor de Sá” in *Estudos de História Contemporânea Portuguesa*. Lisboa: Horizonte, p. 21-51.
- SÁ, Vítor de – “Memória sobre o Prémio de História Contemporânea” in NUNES e CAPELA, 2011, o. c., p. 17-24.

Agradeço ao Dr. Elísio Araújo, director da Biblioteca Pública de Braga, as facilidades concedidas para a consulta do espólio de V. Sá, a José Alberto Gomes (BPB) a digitalização das imagens e ao Dr. José Rui Vaz a transcrição do manuscrito.



BANCO PINTO & SOTTO MAYOR

1

APOSTILAS

Biografia de Henrique Barreto Nunes,
religioso com grande compreensão e muito amigável,
elevada literária e inteligente parou.

1. Solve mean pair, de militar, de professor (1.8)

Foi meles por eu verdadeiramente comeei.

Ambos fatos no trabalho e na distinção de transformarem as suas condições de vida. Ela, cidadã, ele rural, mas dotados de qualidades intelectuais, com boas coisas prestadas desde a infância primária.

Quando do fog a V. deixei com distinção, o professor (Maciel) emp.
alcançou junto do meu avô por ele dar continuidade aos estudos, ^{depois} ~~para~~ por
ele tinha muitas aflições, nomeadamente ^{nas} muletas. Mas nessa altura
as condições de vida e laurelos-casos obrigaram à mobilização tal do
braco da família por mais 2. dias nos campos, ^{essa foi a} ~~versão~~ única por o Domingo ter
a frequentar até aos 20/21 anos, quando foi chamado a assentar foz. Ainda
o seu pai tentou isentá-lo de vida militar, mas o mancebo era portelhu e
não se livrou de ~~de~~ Antillarica. Na República, e em tempo de guerra, e
vida militar, se foi por meu avô um prejuizo, por meu pai foi a libertação.

Ele terá passado por várias facções, nomeadamente Visão do Castelo e Castelo Branco (lembro-me ^{de ouvir falar} nestas [as] coisas) e foi incorporado numa das expedições militares que durante a 1.ª guerra ~~de~~ ocuparam os "nossos" territórios africanos para os defender dos colóns alemães (e ingleses). ^{Estava em Moçambique} ~~Essa~~ foi a (primeira?) oportunidade para onde foi se organizar como autodidacta. Terá comprado alguns livros de viagens e de história, e seguiu na expedição como um viajante atento, curioso e observador, elaborando novamente as suas notas ~~e~~ com impressões colhidas.

~~Fr. A (a)~~

Apostilas à Biografia

1

Sobre meus pais, ele militar, ela professora (p. 8)

Foi neles que eu verdadeiramente comecei.

Ambos feitos no trabalho e na obstinação de transformarem as suas condições de vida. Ela, cidadina, ele rural, mas dotados de qualidades intelectuais, com boas contas prestadas desde a instrução primária [1].

Quando ele fez a 4.^a classe com distinção, o professor (Maciel) empenhou-se junto do meu avô para lhe dar continuidade aos estudos, dado que ele tinha muitas apetências, nomeadamente para a matemática. Mas nessa altura as condições de vida de lavradores-caseiros obrigavam à mobilização total dos braços da família para mão-de-obra nos campos, essa foi a escola única que o Domingos teve de frequentar até aos 20/21 anos, quando foi chamado a assentar praça. Ainda o seu pai tentou isentá-lo da vida militar, mas o mancebo era fortalhão e não se livrou da Artilharia. Na República, e em tempo de guerra, a vida militar, se foi para meu avô um prejuízo, para meu pai foi a libertação.

Ele terá passado por várias guarnições, nomeadamente Viana do Castelo e Castelo Branco (lembro-me de ouvir falar destas pelo menos) e foi incorporado numa das expedições militares que durante a 1.^a Grande Guerra ocuparam os "nossos" territórios africanos para os defender das cobiças alemãs (e inglesas). Esteve em Moçambique. Essa foi a (primeira?) oportunidade para meu pai se organizar como autodidacta. Terá comprado alguns livros de viagens e de história, e seguiu na expedição como um viageiro atento, curioso e observador, elaborando nomeadamente as suas notas com impressões colhidas.

De regresso, trouxe consigo (de Moçambique) algumas curiosidades etnográficas, de que me recordo de se terem conservado setas e azagaias até nos termos transferido para Braga, seja 1929.

Os anos eram maus no tempo do regresso, e com 3 más novas que chegavam (talvez o 9 de Abril em França, a peste e outras desgraças), em Cambezes [Barcelos] constara que o Domingos teria morrido e até já teriam sido ditas missas por sua alma. Quando num dia tremendo de tempestades e chuva ele chegou a casa, foi tal o alvoroço que a sua chegada provocou, além de vivo ele apareceu encharcado de água até aos ossos, que a família o rodeou de agasalhos e deu-lhe o remédio que nas aldeias era o que estava mais à mão em casos destes: cachaça para aquecer (e desinfectar). Mas com a atrapalhação da urgência e a falta de luz, trocaram o frasco e em vez de aguardente serviram-lhe um líquido cáustico que o ia matando, não fosse a sua robustez física.

E então ficou como 2.º sargento a ir e vir todos os dias para o quartel em Braga. Foi assim que nas viagens de comboio se encontrou com a professorinha de Cambezes com quem, às tantas, ajustou casamento.

Ela estava de fresco em Cambezes, transferida de Cabreiros. Viera com o pai que foi arranjar-lhe alojamento. Encontrou-o na casa mais rica e acomodada naquele tempo, um palacete de brasileiro-torna-viagem, que por ter de cá partido de socos e retornado casado com uma galega viúva do antigo patrão, herdado, portanto, e analfabeto como fora, fazia muita questão e honra de ter em sua casa a senhora professora da aldeia. Visita frequente do palacete brasileiro era o Senhor Sá do Pomarinho (um dos lugares da aldeia) e isso terá familiarizado a hóspede com o que, sem ainda saber, viria a ser o seu sogro.

O casamento, porém, não foi fácil. Tanto o noivo como a noiva arrostaram com a animosidade dos seus respectivos familiares, só o brasileiro Senhor Joaquim Martins e a Senhora D. Pilar serviram de arrimo nas circunstâncias. Por isso o novo casal faria questão de os convidar para padrinhos do primeiro bebé que tiveram, e por isso eu, que havia de ser Victor (nome dum mano de minha mãe que tinha morrido pelos dez anos) passei por imposição a ser também Joaquim.

Meu avô Baptista era um artesão de tamancos, toda a vida manteve uma indústria familiar modesta que dava para sustento de casa com altos e baixos. Talvez o meu bisavô também fosse tamanqueiro, porque os tios irmãos de meu avô o eram igualmente. Mas eles, além dos socos, eram proprietários de terras (excepto uma irmã, casada e viúva de um enfermeiro e que morreu pobre), enquanto meu avô vivia só da sua arte, tesoura grande e avental de couro, corta que corta à luz da lâmpada na ampla mesa que também era de



Joaquim Victor com os pais. BPB/Espólio V. Sá.

jantar. Todas as semanas iam caixas grandes cheias de tamancos, chancas e chinelos para a feira, minha tia Conceição a vender – ó freguesinha venha cá para estreir o negócio – outras vezes iam as caixas a despachar no caminho-de-ferro, destinadas a Chaves ou Leiria e outras terras longínquas para onde era exportada a mercadoria.

Meu avô tinha casa alugada na Rua Nova, ao Arco da Porta Nova (quem sobe, à esquerda; à direita, na esquina, era oficina e residência do Tio Quico, este com rendimentos pingues) onde minha mãe nasceu, na freguesia da Sé, e partilhou com os seus as incertezas de uma vida que era sempre de trabalho e não raro de dificuldades. Uma vida que ela não quis seguir quando fosse grande, e por isso se dispôs a encetar estudos que lhe permitissem chegar à profissão de professora, que então começava a abrir-se às raparigas.

Para a instrução dela e doutros irmãos, o pai, que não dispunha de recursos mas incentivava aos novos caminhos, candidatou-se à ajuda de um benfeitor galego, o bispo (?) André, que criara pensões a todos os jovens parentes que pretendessem estudar e não dispusessem de meios. Foi assim que toda a família Baptista se crismou de André e alguns puderam beneficiar da pensão.

Recordo-me de ter ouvido dizer a minha mãe que muitas vezes lhe apetecia ir brincar, mas ficava a queimar as pestanas no estudo, porque acima de tudo o que queria era alcançar uma vida diferente daquele que seus pais levavam. A mãe, ruiva, tinha sido uma feirante que o pai descobrira em Viana do Castelo, aonde em rapaz também ia vender.

Foi assim que a Florinda, com a vizinha Arminda Cabanelas (mais tarde ligada à Farmácia Roma), a Noémia e a Sameiro Ferro, que chegaria a médica, foram as primeiras raparigas a frequentar o liceu de Braga, e depois a Escola Normal, quando estavam instalados no antigo convento dos Congregados, que outrora também foi Governo Civil e hoje é Escola Superior de Educação.

A futura Dr.^a Sameiro Ferro, pioneira da medicina feminina em Braga, e como tal mal vista e hostilizada pelos seus colegas machos da altura, seria quem, por motivo desse companheirismo juvenil, veio a assistir minha mãe em Cambezes no seu primeiro e acidentado parto em que eu, tirado a ferros, como que nasci morto, quase estrangulado pelo cordão umbilical, mas a médica, nas condições hostis de todo o desconforto da aldeia, conseguiu, depois de salvar a amiga, acudir ao neófito (já roxo) e trazê-lo à vida através de sucessivos e rápidos banhos turcos, em recipientes de águas frias e quentes (trazidas em panelas de outro patamar) até reanimá-lo.

Minha mãe era dotada de forte personalidade e de uma natural vocação pedagógica. Sujeitava-se a sacrifícios mas para alcançar uma vida desafogada para si e para os seus. Nos primeiros anos de casada o seu ordenado entrava por inteiro na Caixa Geral de Depósitos, vivíamos só do ordenado do meu pai, e isto para constituir um pecúlio que pudesse valer a qualquer aflição. Quando eu tinha oito anos, com um irmão mais novo cinco (entretanto falecera uma irmã vítima de garrotilho), o pecúlio serviu para ela permutar com uma colega de Braga, e mudámos todos para a cidade, com vista à educação dos filhos.

Foi directora da antiga Escola de S. Victor, então na rua de Santa Margarida, onde também morámos antes de termos residência própria. Minha mãe era muito activa, por vezes frenética, inteligente e com golpe de vista. Foi uma educadora austera, sim, especialmente para com os seus filhos, muito exigente para os alunos, mas também muito compreensiva. De tal modo que, naquela freguesia maioritariamente proletária, os alunos difíceis com quem as

outras colegas não conseguiam trabalhar, passavam para a classe de minha mãe, que nunca lhes batia. Pela austeridade (e justiça) da sua conduta e pelo tratamento de dignidade e respeito pela personalidade dos alunos difíceis, o resultado desse tratamento era sempre positivo, com efeitos reabilitadores. Assim muitas crianças que nunca foram meninos, acabaram por ser gente digna e com instrução.

Foi minha mãe que sempre reclamou para si e para os filhos férias na praia (Póvoa de Varzim) e que, em vésperas das guerras da década de 1930 incitou o meu pai a aplicar o dinheiro economizado na compra das duas casas da Rua dos Chãos, que mais tarde seriam o arrimo da viúva e dos filhos ainda estudantes.

Ainda sobre meu pai, queria dizer mais: que era uma pessoa robusta, de estatura mediana, como o pai dele; a minha avó Tereza é que era alta. Essa dualidade de estaturas tem-se repercutido a sucessivas gerações.

Além de apumado fisicamente, era-o também moralmente, muito firme e solidário com os seus próximos. Dotado igualmente de uma vontade tenaz, com vocação para a matemática e para a língua portuguesa, igualmente para as ciências biológicas e para a história. Recordo-me de ele ter lido integralmente os 20 volumes de História Universal de César Cantu, quando passamos a residir em Braga, ora lia em casa, ora ao ar livre, num caramanchão que amanhámos nas traseiras do prédio da Escola, no sopé do monte de Guadalupe. Como me recordo também de um atlas de anatomia do corpo humano, que ficou para o meu irmão médico, e de uma colecção de muitas dezenas de livrinhos, "Biblioteca do Povo", que ele também leu todos e que ficou para o meu irmão das matemáticas e físicas. Os grandes e pequenos livros de história ficaram naturalmente para mim. As suas vocações específicas como que se repartiram diversificadas pelos três filhos que teve.

O que também não posso esquecer dele era o aprumo com que o vi entrar no quartel, à paisana, cerca de um mês antes de morrer. À medida que descia o Campo da Vinha, então um descampado, em direcção ao quartel, os soldados que cruzavam com ele faziam-lhe continência e ele a todos tirava o chapéu, assim como ao sentinela da entrada. Tinha pelos "inferiores" o mesmo respeito que pelos superiores hierárquicos; tratava os soldados e os recrutas como pessoas humanas, isso explica que, quando da sua morte inesperada,

na sala nobre do quartel onde o seu corpo jazeu antes do funeral, tanta gente humilde, e sobretudo mulheres carpissem em volta da urna. Eram de certeza mães agradecidas.

Mas por vezes também era miudinho em contas e em economia, com orçamentos apertados, e também arrebatado até à fúria quando tinha de castigar os filhos, quero dizer eu, que era o mais velho e que pagava sempre pelos mais novos. Mas afora isso era um homem calmo, ponderado. E com uma força e uma tenacidade bovinas.

Também me recordo de o ouvir falar dos seus envolvimento com as "sargentas" da época, ainda solteiro. Na guarnição de Castelo Branco foi o encarregado de se dirigir ao comandante a participar-lhe o levantamento, e se não anuísse teria de o neutralizar e prender. Era muito republicano, muito anti clerical, racionalista e democrático.

2

Seminário, rebelião, falta de resistência física (p. 8)

Acidentes complicados no início de uma adolescência turbulenta.

Primeiro, minha tia Conceição e a zeladora da igreja de S. Victor (D. Delfina Valença) a convencerem uma criança de 9 anos que eu era um chamamento de Deus para a vida sacerdotal e missionária em África (Angola, pela Congregação do Espírito Santo, de que a capitalista D. Delfina era protectora). Depois, o choque com meus pais, para quem a minha "vocação" peremptória foi um grito de alarme. Depois ainda a minha obsessão em querer levar a palavra de Deus aos inocentes pretinhos, condenados à vida eterna no limbo sem culpa de ninguém lhes levar o conhecimento da "verdade". Enfim, o gosto da missão, que sobrelevava os cómodos mundanos e os carinhos familiares.

Embarquei de madrugada num comboio para a Régua, acompanhado de meu pai, no dia em que em Braga foi a enterrar o Arcebispo D. Manuel Vieira [de Matos], o bispo da República, soube-o só muito depois. Meu pai, coitado (agnóstico,

republicano e possivelmente maçónico), lá me instalou entregue aos cuidados do Padre (ou Cónego?) Daniel Junqueiro (futuro bispo em Angola). E eu lá fiquei, um pouco temente daquele para mim novo meio geográfico, envolto por montanhas e paisagens muito diferentes, mesmo as humanas, do suave Minho a que estava habituado. Profunda devoção, sobretudo à Santa Mãe de Deus, perante cuja imagem muitas vezes dava comigo a chorar rezando o Credo, e imenso espanto quando os professores ministravam o *rosa-rosae*, a aritmética ou o francês. Que tinha isto a ver com a atracção missionária que me movia?

Depois, o desamparo da solidão familiar; o meu desatino nas tarefas práticas do quotidiano; o terror perante as figurações do inferno pregadas pelo Padre Terças, que até rangia os dentes; e as minhas curiosidades ou observações subversivas que incomodavam os padrecos mais limitados, autoritários e desumanos. Os castigos subsequentes. De uma vez, 24 bolos de palmatória, que o padre Mário Alves da Silva, anafado e rubro de prazer, aplicou paulatinamente nas palmas das minhas mãos, que ferviam de dores. Doutra vez, um castigo na sala de aula: ajoelhado contra a parede, à vista de todos os colegas, e com as mãos sobre os joelhos; a aula acabou, o padreco saiu sem me dizer nada, e eu deixei-me ficar impávido durante todo o tempo de intervalo, até que o professor da aula que se seguia teve de arranjar maneira de arrumar aquela batata quente que o seu colega lhe deixara da aula anterior. Mas a verdade é que eu estava atraído por aquilo: os passeios pela vila e pelos caminhos dos montes às quintas-feiras, em fila, de preto e com chapéu na cabeça; passar pelos povoados com gente diferente da que conhecia, e mulheres alegres (que os padrecos diziam serem da má-vida, o que era a má-vida, perguntava); as missas solenes em dias santificados (era menino do coro, mas com a humidade do inverno as cordas vocais não funcionavam); os presépios no Natal; a cerimónia de ajudar à missa e a oportunidade de escorropichar as galhetas; enfim, ser escolhido para acompanhar o Sr. Padre que ia de manhã a casa da benfeitora Dona Antónia dizer missa na sua capela particular em Godim, e depois o pequeno-almoço que o ministrante tomava na sala com a senhora, e eu na cozinha muito bem servido e tratado pelos criados.

Tudo isso me maravilhava tanto, mesmo que as injustiças me revoltassem interiormente (se te derem uma bofetada oferece a face para te darem outra), que quando minha mãe, roída de saudades, e meu pai no Natal fizeram o

sacrifício (as viagens então eram difíceis) de me irem lá ver, ficaram escandalizadíssimos com a minha tentativa de recusa em sair com eles, para não faltar a uma cerimónia natalícia no seminário (a visita a um qualquer presépio). Aquilo era a minha vida.



Victor de Sá no Seminário. BPB/Espólio V. Sá.

Ainda nas férias grandes, que passei obviamente em Braga na casa familiar, o meu apego à vida monástica levou-me a passar uns dias no [seminário do] Espírito Santo de Braga, acima de Santo Adrião, onde só poucos seminaristas restavam, um deles originário do Brasil, muito afável e amiguinho, que me ofereceu fotografias e quis-me numa cama ao lado da sua, e assim me introduziu, ao contrário das ameaças do inferno anunciadas pelo Padre Terças, nos segredos da bem-aventurança juvenil.

Até que ao segundo ano, tendo reprovado no primeiro, em passado o Carnaval me mandaram embora, não por falta de vocação, mas de aproveitamento escolar.

O resto do ano escolar, já em Braga, ainda o passei indo diariamente ajudar à missa na igreja da Senhora-a-Branca, enquanto meu pai me pôs de dia num

explicador, onde comecei a conviver com outros rapazes e algumas raparigas, enfim, o princípio da vida mundana. E depois as explicações tenazes de meu pai a ensinar-me a matemática e o português, com as diferentes funções da partícula «que», a conjugação dos verbos regulares e irregulares, pessoais e impessoais, transitivos e intransitivos. Um mestre de casa que souou muita estopinha e me desesperou (e eu a ele) por vezes até à exaustão, mas a quem devo a boa figura que fiz a matemática nos primeiros anos do liceu, e a português pela vida fora.

3

Emprega-se na Livraria Gualdino (p. 9)

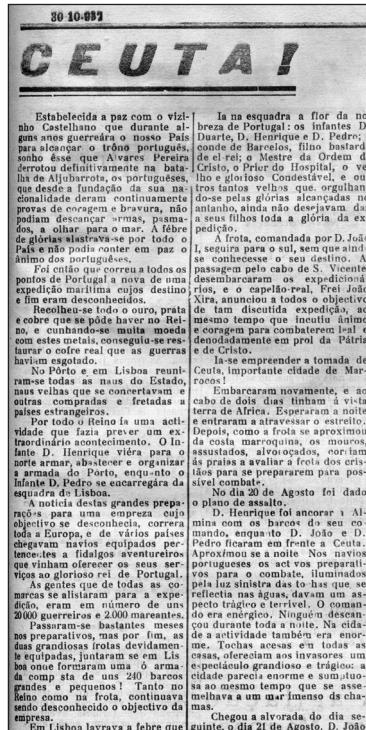
Este foi o culminar (absurdo) do meu curso liceal, nos seus sete anos. Anos de despertar e alterar. Anos de descoberta e de trevas. A assistência escolar de meu pai terminou pelo meu 2.º ano, quando ele, primeiro, foi chamado a frequentar a Escola Central de Sargentos, em Águeda, hoje Escola Superior, durante dois anos, que lhe abriram acesso ao oficialato; depois, com as expedições militares nos Açores durante a 2.ª Guerra Mundial, mais dois ou três anos ausente. Entretanto, a horrível Guerra Civil em Espanha (1936-1939), logo seguida da Guerra Mundial iniciada em 1939. E eu a crescer no meio da bagunçada local e nacional, com as Mocidades e as Legiões Portuguesas, as Concordatas, a União Nacional (partido único) e as prédicas reaccionárias laicas e clericais. E as turmas mistas (raras) no liceu, e as capas e batinas, e os Primeiros de Dezembro e Enterros das Gatas, com algumas passagens por tascas de bairro, namoricos à desgarrada, algumas preocupações de animação cultural, a subversiva formação de uma biblioteca no liceu e de um ciclo de conferências por alunos, a guerra entre as capas e batinas e as fardas da Mocidade [Portuguesa], enfim, uma eleição renhida e ganha para a presidência da Academia. E o primeiro discurso no Teatro Circo, o zero a matemática num exercício do 7.º ano, e uma ampla reclamação ao Ministro para voltar à separação de letras e ciências no 3.º ciclo. E o namoro persistente e teimoso, os artigos nos jornais, uma consciência a despertar fora dos quadros normativos da época e do meio. O curso dos liceus afinal concluído sem pontos negros,

mas com empenhos ao Dr. David de Oliveira para passar no 6.º ano a história, e ao Dr. Freitas Sampaio para obter a mesma graça a latim no 7.º ano. Para trás tinha ficado a recordação e o convívio com outros professores exemplares como esses, a quem a formação cívica e intelectual ficou devendo muito e ainda o Dr. Carrington da Costa, que nos havia iniciado em Claparède e [em falta], além da geometria do programa; a Dr.^a Emília Correia, a quem devo a iniciação na literatura contemporânea e a descoberta de Ferreira de Castro, na Selva e nos Emigrantes; o Dr. Faria Gago, leitor permanente do "Diabo" daquela época, o democrático; e outros e outros que, com o seu humor subtil contrariavam os efeitos perversos dos maus professores vingativos e reaccionários.

Que fazer, então, uma vez terminado o curso dos liceus? As portas da Universidade estavam-me abertas pela generosidade dos pais e sobretudo pelo desejo ardente da mãe que nos queria, a nós três filhos de que eu era o mais velho, atirar para a frente o mais possível, embora meu pai fosse de aspirações mais limitadas, a nível de manga-de-alpaca. Aliás neste aspecto meu pai exerceu sobre mim uma acção de efeitos castradores. Na sua opinião eu era tão preguiçoso, que me agoiava vir a morrer de sede ao pé de uma bica de água só para não ter a maçada de me agachar para a beber. Achava que eu havia de ir para sapateiro ou, em momentos de generosidade, para ajudante de barbeiro. De tal forma era incrédulo a meu respeito, que não aceitou facilmente que fosse eu o autor do primeiro artigo meu que saiu publicado na imprensa local [2]; não me reconheceu pelo nome, embora tenha reparado na semelhança, e só acreditou depois de lhe ter mostrado o rascunho original.

Minha mãe, sim, essa queria mesmo para os filhos o melhor futuro e acreditava nas nossas capacidades. E orgulhava-se delas. A ela fiquei devendo ter obtido o curso liceal completo, pois quando me decidi a trabalhar já nem queria fazer na 2.^a época o exame de latim a que tinha reprovado na 1.^a: "— Se não queres continuar a estudar é lá contigo, mas o curso do liceu tens de acabar".

E assim, com meu pai ausente nos Açores, e minha mãe impotente para demover a minha teimosia, lá fui ao velho Sr. Gualdino da livraria pedir-lhe emprego, com grande espanto que ele, que só mo deu depois de se assegurar que lhe estava a falar a sério. No mês seguinte pagou-me o primeiro ordenado: 200\$00.



Correio do Minho, 30 Out. 1937.

4

Inquérito necessário no "Correio do Minho" (p. 11)

O jornal era órgão da União Nacional e em 1955 estava praticamente às ordens do todo-poderoso e onnipresente António Santos da Cunha, presidente da Câmara Municipal de Braga e patrão de tudo em Braga, nomeadamente da tal União Nacional, de casas comerciais e empresas industriais de construção, etc. etc., até presidente da assembleia do Nosso Café que nós tínhamos criado contra a vontade dos padres e dos patrões da cidade. Nada se podia fazer que não tivesse a chancela pessoal do Santos da Cunha, ou então as coisas ficavam viradas do avesso e a PIDE actuava.

A verdade é que eu estava de relações cortadas com o mandarim. Andávamos sempre emburrados politicamente, por vezes judicialmente e com intervenções policiais, etc. Mas ele, que era um demagogo populista, prestava-se a certas jogadas. E eu, que já começava a ter um cariz de intelectual, fazia-lhe alguma frente, porque ele gostava de conquistar os jovens intelectuais do burgo e da região. Assim, estávamos por alturas de um Congresso de Filosofia em Braga, um jornal de Lisboa publicou quadros estatísticos das frequências nas bibliotecas do país, com os bracarenses na cauda, e ocorreu-me jogar com esta contradição que punha em causa os brios bairristas do presidente.

Se bem me ocorreu a ideia durante a noite, de manhã expu-la ao Humberto Soeiro e a outros amigos que a acolheram positivamente, e à tarde estava na Câmara a pedir uma audiência.

Grande sobressalto nos corredores e gabinetes, mas o presidente, firme, não deixou fugir a oportunidade: que estava em reunião, mas ia interromper, e recebeu-me no próprio salão dos actos. Que sim senhor, era uma ideia formidável, que ia já falar para o jornal no sentido de porem as suas páginas à minha disposição, pois ele apelava para mim próprio que fosse eu a dinamizar a ideia.

Bem lhe percebi a intenção, o que ele queria era comprometer-me como colaborador do órgão da União Nacional (salazarista), mas também aceitei o desafio e desci a escadaria da Câmara já em direcção ao jornal para lá mesmo redigir a primeira crónica [3], no dia seguinte a segunda e assim por diante, mas assinadas por "Um bracarense". Até que passado pouco mais de uma semana, procura-me o redactor-chefe Costa (futuro advogado) com a incumbência do senhor presidente para me dizer que as crónicas estavam a fazer sucesso, que o jornal tinha passado a vender-se muito mais, etc. e que só não estava de acordo que não fossem assinadas com o meu nome, que ele redactor até queria uma fotografia minha para me fazer uma entrevista e assim por diante, uma situação na realidade para mim um pouco embaraçante mas que cortei cerce:

"— Olhe, se as crónicas estão a sair com sucesso, melhor, quer dizer que o problema está a ser tratado com êxito e era isso que todos nós queríamos"; portanto que se mantivesse o anonimato, porque se o meu nome aparecesse logo se virava tudo do avesso e ia o inquérito por água abaixo. A própria entre-

vista comigo, visto insistir ao menos nisso, que sim senhor, mas lá mais para diante, para também não perturbar o andamento das crónicas, eu depois diria quando me podiam entrevistar.

Um inquérito necessário

A população do Distrito de Braga lê muito pouco

PORQUÊ?

Temos de encarar as realidades para lhes darmos solução

Braga apresenta, por vezes, aspectos paradoxais. No campo da cultura, por exemplo, Braga está a atravessar uma maré eufórica: conferências culturais na Câmara, Congressos de Filosofia, exposições artísticas e bibliográficas, fundação de clubes de cinema, conferências culturais, etc. Mas, por outro lado, Braga lê muitíssimo pouco. O livro não penetra nas suas camadas populacionais. É considerado não só um objecto de luxo, mas até uma coisa estranha. Não se lê em casa, não se lê nos jardins, não se lê, tão pouco, nas bibliotecas.	Isto numa maneira geral, evidentemente. Mas numa maneira que impressiona fortissimamente as estatísticas. O culto do livro é, consequentemente, o carinho pelas bibliotecas, é um sentimento que não se encontra com facilidade nesta cidade. Quanto aos livros, são bem reduzidos as famílias que em suas casas têm instalada uma estante para eles. E, quanto às bibliotecas, nomeadamente as bibliotecas públicas oficiais — quantas há, e quantas pessoas as frequentam? É a esta pergunta que responde confrangedoramente o quadro estatístico que a seguir publicamos:	Postos, assim, perante um quadro transcrita da Estatística de Educação Nacional, cujos números não temos que pôr em dúvida, facilmente constatamos a situação de inferioridade em que nos encontramos quanto aos nossos hábitos de leitura, ou, melhor, à falta desses hábitos. A situação é confrangedora e não só deve ter uma explicação como, sobretudo, um remédio. O público de Braga não frequenta as bibliotecas — porquê? Porque as não tem? Porque não satisfazem as suas necessidades? (Continua na 3.ª página)
--	---	---

Correio do Minho, 3 Março 1955.

E assim colmatei por agora a tentativa de me comprometerem, e pelo contrário passei a sentir-me mais à vontade na orientação do inquérito e na inclusão de alguns depoentes conhecidos activistas da oposição (Dr. Rocha Peixoto, Dr. Guilherme Branco, Dr. Humberto Soeiro, etc.) entremeados com alguns burocratas situacionistas.

Até que chegou, já bem adiantado no tempo, o dia da minha entrevista, com fotografia na 1.ª página e entrada da redacção do jornal em que revelava ser eu o autor do inquérito.

Aí foi o fim do mundo naquela pasmaceira de uma cidade ao tempo pacóvia. Os situacionistas ficaram estragados logo ao pequeno-almoço com a afronta que lhes apresentava o jornal das suas fés (crenças). O próprio Santos da Cunha

terá passado a ser assediado como responsável da heresia, o que ele ainda aguentou por uns dias, mas logo a seguir veio do Porto a polícia prender-me a casa e acabou o inquérito.

Claro que isto foi uma grande bronca que incomodou o senhor presidente e o senhor redactor-chefe, ambos pessoalmente responsabilizados pela opinião pública enfurecida, e como não havia de facto outro motivo que fundamentasse a minha prisão, que assim ficava muito careca, eles próprios se terão empenhado em desfazerem-se da enroscadela, e umas semanas passadas estava eu de volta restituído à liberdade formal que então se fingia respeitar [4].

5

Uma bolsa e a discreta partida para Paris (p. 13)

Foi um período intenso de emoções e de tensão.

Em Março de 1962 andava eu empenhado na redacção do "Antero de Quental"[5], estava retirado em casa quando o telefone me chamou. Era de Lisboa, da "Seara Nova": o Rogério Fernandes a anunciar-me que tinha um convite para eu ir a Florença, talvez na semana seguinte. Que não, respondi-lhe, obrigado mas estava com aquele empenho, não podia ir. O quê?! Então viagem e hospedagem pagas, etc., e mais tal. Então que me desse 5 minutos para eu ver a agenda, etc., eu ligaria de seguida.

"... Mas que parvo sou eu: então, se em vez de um amigo ao telefone tocassem à porta e fosse a PIDE a dizer-me venha daí, que hipótese tinha eu de recusar?" Não esperei os cinco minutos, liguei logo a anunciar a minha disponibilidade e a acertar datas, etc.

Foi a viagem maravilhosa de um provinciano do Minho ao coração da Europa, na companhia de uma rapaziada formidável, o Urbano Tavares Rodrigues, o Cardoso Pires, o Alexandre O'Neill, a Natália Correia, a Sophia de Mello Breyner e outros. Em Florença encontrámo-nos com a Agustina Bessa-Luís, o António Pedro alguns de nós ainda fomos a Roma, havia lá uma reunião democrática internacional em casa do Mário Ruivo onde estivemos e de lá

partimos, o Urbano e eu para Paris a darmos continuidade às coisas e a estabelecer outras ligações, etc.

Paris era já uma capital de refugiados intelectuais portugueses, e conheci muitos, alguns eram bolseiros, perguntei-lhes o que era isso de serem bolseiros e como se conseguia, enfim, vim de lá decidido a resolver em Portugal como se arranjava isso. E tinha acabado de preencher os papéis para a candidatura a uma bolsa, só deixei as assinaturas para o dia seguinte, quando relesse o que escrevi nos formulários, e, zás, no dia seguinte entra-me pela porta dentro (ou interceptou-me na rua?) a polícia que me leva preso para o Porto onde, vim a saber depois, nesse mesmo dia já tinham prendido o António Lobão Vital e a Virgínia Moura, o António Ribeiro da Silva e outros conhecidos oposicionistas do Norte. E seguiram-se meses, de Abril a Outubro à espera que os tribunais abrissem e depois, durante mais de um mês, um aparatoso julgamento no tribunal plenário, com sentença lida só em Dezembro, eu saí absolvido, mas os sete meses e meio já ninguém mos tirou de ter passado na pildra e sujeito a todos os vexames da praxe e outros mais brutais (até à fome nos sujeitaram na cadeia de Paços de Ferreira).

Enfim, ao longo deste tempo tinha sabido que os papéis da candidatura tinham escapado incólumes, minha Mulher tinha falado com o Francisco [Salgado] Zenha que os levou para Lisboa e foram entregues na Gulbenkian assinados pelo Lopes Cardoso que então ainda lá trabalhava nos serviços científicos. A partir daí foi nossa preocupação nunca falarmos sobre o caso para não despertar os polícias para essa minha pretensão.

E quando regressei à liberdade passei uns dois ou três meses a tratar dos assuntos mais urgentes, só depois comecei a tratar do assunto da bolsa, tendo sabido que na Gulbenkian o assunto ainda não fora resolvido, estava bloqueado talvez por saberem (o director das bolsas sabia) que eu estava preso.

Comunicou-me isso de certeza certa o meu amigo e antigo professor em Coimbra, Doutor Jorge Dias, que na altura muito se empenhou por bem encarregar este assunto. Foi quando, por sugestão sua, dirigi ao director das bolsas uma carta a informar que entretanto me tinha visto envolvido por um processo político que foi a julgamento do qual saí absolvido (ver no espólio dossier da Bolsa de Estudo).

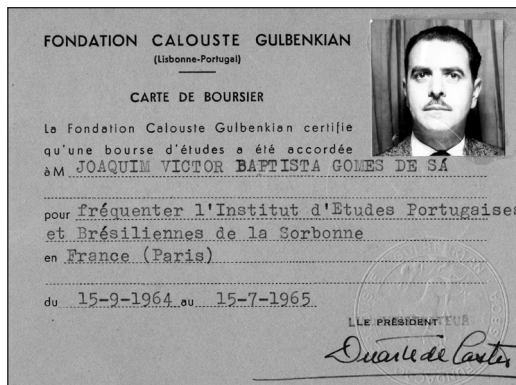
Passados meses, pela Primavera de 1963, recebi enfim a informação de que a bolsa me tinha sido concedida e perguntavam quando queria seguir para Paris.

Foi profunda a minha emoção, apetecia-me gritar a toda a gente que tinha obtido uma bolsa, mas logo senti que era isso precisamente que eu não devia fazer, já estava escaldado com a nomeação para a professor em Braga [6], de que depois me negaram a posse, e contive-me numa auto-repressão custosa, embora tenha respondido normalmente por carta a marcar a minha partida para 15 de Setembro. O segredo foi repartido e guardado por minha Mulher e dois ou três amigos, com quem aliás pude tratar de todos os problemas inerentes à minha deslocação, desde os assuntos comerciais aos familiares incluindo hospedagem e encarregados de educação para os meus filhos, que entretanto continuariam por cá os seus estudos liceais. Foi formidável a ajuda que me deram – e sem ela não poderia ter partido – o Humberto Soeiro, o Lino Lima, o Viriato Carneiro e a Mulher, eles quase os únicos que por quase seis meses mantiveram em segredo os meus preparativos, que incluíram ainda uma viagem turística a Paris com minha Mulher. Foi nessa viagem que nos encontrámos com o Silas Cerqueira, meu companheiro de prisão em 1958 e amigos, que nos resolveu o difícil problema de alojamento, tendo obtido que a sua senhoria nos reservasse o apartamento em Saint-Mandé, que ia abandonar em breve.

Na quinzena de Setembro acabamos de resolver todos os assuntos, ainda fizemos os nossos discretos jantares de despedida com os amigos, no dia 14 levamos os meninos à D. Sabina e ao Senhor Viriato, eu carreguei o velho automóvel que então guardava numa garagem no rés-do-chão do prédio que habitava no Campo da Vinha, também tinha deixado correspondências para porem no correio na segunda-feira, e na madrugada de domingo ala que se faz tarde, partimos na companhia do Zé Bacelar [7], parisiense veterano, que nos conduziu por caminhos certos e costumes sabidos de caminheiro internacional até ao destino, Paris.

Algumas surpresas não previstas: primeira, ao sairmos de casa ia por azar a passar um informador da polícia; depois, quando já tínhamos passado Bragança, tivemos uma pane no automóvel, mas felizmente encontrámos mecânico à altura que nos permitiu seguir viagem; e ao atravessarmos a fronteira, cerca das 13 horas, encontrámos o polícia de serviço a comer o almoço, o que certamente contribuiu para abreviar as formalidades acostumadas. Mas já estávamos do outro lado quando a polícia espanhola, suspeita de quê? prevenida por quem? nos fez retirar as malas e abrir algumas, recordo-me de terem encontrado um saco com nozes que a tia do Zé lhe tinha dado para a viagem, mas afinal

pudemos prosseguir sem contratempo. Só no dia, já partidos de Valladolid e a caminho da fronteira com a França é que enviámos para a família e amigos o nosso telegrama de feliz viagem, os jornais em Portugal deram notícia, e a Delegação da PIDE no Porto mandou para Braga uma brigada a colher informações sobre o caso. Então, só regresssei em 1969, depois de ter concluído um doutoramento, que não era o meu objectivo inicial.



Cartão de bolsheiro. BPB/Espólio V. Sá.

6

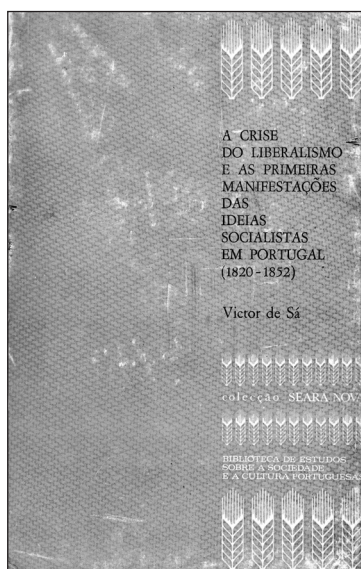
Sem nunca ter vindo a Portugal, mesmo em férias (p. 14)

Assim foi desde que os Professores na Sorbonne me indicaram o caminho que eu devia seguir, por sugestão do iberista Prof. Robert Ricard transmitida pelo lusitanista Prof. Léon Bourdon, apoiada por [George] Boisvert, [José] Terra, Robert Gulbenkian, Coimbra Martins, Albert Silbert e Fundação Gulbenkian: preparar um doutoramento no seguimento dos meus trabalhos publicados (e por eles conhecidos), sobre a influência de Proudhon em Portugal. Tema que eu comecei por aceitar, mas que, tendo-me conduzido a um aprofundamento da história do liberalismo, depois fui modificando até chegar na última redacção ao título mais amplo com que apresentei a minha tese: Contradições do liberalismo e primeiras manifestações do pensamento socialista em Portugal, 1820-1852 [8].

Ao fim do primeiro ano, atingi a compreensão de quanto éramos ignorantes quanto a esse período da nossa história. E depois fiz muitos aprofundamentos e redigi muitas monografias, que mantive inéditas e até inacabadas, antes de encontrar uma linha de continuidade que ao mesmo tempo abrangesse as rectificações históricas a que procedi, e uma visão geral e não apenas sectorial (proudhoniana) do pensamento socialista em Portugal naquele período.

Além daqueles professores recebi apoios preciosos de Pierre Vilar e Vasco Magalhães-Vilhena, no aspecto científico, e dos meus colegas Miriam Halpern Pereira, Andrée Mansuy e Diniz Silva, estes dois últimos sobretudo na transformação do meu estilo de expressão, passando do modo retórico português para a precisão e rigor do pensamento científico francês, ou melhor, para a forma lógica (cartesiana) da expressão francesa.

Bom, mas isso foram os saltos e sobressaltos do decurso do trabalho, tão profundos, que até deixei de publicar artigos nos jornais e revistas portuguesas que habitualmente nos pediam. Assim fiquei livre de evoluir sem me comprometer com visões pontuais que entretanto pudesse ter expressado. Tinha o vago sentimento de que dentro de mim estava a produzir-se uma grande reviravolta nos conceitos outrora perfilhados a nível da casinha portuguesa.



Victor de Sá – A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852).

Ora, com uma oportunidade destas, considerando mesmo que era uma lotaria que me tinha saído, eu não arriscaria, nem arrisquei, comprometê-la com uma vinda a Portugal. Mesmo que, numa hipótese optimista, não me prendessem à chegada, o que tinha era a certeza de que não me deixariam voltar. E assim dispus a minha vida de modo a passar as férias de Verão na companhia de familiares e amigos, como foram as que passei nos dois primeiros anos em Vilagarcia [de Arousa], na Galiza. Depois soube indirectamente pelos donos do hotel onde estive hospedado que a polícia espanhola tinha indagado sobre mim, após o meu último regresso (1965), pelo que, no terceiro ano, me desloquei para o Sul de Espanha, na zona quente do Mediterrâneo (Málaga e redondezas), e nos dois últimos anos seguintes, deambulei pelo Sul de França, Alpes e Itália, até Nápoles e ilhas de Capri e Elba, na companhia só dos meus filhos e mulher, em regime de campismo automóvel.

Estas deslocações de rumo tiveram em conta também informações que me chegaram de que em Lisboa tinha sido preso um primo meu, Joaquim Gomes de Sá, igualmente natural de Cambezes como eu, mas há muitos anos radicado na Venezuela, onde atingiu uma cátedra de Matemática e, naturalizado, era quadro superior do respectivo Ministério. A recepção, que ele teve pela polícia em Lisboa era a que estava manifestamente preparada para mim, como se confirmou uns anos depois quando do meu regresso, que do aeroporto a polícia conduziu-me directamente para a sede da PIDE, na rua António Maria Cardoso.

E muito mais tarde, já depois do 25 de Abril, acabei por ser confrontado com as informações que a meu respeito, e de outros portugueses, eram enviadas de Paris pelo poeta Carlos Cunha durante a minha estadia, um assunto que deu processo em vários volumes e pelo qual fui chamado à Comissão de Extinção da PIDE/DGS, e depois convocado a depor no Tribunal Militar, com vários adiamentos, nem sei como o caso terminou, porque entretanto adoeci e mudei-me de Braga para Sintra. Mas recordo-me que, mesmo depois do 25 de Abril, ainda fui bem incomodado pelas autoridades académicas minhotas e outras que protegiam aquele poeta arcoense, que pretendeu ser docente na Universidade do Minho e depois se fixou na cidade como docente da Faculdade de Filosofia. (Há um dossier a este respeito no meu espólio).

7

Post 25 de Abril (pg 15-18)

Não me dá prazer algum, pelo contrário sinto que me faz mal, estar a recordar estes casos, mesquinhos e torpes, do antigamente; e por isso vou abreviar o fim destas Apostilas, terminando-as com uma referência à minha retirada de Braga. Vivi lá meio século, praticamente uma vida, o melhor da minha vida. Não; o que devia ter sido o melhor e o mais produtivo da minha vida. De trabalho, canseiras e vexações é que foi. Na minha vida de septuagenário contam-se os dois parêntesis em que fui feliz: os cinco anos e tal passados em Paris, e agora estes já oito em que vou, passados em território de Sintra. Períodos em que me senti e sinto relaxado, sereno, encontrado e reencontrado comigo mesmo.

Depois do 25 de Abril, não se tendo revelado em mim uma vocação de política profissional, a de intelectual desprotegido deixou-me em Braga a descoberto relativamente aos muitos alçapões que as velhas raposas do sítio me montavam, e ainda mais susceptíveis de produzir efeito quando eu me entregava obstinadamente à minha tarefa de professor, e mantinha a minha proverbial ingenuidade.



Livraria Victor após apedrejamento em Novembro de 1975. BPB/Espólio V. Sá.

Foi primeiramente a hostilidade contra a minha presença no "Correio do Minho", nomeadamente de oportunistas acobertados pelo partido socialista e pelos párocos antigos e outras forças reacionárias acicatadas pelo Cónego Melo e seus sequazes: que eu até julgava que era professor, mas ainda havia de ver que não, etc. (ameaças que me chegavam aos ouvidos).

Depois, foram as sequelas do "verão quente": dois apedrejamentos à livraria que era a menina dos meus olhos, e uma metralhagem de 26 tiros, tudo a coberto da noite, ao longo da segunda metade do ano de 1975 e no dealbar de 1976. Também uma preparação de assassinatos selectivos de dez democratas, em que eu era apontado à cabeça. Tudo concebido e planeado por pessoas muito dignas da cidade, algumas passando por minhas amigas; porém com oposição de outras, e sobretudo com a recusa decidida do executante com que contavam, o muito digno "Corrécio" (Eduardo Oliveira), que apesar de todas as tratantadas e violências que praticou por esses anos, tinha o seu "código de honra" e terá respondido: – "Faço tudo para a destruição da livraria, mas matar não mato". Honra lhe seja!



Victor de Sá com a Ordem da Liberdade. BPB/Espólio V. Sá.

Mas, a despeito da grande expansão alcançada depois do 25 de Abril, uma cidade pequenina onde é fatal a coexistência dos que se guerreiam, felicitando-se por sua vez quando morder não podem. Foi em Braga que se fez o jantar de universitários que haviam de dar-me, falhados os outros, o golpe na minha carreira com que se pretendeu concretizar os vaticínios antigos do Cónego Melo, agora (em 1978, vésperas da Páscoa) anfitrião dos universitários conluídos. E foi o mesmo dignatário que em 1990, tendo eu sido condecorado no 10 de Junho com a Ordem da Liberdade, na altura do jantar oferecido pelo Presidente da República atravessou a sala em direcção a mim e cumprimentou-me a felicitar pela comenda. Uma vida social como se vê muito promíscua, que não liga com a minha sensibilidade.

A verdade porém não é linear mas poliédrica. E se outros motivos não houvesse, esses muito contribuíram para a minha retirada definitiva.

Rio de Mouro, Fevereiro de 1992 (entre 11 e 17)

Notas

* O título completo do manuscrito é "Apostilas à biografia de Henrique Barreto Nunes, redigida com grande compreensão e muita amizade, elegância literária e inteligente plano".

[1] Os pais de V. Sá chamavam-se Domingos Gomes de Sá e Florinda Baptista da Silva André.

[2] O artigo intitulava-se "Ceuta!" e foi publicado no *Correio do Minho*, Braga, 30 Out. 1937, p. 3.

[3] O primeiro artigo da série "Um inquérito necessário" intitulava-se "A população do Distrito de Braga lê pouco. Porquê?", tendo sido publicado no *Correio do Minho*, 3 Mar. 1955, p. 1.

[4] Os textos resultantes do referido inquérito foram reunidos em livro sob o título *As bibliotecas, o público e a cultura*, editado em Braga pela Livraria Victor em 1956, num volume de 305 p. Uma 2.ª edição surgiu em 1983, em Lisboa, por iniciativa de Livros Horizonte.

[5] SÁ, Vítor de – *Antero de Quental*. Braga: V. Sá, 1963.

[6] Sobre este episódio ver o texto de V. Sá "Uma nomeação sem posse" no seu livro *Legendas para uma memória*, Braga: Biblioteca Pública, 2001, p. 65-74.

[7] José Gabriel Bacelar (Cervães, Vila Verde, 1924/Porto 1989) foi um notável executante da guitarra clássica, musicólogo e professor, com formação académica em Siena e em Paris, tendo vivido durante 26 anos nesta cidade, onde era uma segura referência dos oposicionistas bracarenses.

[8] A tese de doutoramento de V. Sá na Sorbonne foi publicada em Portugal com o título de *A crise do Liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*, editada pela Seara Nova em Lisboa, 1969, com 432 p.

O incêndio do palácio de D. José de Bragança (15 de Abril de 1866)¹ Eduardo Pires de Oliveira

1

Antes do incêndio

Ao vir para Braga para governar a arquidiocese, D. José de Bragança, irmão do rei D. João V, tomou uma série de atitudes em que quis vincar a sua origem real. Uma dessas atitudes, talvez a mais forte, foi a de mandar fazer um novo palácio. Este edifício criaria uma nova centralidade na cidade, pois após começar a viver nele teve o cuidado de dar ordem à Câmara Municipal que mudasse para a mesma praça. Para a implantação escolheu um local em que iria defrontar o seu novo palácio, embora colocado numa cota inferior, o que ajudaria a marcar ainda com mais força a sua posição de Senhor de Braga.

O novo palácio seria inaugurado em 1751 (e o da Câmara em 1756). Tinha três funções muito distintas: do lado norte servia para a habitação do arcebispo/príncipe; o lado esquerdo era totalmente ocupado com a nova capela palatina. Na parte central, onde existia a escada de acesso ao exterior, ficava também a nova janela de poder.

Todo o restante edifício, isto é, as partes medieval, tardo renascentista e barroca, ou seja, as que estavam voltadas ao largo do Paço e ao seu grande jardim, serviam para os múltiplos serviços da Mitra, de recepção e grandes cerimónias, para além de outros serviços necessários à organização do palácio, entre as quais queremos lembrar a cozinha, situada em local um pouco afastado, de forma a evitar toda e qualquer propagação de fogos.

Após o ano de 1834, e por razões que ainda não são bem conhecidas, a parte norte do edifício do palácio de D. José de Bragança recebeu uma série de serviços do Estado. A verdade é que naquela data o complexo que hoje denominamos como Antigo Paço Arquiepiscopal era imenso e estava um pouco desaproveitado.

Embora se costume dizer que os serviços públicos ocuparam toda a ala Norte, tal não é verdade. Segundo um texto publicado no “Jornal do Porto”, o *senhor arcebispo tinha ainda para a parte do Campo dos Touros duas salas, uma com a secretaria, e outra com a livreria da mitra...*².

Segundo Alberto Feio³, a biblioteca era *valiosa e notável em encadernações mandadas executar pelo arcebispo D. Gaspar de Bragança*. Viria, porém, a ser quase toda *destruída por um incêndio em 1866, sendo de pouco valor, e composto por obras na maior parte truncadas o espólio* que mais tarde, em virtude da Lei de 20 de Abril de 1911, conhecida como “*Lei de Separação da Igreja do Estado*”, seria integrado nos fundos da BPB.

Segundo um manuscrito de 1866 ou 1867, exceptuando aquelas duas salas

*... tudo o mais estava ocupado com as repartições publicas do Governo Civil – Repartição da Fazenda do Distrito e Delegacia do Thesouro – Cofre Central do Distrito – Recebedoria da Comarca – Repartição de Fazenda do Concelho – Administração do Concelho – Archivo do Rezidos – e Estação Telegraphica*⁴.

Alberto Feio deverá ter conhecido pessoas que vivenciaram não só aquele tempo como, também, o grande incêndio de 15 de Abril de 1866. Informa-nos em dois diferentes textos qual era a ocupação que tinha. No primeiro diz-nos que passou a integrar *depois de 1834 a Prefeitura do Minho, e depois o*

*Governo Civil e várias repartições distritais*⁵. No segundo texto foi um pouco mais longe ao afirmar que *estavam ali instaladas as repartições públicas: Governo Civil, administração do concelho, Fazenda distrital e concelhia, Tesouraria e Correios e Telégrafo*⁶.

2 O incêndio

O incêndio ocorrido no dia 15 de Abril de 1866 na ala Norte do palácio de D. José de Bragança deverá ter sido o mais violento que Braga sofreu em toda a sua milenar história. Poderão ter havido outros grandes, enormes incêndios; mas neste associava-se a um edifício de referência uma série de importantes organismos do Estado. Ou seja, este incêndio teve uma terrível acção dupla pois não só foi destruído um dos maiores e mais importantes edifícios da cidade como, também, algo que é tão ou mais importante, os arquivos das instituições que nele estavam sedeadas.

Foi tão impressionante que chegou a ser noticiado nos jornais do Porto e Lisboa. No “Anuario do Archivo Pittoresco”⁷ foi publicada uma gravura de madeira, facto que deve ser assinalado pois naquela data eram raros os textos ilustrados com gravuras.

O fogo começou no início da madrugada, um pouco antes das duas horas, sendo assinalado... *em todas as sirenes de Braga* ...⁸.

A cidade reagiu de imediato, o povo acudiu em massa e os bombeiros compareceram. É certo que os incêndios ocorriam com relativa frequência – grande parte da estrutura das casas era feita em madeira, sobretudo a dos telhados, sendo que muitas vezes também as paredes separatórias interiores eram feitas apenas com tabique –, mas as proporções que atingiu foram impressionantes:

... Era uma chamma tétrica e horrorosa levantada no centro dos muros de Braga, que parecia querer devorar os bens da fortuna dos seus

habitantes. Parecia o clarão do incêndio do cerco de Troia... Parecia que as golfadas igníferas da terrível fogueira queriam levantar uma columna de fogo ás alturas infinitas, aonde chegaram as fagulhas do antigo incêndio da bibliotheca de Alexandria⁹!

Toda a cidade acorreu, todos sem excepção, desde membros da vereação ao engenheiro municipal Joaquim Pereira da Cruz, a cónegos da catedral ou professores do Liceu, como o Dr. Pereira Caldas. Pode mesmo dizer-se que a cidade compareceu em peso, da autoridade mais proeminente ao cidadão mais simples¹⁰. Uma acção muitíssimo importante, talvez mesmo fundamental, pertenceu aos militares.

Além das pessoas, o ataque ao incêndio foi feito com a acção conjugada do maior número possível de meios. É que não só o edifício era velho de mais de um século – com as madeiras, portanto, bem secas e, muito possivelmente cheias de pó, o que podia servir como um autêntico rastilho – como havia um outro perigo gravíssimo que importava atacar em simultâneo: evitar que o incêndio se propagasse à capela palatina e demais imóvel.

Se tal sucedesse as proporções seriam muitíssimo maiores, atingiria as casas da então rua dos Gatos, actual rua da Misericórdia. A partir daí tudo poderia acontecer, as temperaturas ficariam ainda mais elevadas e o fogo propagar-se-ia a outros quarteirões da cidade, atravessando as ruas, podendo mesmo chegar ao complexo da Catedral.

Havia, portanto, que tomar decisões imediatas e bem drásticas. Não havia margem para hesitações. Imperou a sabedoria, a prática: perder uma parte para ganhar o todo. Isto é, concentrar as forças em atalhar o fogo na zona das escadas, na parte central do edifício, e deixar arder toda a ala Norte. Vejamos um texto da época:

Para se evitar que o resto do Edifício que é occupado pelo Exmo. Arcebispo Primaz, não fosse devorado pelo incendio, fizeram-se córtes em diferentes pontos; o primeiro junto á torre da capella do paço, do lado do Sul, na parte externa, e dirigido pelo tenente Frederico Augusto de Sousa, coadjuvado pelos porta-machados, no que todos muito se distinguiram; o segundo no mesmo lado do Sul, na porta interna, e junto à mesma

torre que foi feito por soldados, e auxiliados pelo valente typographo João Antonio de Deus, que foi incançavel, e pelos carpinteiros Manoel Antonio da Silva, Manuel do Charqueiro, e alguns outros paisanos, foi neste ponto, onde o porta-machado Gabriel, no meio das chammas fez o córte d'uma viga, e não podendo já retirar, saltou da grande altura, em que se achava, ao meio do terreiro, com grande perigo de vida, julgando-o morto quantos o viram saltar.

Felismente porém não succedeu assim; porque logo depois appareceu, com igual dedicação, em outro ponto não menos arriscado: o terceiro corte no lado do nascente, junto á casa de S. Geraldo, assim chamada por n'ella ter habitado o santo Arcebispo deste nome...¹¹.

Não fora esta intervenção determinada pelo comandante da 4.^a divisão militar bem secundada pelo digno coronel de infantaria 8 e toda a corporação militar... em ordenar que se cortasse o incendio junto á capella do Paço, impedindo desta forma que o fogo se estendesse a toda a rua da Misericórdia e talvez hoje tivéssemos a lamentar uma ocorrência muitíssimo mais grave.

Como é natural, o fogo demoraria muito tempo a ser extinto, só foi dominado cinco horas mais tarde; no dia seguinte ainda se procedia a trabalhos de rescaldo. No dizer de um jornal *o fogo ainda hontem não estava de todo extinto*¹².

A verdade é que a cidade estava muito mal preparada para responder a um incêndio desta dimensão. Os bombeiros não tinham nem uma boa formação nem as suas máquinas funcionavam devidamente. As informações que se colhem na imprensa são cáusticas. Por muito bem que estivessem preparados, só muito difficilmente seriam capazes de dar a resposta competente. Os jornais aproveitaram o momento para alertar para o facto de Braga não ter um sistema de bombeiros capaz. Vejamos dois exemplos:

É certo que a companhia de incendios não trabalhou como devia trabalhar. Mesmo porque ignora completamente o systema da ordem. Bastantes pessoas, que reconheciam a inutilidade e innação deste corpo de segurança...¹³.

Esqueceu-me dizer, que as bombas prestaram alguns serviços, muito poucos, porém, em relação dos que podiam prestar, porque na terceira cidade do reino apenas uma estava em estado de trabalhar¹⁴!!!

O incêndio teve origem em falha humana. Começou na *repartição telegraphica*¹⁵, na *segunda janella do primeiro andar*¹⁶. Mas como? A resposta é terrível: em *algum mal acautelado lume de ter cozinhado, porque os empregados do telegrapho cosinhavam lá dentro*¹⁷. Ou seja, não se cumpriam os cuidados velhos de séculos que colocavam as cozinhas fora das casas e, menos ainda, em repartições públicas.

O inquérito que se fez não confirmou, porém, as palavras dos jornais. Nem confirmou, nem negou. Foi inconclusivo:

Auto.

A requerimento do ministerio publico, as autoridades judiciaes procederam na segunda-feira passada à formação do auto de corpo de delicto sobe as circumstancias do incendio do palacio do Governo Civil.

*Cremos se não descobriu indicio algum que leve a suppôr crime na causa d'aquelle crime*¹⁸.

O incêndio foi terrível por todas as razões. Analisemos a questão à luz da Braga daqueles tempos: não foi só um edifício imenso, marcante na cidade, que ardeu; ou a constatação de que os bombeiros não estavam preparados para problemas de uma dimensão acima do normal. Foi, sobretudo, porque se muitos serviços públicos estavam mal instalados, pior iriam passar a ficar porque a cidade não tinha capacidade para de um momento para o outro os voltar a ter a funcionar com a mínima qualidade. E, claro, já nem se fala dos problemas que poderão ter ocasionado, ao longo dos anos, a perda dos seus arquivos.

Uma solução poderia passar pelo edifício do Seminário de S. Pedro, situado a poucas dezenas de metros, no Campo da Vinha, que era também enorme. Não admira, portanto, a seguinte notícia que, contudo, não veio a ter sequência prática: *Já foi expedida ordem á repartição de contabilidade do ministerio das obras publicas para que fizesse proceder, de accordo com o snr. governador civil d'este districto, ás obras que fossem precisas no edificio do seminario para alli se estabelecerem as repartições publicas do mesmo districto*¹⁹. A verdade é que estava em péssimas condições, tão más que no início do século XX viria a ser demolido, embora ainda tivesse servido para albergar durante alguns, poucos anos, o Asilo de Mendicidade de Braga²⁰.

Havia ainda um outro problema muito grave no agora arruinado palácio de D. José: as paredes que sobraram do incêndio ficaram não só muito fragilizadas como perderam os travejamentos de madeira, o que ajudava o edifício a ter uma maior consistência. A qualquer momento as pedras das paredes, que tinham ficado descalças, poderiam cair, fosse pela acção do tempo, do vento ou das chuvas que são abundantes em Braga e ajudariam a escavar e perder ainda mais o saibro e o barro que uniam as pedras. Não nos esqueçamos que parte do edifício dava para uma praça muito frequentada, o então campo dos Touros, actual praça do Município, em cuja área central se fazia o mercado da cidade.

A melhor solução seria, sem dúvida, reconstruir o palácio. Mas como, se nem o país, nem a cidade tinham o dinheiro necessário para uma empreitada desta dimensão? Joaquim Pereira da Cruz, o engenheiro municipal, ainda fez um estudo quer dos terrenos, quer do valor que poderia alcançar a obra. A conclusão a que chegou, 40.000\$000²¹, era uma quantia imensa, pelo que a ideia teve que ser abandonada.

Alguma coisa, porém, deveria ser feita pois, repetimos, havia o grave perigo de muitas pedras poderem cair a qualquer momento. Mas só passados cinco anos, em 1871, é que se avançou para o apeamento de uma boa parte das paredes exteriores. Felizmente houve o bom senso de guardar toda a cantaria e pedras lavradas²². Viriam a ser reutilizadas mais tarde, em 1931/1934, no “restauro” levado a cabo pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Os compartimentos que serviam de residência ao arcebispo receberam algumas obras, embora de pequena monta²³.

3

Após o incêndio

Não pode haver a menor dúvida que a cidade gostaria de recuperar o edifício. Mais: precisava de o ver de novo levantado porque (1) fazia muita falta dada a ausência de bons espaços disponíveis para os serviços públicos, (2) era um

perigo devido às pedras soltas e, ainda, (3) algo de muito, muito desagradável de se ver. Não nos esqueçamos que era uma construção cheia de história e colocada na sua principal praça do poder.

Mais, a reconstrução era um desafio tanto para os poderes municipais, como para os públicos. Curiosamente, não temos notícia de que se tenha ensaiado alguma hipótese de alienação, de venda à sociedade civil. É certo que o tempo não era de riqueza; mas também não era de pobreza absoluta.

A década de 1860 foi muito importante para Braga, foi tempo de viragem na economia e na sociedade bracarense pois estavam a começar a chegar alguns “brasileiros torna-viagem” que viriam a ser a alma do Banco do Minho e da Associação Comercial de Braga, instituição criada apenas três anos antes (1863). E embora nessa altura o local mais apetecível da cidade para a construção da habitação destes homens fosse a Avenida Central, a verdade é que estas ruínas tinham uma situação excepcional.

Sabemos que em Abril de 1867 foi remetido a Lisboa um projecto de recuperação:

Reconstrução do Paço.

Foi remetido ao governo o projecto e orçamento das obras necessarias para a reconstrução do Paço Archiepiscopal d'esta cidade. Apenas o conselho geral das obras publicas der o seu parecer, começarão immediatamente os trabalhos²⁴.

Em 18 de Março de 1868 o engenheiro municipal Joaquim Pereira da Cruz ainda fez uma planta sumária do edifício, do seu “quintal” e das ruas e praças envolventes. Não houve, porém, qualquer sequência prática a este trabalho²⁵.

Como curiosidade diga-se que houve alguém que se aproveitou da situação: em Canedo, Celorico de Basto e, depois, na área do concelho de Vila Verde, houve um homem que andou a fazer peditórios dizendo que o dinheiro que angariasse serviria para reconstruir o edifício...²⁶.

Cinquenta e cinco (55!) anos mais tarde, o que era previsível aconteceu: foi necessário desmontar a torre e o lanternim da capela palatina. É certo que essa zona não sofrera directamente com o incêndio. Mas não pode haver dúvidas que

deverá ter sido afectada com a grande violência das chamas e o enorme calor gerado pois estava situada em local imediato. Se a isso juntarmos as mais do que possíveis perdas estruturais nas paredes das salas e a acção do tempo, teremos que considerar que há uma relação directa do desastre acontecido meio século antes com a demolição destas partes da capela.

Nessa degradação há ainda outro facto a considerar: a capela teve uma actividade muito reduzida no século XIX e bem menor após o incêndio. Se aliarmos o facto de que após a expulsão do arcebispo para fora de Braga, em 1911, tudo se torna ainda mais compreensível pois a partir daí ficou sem qualquer espécie de culto. Pelo que não é de admirar a notícia publicada em 16 de Outubro de 1921 no jornal “Diário do Minho” em que se anunciava esta demolição²⁷.

Hoje não sabemos como seria a organização interna do edifício antes do incêndio. Infelizmente, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais não teve o menor cuidado de fazer um levantamento prévio, topográfico e/ou fotográfico, antes de iniciar as obras no edifício. Foram então apeadas todas as paredes e as pedras foram reaproveitadas. Com esta intervenção perdeu-se a última hipótese de informação sobre a distribuição interna do palácio pois não se conhecem nem descrições, nem plantas desenhadas em data anterior à do incêndio²⁸.

Se tivesse havido esse cuidado, haveria hoje alguma memória, alguma ideia de como fora a planta do palácio no tempo em que D. José e D. Gaspar de Bragança ali viveram. Mas não! A única coisa que naquele momento interessava era criar um espaço onde pudesse passar a funcionar a Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga. Ou seja, criou-se uma obra de fachada, em que apenas sobreviveram algumas partes da fachada original, nomeadamente as que estavam feitas com pedra trabalhada, as janelas e portas.

Era esse, aliás, o projecto que fora pensado por Alberto Feio e desenhado, em 1920, por Domingos Rebelo Barbosa²⁹. Pode ver-se nele que apenas interessava criar grandes áreas vazias, fáceis de adaptar, para servir como depósito para livros.

Últimas palavras: a memória do incêndio prevaleceu no projecto elaborado pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais pois num dos documentos

prévios pode ler-se o seguinte:

*Os pavimentos dos arquivos, depósitos de manuscritos e livros serão em cimento armado, a fim de evitar, até certo ponto, qualquer sinistro de incêndio...*³⁰.

Começadas em 1931, as obras estenderam-se até finais de 1934. No dia 4 de Dezembro foi feita a inauguração da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital. Nesse momento terminou a memória física de como fora a vida no palácio de D. José de Bragança. E terminou também a memória física do grande incêndio de 15 de Abril de 1866.

Notas

¹ Nos 150 anos deste terrível acontecimento, talvez o maior incêndio da história de Braga.

² *Incendio do Governo Civil de Braga. Braga, 15 de Abril*. “Jornal do Porto”, Porto, 17 de Abril de 1866. Agradeço ao Eng. António José Mendes esta informação.

³ FEIO, Alberto – *A Biblioteca Pública de Braga. Notas Históricas*. “Boletim da Biblioteca Pública de Braga”, Braga, 1, 1920, p. 70.

⁴ GUIMARÃES, Egídio Amorim – *Morte e ressurreição de um palácio*. “Mínia”, Braga, 2.ª série, 6 (7), 1983, p. 119-145 (p. 5 da separata)

⁵ FEIO, Alberto – *A Biblioteca Pública de Braga. Notas históricas*. “Boletim da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga”, Braga, 1, 1920, p. 72.

⁶ FEIO, Alberto – *Coisas memoráveis de Braga e outros textos*. Braga, Biblioteca Pública / Universidade do Minho, 1984, p. 26.

Godofredo FERREIRA (*A Corte Arquiepiscopal em Braga e os seus Correios-Mores*, Lisboa, [s.n.], 1956) refere a existência de uma planta do edifício no Museu dos CTT. Todas as tentativas que fizemos junto dos responsáveis pelo Museu tiveram resultados negativos. O mesmo lamento nos foi comunicado por Henrique Barreto Nunes e Maria Manuela Milheiro.

⁷ N.º 29, Maio de 1866. Esta gravura foi reproduzida na capa do livro de Alberto FEIO – *Coisas Memoráveis de Braga*. Braga, Biblioteca Pública / Universidade do Minho, 1984. A gravura foi feita a partir de um pequeno apontamento pintado por António Augusto Pereira, um apontador do serviço de Obras Públicas. Em tempos, vimos esta pintura em posse de um particular.

⁸ *Sem título*. “O Pantologo”, Braga, 18 de Abril de 1866, p. 1.

⁹ *Sem título*. “O Pantologo”, Braga, 18 de Abril de 1866, p. 1.

¹⁰ *Incendio*. “O Partido Liberal”, Braga, 19 de Abril de 1866, p. 1.

¹¹ *Incendio*. “O Partido Liberal”, Braga, 19 de Abril de 1866, p. 1.

¹² *Sem título*. “O Noticiarista”, Braga, 17 de Abril de 1866, p. 2.

¹³ *Sem título*. “O Pantologo”, Braga, 18 de Abril de 1866, p. 1.

¹⁴ *Incêndio do Governo Civil de Braga*. Braga 15 de Abril. “Jornal do Porto”, 17 de Abril de 1866. Agradeço ao Eng. António José Mendes esta informação.

¹⁵ *Sem título*. “O Pantologo”, Braga, 18 de Abril de 1866, p. 1.

¹⁶ *Incendio*. “O Partido Liberal”, Braga, 19 de Abril de 1866, p. 1.

¹⁷ *Incêndio do Governo Civil de Braga*. Braga 15 de Abril. “Jornal do Porto”, 17 de Abril de 1866.

¹⁸ “O Partido Liberal”, Braga, 19 de Abril de 1866, p. 1.

É interessante notar que se alvitrou a proibição não só de foguear, mas também de fumar dentro dos edifícios públicos, chegando este jornal a afirmar que no *Porto já se proibiu o fumar dentro do edificio dos paços do concelho*. *Sem título*. “O Noticiarista”, Braga, 21 de Abril de 1866, p. 2.

¹⁹ *Sem título*. “O Noticiarista”, Braga, 28 de Abril de 1866, p. 2.

²⁰ OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *O convento do Salvador. De mosteiro de freiras ao Lar Conde de Agrolongo*. Braga, [Lar Conde de Agrolongo], 1994, p. 159-170.

²¹ *Sem título*. “O Noticiarista”, Braga, 24 de Abril de 1866, p. 2: *Sabemos particularmente, que da secretaria d'estado dos negocios das obras publicas baixou uma portaria o sr. Director das obras publicas d'este districto, para que immediatamente mandasse proceder aos reparos da parte do paço archiepiscopal, que serve de residencia do prelado, arruinada pelo incendio do dia 15.*

²² FEIO, Alberto – *A Biblioteca Pública de Braga. Notas históricas*. “Boletim da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga”, Braga, 1, 1920, p. 72: *Um incêndio destruiu parte do edificio na noite de 15 de Abril de 1866, sendo mais tarde, em 1871, demolida a parte queimada. Durante largos anos aquelas ruínas tem atestado o desleixo e pouca largueza de vistas dos bracaraenses. A apeada pedraria foi inteligentemente guardada, motivo porque não seria dispendiosa a sua reconstrução.*

²³ *Sem título*. “O Noticiarista”, Braga, 28 de Abril de 1866, p. 2.

²⁴ “O Bracharense”, Braga, 11 de Abril de 1867.

²⁵ AMB. Obras Urbanas 9.

²⁶ *Indústria de nova espécie*. “O Distrito”, Braga, 9 de Junho de 1867.

²⁷ *Zimbório do Paço*. “Diário do Minho”, Braga, 16 de Outubro de 1921, p. 1.

²⁸ A planta de Braga, de Francisco Goullard, de 1883-1884, na escala 1:500, não dá, compreensivelmente, qualquer informação sobre os interiores do edifício, nem sequer da capela.

²⁹ Conserva-se apenas um desenho, o alçado frontal. Embora não tenha data nem esteja assinado, a notícia de jornal atrás referida e o grafismo deste desenho permitem aceitar aquela data.

³⁰ SIPA TXT.05577247/48



Fig. 1. Antero SEABRA. *Campo dos Touros e Governo Civil*. 1863 (?). Fotografia



Fig. 2. António Augusto PEREIRA – [Incêndio do Palácio de D. José de Bragança]. 1866. Coleção particular.



Fig. 3. [Palácio de D. José de Bragança]. Anterior a 1871. Fotografia.



Fig. 4. [Ruínas do palácio de D. José de Bragança]. 1891. Fotografia.



Fig. 5. [Ruínas do palácio de D. José de Bragança]. C.a 1900. Fotografia.

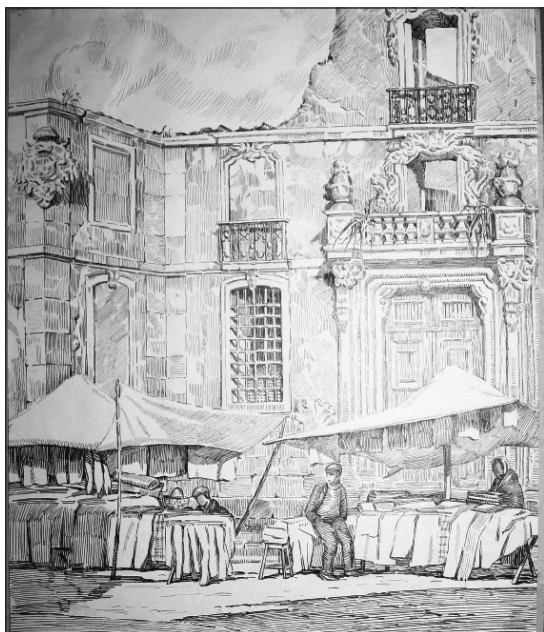


Fig. 6. JOSÉ LUÍS Brandão de Carvalho. [Mercado em frente às ruínas do palácio de D. José de Bragança]. 1930. Coleção Biblioteca Pública de Braga. Desenho.

Ramón Villares Historiador. Ensaísta. “Figura da Nación” da Cultura Galega e Portuguesa*

José Viriato Capela**



Conheci pessoalmente Ramón Villares em 2001, quando o convidei para proferir uma Conferência inaugural de umas Jornadas da *Associação Portuguesa de História Económica e Social*, que se realizaram na nossa Universidade do Minho.

A partir de então tive oportunidade de ir conhecendo a sua obra e com ele ir convivendo nas suas múltiplas vindas à nossa Universidade, muitas vezes nas tarefas de Reitor da Universidade de Santiago de Compostela – e ultimamente também como membro do Plenário do Conselho Cultural da Universidade do Minho e da sua Unidade Cultural da Casa Museu de Monção.

* *Laudatio* do padrinho na cerimónia de atribuição pela Universidade do Minho das insígnias de Doutor *Honoris Causa* ao Professor Ramón Villares, em sessão realizada no Salão Medieval da UM em 17 Julho 2015.

** Presidente da Casa Museu de Monção. Professor Catedrático do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da UMinho.

Mas esta circunstância e responsabilidade de ter de vir a fazer o seu elogio público nesta Cerimónia de outorga do Doutoramento Honoris Causa pela nossa Universidade não estava nos meus horizontes. Mas faço-o com a maior honra e apreço intelectual e humano que a figura de Ramón Villares nos merece, a mim e aos meus colegas do Departamento de História e do Instituto de Ciências Sociais que acolheu e votou, com júbilo, unanimemente, a minha proposta de concessão do título de Doutor Honoris Causa pela Universidade do Minho a Ramón Villares.

Como apresentar em tão nobre ato e de forma breve e sintética a figura de Ramón Villares que a nossa Academia Minhota por proposta do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais quer integrar no seu quadro de *Doutores Honoris Causa*?

É tarefa ao mesmo tempo fácil, pela notoriedade académica e pública de Ramón Villares que ultrapassa de largo as fronteiras do seu país, mas difícil pela extensão, mais alta valia e significado da sua obra científica, académica e cultural que justamente aqui nos convoca para este Ato.

Há uma maneira, mais fácil, mais expedita de o fazer, seguindo as súmulas bio-bibliográficas da apresentação editorial dos seus livros, pelos quais, aliás, muito público universitário e o grande público o conhece.

Em rápida biografia e percurso académico fixemos-lhe os momentos essenciais: nascimento em 1951; Licenciatura em 1973, Doutoramento em 1980; Professor Catedrático de História Contemporânea; Decano da sua Faculdade de Geografia e História (1986-1990), Reitor da sua Universidade de Santiago de Compostela durante os anos 1990-1994.

De forma breve fixam-se aí as principais presenças no mundo académico e da cultura: Membro da Real Academia galega; Membro fundador e Presidente da Associação Espanhola de História Contemporânea entre 1996-2002; Diretor na Galiza da Universidade Internacional Menendez Pelaio (UIMP), 1997-2006; Atual Presidente do Conselho da Cultura Galega.

De forma breve diz-se também «especializado em História Agrária e História Intelectual»; e «que sua obra abarca aspetos mui diversos, ainda que preferentemente orientados para a compreensão do Mundo Contemporâneo» onde é dito «autor de duas dúzias de livros e numerosos artigos de sua especialidade».

Assinala-se aí também a direção de dúzias de memórias de Licenciatura e de Doutoramento quasi todas centradas na História Social e Agrária da Galiza, assim como vários projetos de investigação.

Refere-se ainda a pertença a Conselhos de Redação e *referee* de múltiplas Revistas de especialidade. Retemos aqui as das Universidades Portuguesas prestigiadas, *Ler História* (ISCTE – Lisboa), *Análise Social* (ICS – Lisboa), *Revista de História da Sociedade e Cultura* (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).

Tudo isto, muito pouco, para quem conhece a extensão do *Curriculum Vitae* de Ramón Villares, desde logo para muitos dos que o acompanham nesta sala, a comunidade da Historiografia e História da Cultura em Portugal e também a comunidade académica da Universidade do Minho que no processo de apresentação da proposta de Ramón Villares a *Doutor Honoris Causa* teve oportunidade de se confrontar com o seu vastíssimo *Curriculum* que releva em muito as súmulas das Apresentações nas suas Obras.

Para a definição do campo intelectual de Ramón Villares, completarei o quadro dos seus interesses e projetos de investigação por ele próprio elencados: a História Agrária; Politização campesina, Historiografia, Estudos Culturais, História das Migrações e do Exílio».

Da obra escrita, salientarei três conjuntos essenciais. Os ligados à *História da Galiza*, a começar pelas obras de História Social Agrária da Galiza e também da Emigração, superiormente iniciadas na sua Tese Doutoral *La propiedad de la tierra en Galicia 1500-1936* (prémio de melhor tese em Filosofia e Humanidades apresentada em Espanha em 1980, pela Universidade Internacional Menéndez Pelayo), seguida de vasto políptico de outros trabalhos ligados ao tema da Sociedade galega de Antigo Regime e da Época Contemporânea; *Figuras da Nación* que reúne 12 ensaios relativos quasi todos à História Cultural e Política da Galiza Contemporânea; a *História da Galiza* (1.^a edição de 1984), que no ano passado de 2014 vê a sua 12.^a edição, traduzida em vários idiomas, submetida a várias revisões e complementos. E outras muitas colaborações em obras coletivas de História da Galiza, em especial *Galicia Siglo XX*, sobre a História mais recente.

Depois o núcleo de estudos sobre a *História Contemporânea e História de Espanha*, com as obras maiores, *O Mundo Contemporâneo, séculos XIX e XX* (em 8.^a edição de 2013); em curso a *História de Espanha*, esta um ambicioso projeto de 12 volumes que co-dirige com Josep Fontana.

E um núcleo muito variado de outras obras, ensaios, apresentações, artigos de revistas de temas da sua especialidade e sobre a História. Neste quadro permitam-me salientar um dos seus mais recentes trabalhos, pelo significado para a nossa cultura Lusíada, o prólogo à 1.^a edição espanhola de *Casa Grande y Senzala de Gilberto Freire* (Madrid, 2010).

Em Ramón Villares o que logo de imediato nos atrai é essa enorme paixão pela História – ou História como paixão – que em textos de rara beleza e polifonia, na sua “castiça” língua galega cheia de cores e sonoridades – que faz questão de cultivar para mais largamente ir ao encontro das gentes e culturas – nos embriaga nesse sentimento de viver, sentir e amar a História e dela quer fazer a Alma Mater das Humanidades.

Que o faz seguindo desde logo as fileiras dos maiores cultores da Historiografia Espanhola e Europeia que formam a consciência crítica e prospetiva para os problemas do seu tempo e dos seus povos. Nela entram logo também as referências maiores da Historiografia Portuguesa Peninsular e até Europeia de Alexandre Herculano, Oliveira Martins, Jaime Cortesão, José Mattoso. E que o leva a dirigir os seus estudos para os momentos críticos e principais agentes motores e transformadores da vida dos Povos e Comunidades, na produção de uma História como paixão, que é uma história de ordem pragmática, não para resgatar o Tempo Perdido mas “a que adquire forma e sentido moral, de uma moral como crítica do mundo e não o seu produto”.

E pela História, por essa maneira de pensar mais abrangente das Ciências Humanas e Sociais quer compreender o Mundo de Hoje, tão difícil está de pensar pelo amontoado e catadupa de informação e ao qual é mesmo necessário incutir o sopro de inteligibilidade e coerência deste campo destas Ciências.

Ramón Villares é sabido, é hoje uma das referências da Historiografia Hispânica, com cujo contributo – e de outros da sua geração – a historiografia espanhola recuperou do seu atraso e se colocou ao mais alto nível da Historiografia Europeia e Universal.

É desde a sua origem uma História escrita na prática das regras mais apuradas do ofício do Historiador (ao modo do que ensina Marc Bloch), com o intenso trabalho de arquivo, nos fundos das instituições galegas que tão ricas são e tão pouco exploradas estavam, cuja obra vem valorizar e incentivar ao estudo e proteção e funciona como estímulo ao trabalho que é necessário fazer nos e a partir dos Arquivos Históricos. Esta é uma investigação e uma ciência que é levada a cabo no quadro da *Nova História dos Annales* que inicia na Escola de Eiras Roel, bem como nos horizontes pós-marxistas, praticando desde logo com Josep Fontana e outros na historiografia do «marxismo plural» de Pierre Vilar. Mas será em Vicens Vives, na sua monumental *História Social e Económica de Espanha e América* que ilumina a historiografia espanhola e mundial desde 1957 – e mais intensamente desde 1971 – que descansará enfim «seu coração» de Historiador. Estão aí as mais profundas marcas da História Social, e também os horizontes hispano-americanos que tão largo espaço tem na sua Historiografia.

Fá-lo desde logo a partir da História da sua terra e das suas gentes na sua *História da Galiza*, que em vários idiomas e edições se vai dando a conhecer ao Mundo, incluindo a Portuguesa, dos Livros Horizonte, 1991. História esta «convertida, como se refere na nota à edição de 2014, em referência fundamental para a compreensão de uma realidade social, cultural e política que praticamente desde as suas origens, forma parte da Europa e participa de modo muito relevante na História de Espanha». E de imediato em mais alto voo para perscrutar na História escrita e reflexiva as primeiras e mais cultas apropriações do sentido e destino da História Galega, na série de Estudos-Ensaio sobre o que muito a propósito chama as *Figuras da Nación*.

Mas se há vetor particularmente inovador na produção e obra historiográfica de Ramón Villares é o sentido de Modernidade e Otimismo que ele transporta à História e à Historiografia Galega (e em geral), que lhe dá o mais forte sopro de atualidade, ativa na fixação da intra-história, isto é, daquele presente da História, de que fala Unamuno. Permitam-me a este propósito destacar a notável fixação da valia e atualidade da obra de Ramón Villares que o Presidente de *La Voz de Galicia*, Santiago Rey Fernandez-Latorre, faz a propósito da edição da *Galicia Siglo XX* (edição de *La Voz de Galicia*): «este volume no es, por tanto un libro más. Incluye nuestra propia biografía, porque las generaciones actuales no pueden entenderse a si mismas si no desentrañam dos hitos de los

fenómenos que cambiaron su vida. Sólo con eso la Historia Grafica del Siglo XX sería una impagable aportación. Pero va mucho mais allá: narra magistralmente la intrahistoria de nuestra tierra, en un compendio deslumbrante (...) Sus paginas, concebidas com exacta precision por el professor Ramón Villares, muestran claramente que el último há sido el siglo del despegue de Galicia. El tiempo de su lanzamiento a la modernidad y a la apertura de grandes e nobles expectativas de futuro. Muchas de esas ilusiones coletivas están hoy certamente esbozadas. Todavía hacen falta ímprobos esfuerzos por llevarlos a cabo. Pero conocer cuánto se há trabajado en el siglo XX por hacerlas realidad no constituye un ejercicio de nostalgia. Esta obra es una inyección de corage para luchar por alcanzarlos ahora mismo» (Santiago Rey Fernández – Latorre. Presidente de La Voz de Galicia).

Está de facto presente em toda a obra de Ramón Villares uma das mais vigorosas reações ao pessimismo decadentista que percorre a Cultura e Letras Peninsulares desde a geração *fini secular* de 89 e que corria (corre) o risco de ser olhada e seguida na sua História e na sua Literatura e Historiografia de modo acritico. Neste caso coloca-se nos antípodas ou em reação ao Reitor de Salamanca, Unamuno, que aqui já citamos, que em autores portugueses como Antero, Camilo, Laranjeira, reforçou os sentimentos decadentistas da História Filosófica dos povos peninsulares, de cujos horizontes quase masoquistas tem a nossa Cultura dificuldades em se libertar.

Esta é uma reação ao mesmo tempo *Historiográfica* e *Antropológica*, que se alimenta sem dúvida dos ambientes do crescimento e criatividade política e cultural galega do pós 1936 que Ramón Villares historicamente surpreende e fixará da sua vivência na Galiza mais Livre, Autónoma e Progressiva, e Culturalmente mais rica da sua Contemporaneidade.

Na História em particular no estudo do Regime Forâneo e na Emigração, fixou as bases da constitucionalidade da Sociedade e Povo Galego no modo como os diferentes interesses se lhe foram moldando no longo prazo até um tempo bem recente. Na Revolução do resgate dos foros, na desamortização, e em particular com as remessas dos emigrantes, e sua ação em prol da instrução do Povo Galego, descortinou os fatores de libertação da terra, e da constituição de proprietários do seu, da Instrução Popular, enfim, de libertação das

energias da nova Sociedade Galega. O instituto forâneo, a emigração, tinham no seu seio sementes do futuro. O que para muitos era vista como suporte da pobreza, bloqueio ao desenvolvimento e fator de exílio, pode volver-se em fator de regeneração, progresso e vitalidade.

Está claro que por sobre este movimento e transformações sociais-agrías foi necessário seguir o passo das Revoluções Política, Social e Cultural do Capitalismo, do Liberalismo e da Democracia. E seguir também os caminhos do exílio, para permitir aos galegos ver melhor do exterior a sua terra. É essa constante dialética entre o Presente e o Passado no devir Histórico e na fixação do que hoje argamassa o presente que a obra de Ramón Villares ganha sempre o seu maior interesse e atualidade.

História que logo vai contrastada nos notáveis Ensaaios de história e cultura política sobre a representação que dessa sociedade antiga fazem as Figuras da Nación Galega, próceres da sua moderna cultura e história.

É no estudo das notáveis *Figuras da Nación Galega* que Ramón Villares procederá à análise crítica dos contributos e ações das suas diversas gerações e procederá ao resgate dos imaginários pessimistas e decadentistas, largamente dominantes, do século XIX e 1.º terço do século XX e onde logo integrará as modernas figuras do século XX da Galiza moderna, culta, ilustrada, burguesa, industrial e mercantil.

Figuras da Nación (ed. Xerais de Galicia, 1997) recolhe os artigos de figuras e movimentos e círculos culturais escritos de 1977 a 1996, num tempo de ativas reflexões e escritos sobre Nação e Nacionalismos – com a obra central de Fernand Braudel, *L'Identité de France* – mas também de aceleração do processo emigratório para a Europa e que coloca novos problemas de representação da comunidade galega, históricos e de afirmação de identidade. E permite olhar de novos horizontes o processo de integração capitalista da Galiza e zonas periféricas na Ibéria do século XIX. Vai aí ao encontro dos Ilustrados galegos (com tanta influência em Portugal e ainda tão pouco conhecidos) e em especial das «sobranceiras» *Figuras das Gerações* do século XIX e XX, (o Pedraio, o Murguia, o Vicente Risco, o Castela, entre outros), cuja análise faz «atendendo ao contexto económico-social e ideológico em que lhes tocou viver (...) enroupadas com fardel da História toda da Galiza do seu tempo».

Este elenco ganha nova envergadura na *Galicia. Siglo XX*, obra maior, inclusive pela larga ilustração iconográfica sobre a Galiza. As *Figuras da Nación*, os lugares de *Memória e Símbolos* e os *Temas Históricos* desta Galiza no século XX são os de uma etapa que assiste só agora, ao fim da Economia e Sociedade de Antigo Regime onde emergem as novas figuras e agentes associados à construção da Galiza Moderna. Por sobre as figuras predominantemente de Letras e Cultura, das Gerações do século XIX e 1.^a metade do XX, surgem agora os novos empreendedores, os industriais, os sindicalistas, os agentes dos novos movimentos políticos, sociais e culturais, o novo regionalismo, o galeguismo, promoção da Língua Galega, o Estatuto, a Autonomia, ao ritmo das intensas lutas políticas, abertura e renovação cultural. Então é bem mais patente a eficácia social da Cultura e das Letras.

Em paralelo do horizonte Histórico, o *Antropológico* liga Ramón Villares ao mais rico da contribuição e correntes da Cultura e estudos arqueológicos, etnográficos, cultural-linguísticos que se debruçam sobre o povo e a sociedade galega no mais íntimo das ligações genesíacas à terra, à paisagem, à cultura tradicional que o articula às contiguidades histórico-geográficas de Portugal e do Minho, e da sua Cultura, Literatura e Romance da matriz galaico-minhota, na mais viva referenciação à obra de autores portugueses, em forte convívio intelectual, designadamente a Teixeira de Pascoais, o Dr. Teixeira dos Galegos, figura de referência da comunidade galega e portuguesa de Cultura.

O sentido cultural, cívico e político da obra de Ramón Villares é um dos horizontes principais da sua obra. É como se pretende largamente desenvolver e afirmar nos objetivos da escrita da mais recente *História de Espanha* que coordena com Joseph Fontana para a Crítica/Marcial Pons, «escrever uma História de Espanha que recolha os avanços das investigações dos últimos anos e neles inscrever os novos enfoques e problemas contemporâneos». Aí «se propõe em última instância oferecer, por via do relato histórico, uma visão da Espanha atual, de ordenação política plural em sua forma de Estado e de entusiasta abertura ao exterior em seus comportamentos económicos, sociais e culturais. E é sua «intenção situar o debate sobre o passado coletivo dos espanhóis no ponto de mira da opinião pública da Sociedade atual». Nesse quadro o estudo da *Imprensa Galega* no primeiro terço do século XX, revelar-se-á campo de

estudo privilegiado, porque aliás foi uma das melhores expressões do despertar cultural das vilas galegas», do mesmo modo que é a expressão e está presente no enorme surto da Imprensa local e Regional Portuguesa, na doutrinação e suporte do regionalismo localista e municipal português. O exercício de Historiador na Praça Pública leva-o a sustentar ao longo dos anos 2003, 2004 e 2005 breves crónicas na Rádio Galega que publicou sobre o título de “*Clío nas Ondas. De libros, personas e sazóns*” (2007).

Nunca é de mais sublinhar o alto significado político e cultural da envergadura da escrita de uma *História Geral de Espanha* (e como tal também da Galiza) a que anda associado o destino das mais altas figuras da Cultura, das Letras e da Historiografia de Espanha, que por tal tarefa volve também Ramón Villares em Figura da Nación, da Nação Grande da Hespânia, da Galiza e agora também de Portugal.

Da sua estatura cultural decorrem as mais importantes tarefas que vem sendo chamado a desempenhar em particular as que agora desenvolve no Consello da Cultura Galega com mais elevado critério e sentido estratégico.

Finalmente, e com particular pertinência para esta circunstância, de realçar em Ramón Villares o mais perfeito e completo perfil de “scolar”. Um investigador e professor que ao ensino e à investigação universitária dedica uma vida, onde a missão universitária se coloca no centro das suas atividades, de onde parte e aonde regressa e ao seu “claustro” sempre referenciará a sua obra. Fundador de escola nos múltiplos discípulos que tem formado e na capacidade agregadora e condutora de novos projetos e linhas de investigação, num horizonte de ultrapassagem e de atenção aos novos problemas. Tais como os que o levam, a inserir num dos últimos projetos de investigação em curso, em fidelidade às origens agrárias e rurais da sua primeira investigação, o projeto «*Inventário e Ordenacion dos fundos florestais e rede de avaliacion e vixilancia do médio Ambiente*», em grande medida e resposta ao desordenamento agrário e florestal galego que os incêndios de 2006 tornarão patentes. Na sua obra respira e colige-se, enfim, o melhor e essencial da Literatura Histórica, Historiografia e criação cultural de Espanha e Galiza, num convívio e referência, fluxo e pulsão sempre presentes, entre os seus autores e cultores que insere nas correntes mais avançadas da investigação histórica.

E exprime-se também no largo sucesso editorial das suas obras mais representativas, na Galiza, em Espanha, em Portugal. E de um modo muito especial na larga presença de Ramón Villares nas instituições científicas, académicas e culturais internacionais.

E que dizer sobre o significado da obra de Ramón Villares na Historiografia e Cultura Portuguesa?

Ramon Villares é um militante na Galiza da Cultura e História de Portugal que conhece bem e vai sempre presente nas suas obras, ensaios e iniciativas. Desde logo no manancial de relações históricas das Letras e Cultura Galaico-Minhotas e Portuguesas em particular no século XIX e 1.^a metade do século XX. E depois nas vicissitudes da nossa História Comum Peninsular (e até europeia), desde as origens de Portugal como Reino Independente, separado da Galicia. Neste quadro se insere a notável coletânea de Estudos sobre *O Século de Xelmirez* (editada sob sua égide pelo Consello da Cultura Galega, 2013) sobre as relações entre Santiago e Braga, o século da Independência do Condado Portucalense e origens de Portugal, apresentado em 2014 no Salão Nobre da Reitoria da Universidade do Minho. A nossa melhor historiografia (designadamente a Iberista) e agora de modo particular e mais moderna com José Mattoso está nos seus horizontes.

Por outro lado, a sua obra é hoje de facto em muitos temas e na apreciação global guia e roteiro para a compreensão da História Portuguesa e também a Minhota, numa perspetiva da história galaico-minhota e peninsular.

Nos estudos sócio-agrírios sobre a Galiza de longa etapa de extinção dos foros (sua remissão e consolidação como por cá se diz), no processo da desamortização, nos caminhos de acesso à terra de velhos e sobretudo novos estratos sociais, em particular no enraizamento histórico-cultural do forte sentido de propriedade e comunidade – civil e paroquial – na construção do processo identitário, há nos textos de Ramón Villares páginas e compreensões que se podem transliterar à realidade minhota e portuguesa.

Esses estudos histórico-culturais servem também à leitura dos imaginários rurais literários, clássicos à cultura e sociedade minhota, desde as visões românticas de António Costa, passando por Júlio Dinis, Camilo Castelo Branco e Jaime Cortesão, à visão mais recente anti idealizada e poliédrica de Aquilino Ribeiro, na *Casa Grande de Romarigães* (1959), de Ruben A. na *Torre de Barbela* (1965) (Aguiar e Silva – *Caminhos da Memória e do Saber*, UMinho,

2007)). A obra de Ramón Villares é assim essencial à compreensão do nosso Minho rural, telúrico, barroco, que está na continuidade da paisagem galega nos horizontes das transformações operadas na passagem da Sociedade e Economia de Antigo Regime à do Capitalismo do século XX que serve, aliás, de contraponto, à pouco simpática descrição da terra e cidade de Braga que o outro Reitor, o de Salamanca, Unamuno, em *Viagem por Portugal e Espanha* deixa da nossa cidade, dos nossos monumentos, da cultura religiosa dos bracarenses, onde só vê expressões de um castrado «casticismo» português.

Em Ramón Villares a abordagem destes temas vai rigorosamente fixada nas realidades histórico-políticas de ambas as regiões, que permitem inscrever as personagens e os movimentos sociais e culturais de ambas as terras nas suas coordenadas políticas da Galiza no Estado Espanhol, do Minho no Estado Português, de diferentes tradições centralistas, unitárias, regionais, autonómicas e provinciais, que dão tom e destino diverso às suas propostas, aproximam e separam as culturas dos nossos povos e estabelecem termos bem específicos ao diálogo das suas Culturas e dão destino político próprio aos seus territórios.

Com Ramón Villares e a sua obra sentimos que é mais fácil compreender o Tempo em que vivemos. Por ela é possível situar também a nossa terra nos horizontes mais vastos da nossa cultura e geografia que é portuguesa, galaico portuguesa, ibérica e europeia, mas também construção de sentimentos comuns da irmandade e amizade galaico-minhota de que Ramón Villares é por génio e cultura maior cultor.

Esta é a Homenagem que em Ramón Villares se pretende fazer às Letras e Cultura Galaico-portuguesa, à sua moderna historiografia, a mais ativa moderna e criativa, que pretende dar maior horizonte às contiguidades geográficas de ambos os territórios, às permanentes relações económicas e comerciais, às correntes de migrantes, profissões e artífices, enfim, de modo especial mas não reducionista, aos que pretendem celebrá-las, do lado galego na Língua de Camões e de Cervantes, e do lado português, na Língua de Camões e Rosalia de Castro.

Senhor Reitor, membros da comunidade académica, minhas senhoras e meus senhores. Dito isto, tenho a honra, de solicitar em nome do Instituto de Ciências Sociais e do Departamento de História a que pertenço, a atribuição das insígnias de *Doutor Honoris Causa* ao Professor Ramón Villares.



mais tarde
José Manuel Mendes*

arrepio este: sobressalto,
futurível.

quero dizer cingido a uma ferramenta de emoção.

quem concebeu afogueou na harmonia e subtileza esculpiu as notas que percutem
se não mesmo invadem

os lugares da nossa intimidade desprevenida? quem no xisto encontrou os
versos?

viagem água amanhecer novo tempo e já memória margem ramo de astros
todo o destino é partir.

(a flor e o labirinto de lexemas assim: todo o sentido se restaura e infixa sub-
jectiviza na interlocução,
interautoria portanto.)

caminho “em silêncio ao longo da praia do mar marulhante” (homero, frederico
lourenço). desde o primeiro transe a tocar a estrela que foge: para sempre na
alvura original da ilíada. e todavia sento-me numa das cadeiras do salão
medieval, ali ao largo do paço. não tardo no destino dos navios: ilimite e âncora,

* Escritor. Membro do Conselho Cultural.

perecibilidade. esplendor de cada um dos sulcos
do possível. um ecrã, nele o poema rola com vagares de onda, eriçado de
nódulos artrites só por mim identificados, não o olor grisalho do que vai perecer.
cortejo académico, alunos, convidados. as vozes.
sinto e penso,
antes de poder descobrir-me fingidor (pessoa),
a interrogação e o frémito do sagrado, um sagrado profano de véus por terra.
quem as enxertou na pedra, as vozes
(em cadência e arco, chuva, epifania),
no canto exprimiu o desvelado
e os veios semânticos em germinação, talvez apenas experiência do sensível,
apelo, energia transmitente, fidelidade (sponville)?
súbito, o elevador do bom jesus, aqueles turistas franceses. a escadaria sob
canícula e aura. lento entardecer, noite côncava. os membros do caum fazem-
-me 'associado honorário'
no palco ao ar livre o fernando lapa e mais amigos
fui tenor improvisado com o núcleo coral e parte da assistência: é no vento a
nossa casa chão aberto a quem chegar.

e outras vozes

as que agora oiço, enlaçando revérberos.

sentado no salão medieval, finda a cerimónia de um doutoramento honoris
causa. vozes de passagem, de um fulgor que será prosseguido por quantas
ainda nem nasceram e já não escutarei. ou amarrotado, morto. por erosões
perda esquecimento.

levanto-me na circunstância de um tributo pessoal, devo-o, desejo prestá-lo
(amor de mar e margem
na euforia de viver),

servo inútil (segundo lucas) fiz com ardósia achada o que devia ter feito. e trago
comigo uma legenda do celan, sieben Rosen später rauscht der Brunnen, sete
rosas mais tarde rumoreja a fonte (português do joão barrento). por isso entoam
adiante entre paredes de brisa as sílabas colhidas: uma autoestrada braga-
-lisboa, conduzo e as notas do piano na cassete enunciam-lhes a nudez, quem
as pôs no acaso do meu rumo minha runa escuna breve breve luna, quem?,

virá a mão que grava numa tábua do deserto
o que, aprendo hoje (largo do paço, remoinhos de gente, acomodação do rito),
nunca escrevi.

e no entanto.

ao longo da praia do mar marulhante
houve os que afloraram a pele do caminheiro, agreste avena, frauta ruda
(camões) num bolso dos jeans, chapéu e cigarro, timbre silente, how many
roads must a man walk down / before you call him a man? (dylan),
ninguém: como a personagem do drama de garrett.
o coro volve ao princípio e, no princípio, vos abraço: fernando, antónio (durães),
henrique (barreto nunes), no princípio: ao fundo da lonjura.
estamos então no teatro circo.
uma das tunas interpreta o tema
no instante augural
de pronto replicado. à saída trauteavam-no em festa pelas ruas, escuna breve,
rumo conjugado no devir. mil asas numa asa
da canção a partilhar,
imagens escarpadas, ausência e imprecisão, volatilidade das palavras que
são capelas imperfeitas flutuando na urgência vertigem do horizonte salino
por abrir.

e aí a textura musical sem uma ruga,
beleza e travessia, algoritmo,
seminalidade creio,
ela sim imprimirá
quanto transcende a mordida flor
do que vivemos.

quem apanhou a pedrícula o trevo destas rimas dispersas pelo asfalto, quem
compôs no génio do músico o voo a transparência a intemporalização (pelo
menos a sua aparência)?
hino da universidade do minho, acidente feliz, transborda do entalhador sentado

no salão medieval, doravante anónimo, inútil servo, apaga-o para que um *auctor* colectivo se revele e perdure. siben Rosen später. no pretérito, morada que me não pertenceu. num amanhã da geração que depois haverá (fernão lopes), alguém do oblívio, quinhoeira do nosso desassossego alvoroço em transumância.

(outubro.2016)

* * *

(Anos atrás, esta evocação. Recupero-a para que não fique em transe um outro dos alcantis da melodia.)

Tudo, quase nada

Certo dia, o António Durães

Temos um projecto que precisa de ti.

Sentados no estúdio, minutos antes da emissão com poemas que poucos diriam. Em directo, quero lembrar, todo o erro arranhava o éter, rangia dentro de nós como uma ferida. E o que foram essas noites na Rádio!, um modo conjunto, rigor, inventiva. Textos, canções, fragmentos de música clássica, de Gesualdo ou Bach a Peteris Vasks, Górecki e Arvo Pärt. Lugar do múltiplo. Na estética, nas ideias.

A letra para uma peça coral, o António.

Explica lá isso melhor. E acendi o cigarro.

Fernando Lapa, que então dirigia o Coro Académico, pensava, não sei se reagindo a qualquer proposta das tunas, num memorial dos anos vividos na Universidade, ardor e leveza, página de contrastes, areia que revoa e permanece. Eu teria que colar umas quadras à estrutura melódica já concebida.

Então?

Vamos a isso.

Queres que te entale o esqueleto ao piano num cd?

E numa cassete áudio. Para o carro.

Que sabia do Fernando? Nada, ou seja, quase tudo. Lia-o no Público, concordava em geral e aprendia com ele. Apetecia-me na sua escrita um jeito raro de associar saber e comunicabilidade, informação e finura hermenêutica, desvendamento técnico e memória, sugestão, empatia. Somos também o que escrevemos. E a obra que nos diz. Aí tinha, por outro lado, o CAUM, rumoroso no crescer e dar-se, temas polifônicos, cancionero popular, Lopes-Graça, o meu amigo Graça, arranjos que traziam a matriz do sensível e da precisão, vozes cujos dons, decerto ainda por refulgir, se conjugavam numa matéria de seiva e espuma, cintilação, transcendência por vezes. Com a maior discrição, comprara discos onde trabalhos seus me impressionavam. Nada, portanto. Quase tudo.

Passaram três semanas sobre a primeira audição no gabinete do Ribeiro Pacheco, que saudades dele, tão súbito levado por um rio que não nomeio. Persistiam em mim opacidades, desalentos, uma espécie de “nuvem do não-saber”, versão agnóstica. O pau de vedor sondando a terra da procura e os veios ausentes, ausentes os versos.

António

e ele, prevendo borrasca no meu tom

Saiu-te um soneto fora de medida.

A meio da tarde vou para sul. Ponho a cassete e não a tiro enquanto não chegar ao destino.

A Lisboa, queres tu dizer.

Não, à poesia.

Aqui o revejo no caderno reaberto. Um cheque, não levava comigo outro papel. Era de linho a toalha, um esmero o restaurante. Remexi os bolsos, nenhuma factura, nenhum cartão com apontamentos e rabiscos. E a urgência. Vi o cheque, preenchi-o nas costas. Sem emendas, vertigem de trovoadas na minha cidade branca e claridade. Quatro horas, pauta de trigo deitada no asfalto, os sons a transformarem-se numa energia, verbo e emoção. Ao aparcas, da síncrese inicial nasciam vénulas a caminho do delta que faltava. Ditei-os minutos depois.

E como tal ficaram na composição que é hoje o Hino da Universidade do Minho, nunca o escutarei sem um arrepio como o que mora nos dias do levante. Igual ao do serão entre escadarias do Bom Jesus, só eu sei porquê, o Coro a distinguir o poeta, o Fernando a pôr-me nas mãos uma placa que conservo no pecúlio das dilecções maiores.

Ao longo da década entretanto passada, consolidámos o afecto dessa raiz, trocámos novas e luas, luas e novas ao sabor do imprevisto, nas estações que o calendário entumece de sortilégios. Espero os discos, as meditações partilhadas numa narrativa imaterial e densa, os seus lugares de criatividade, instinto e oficina, fulgor para nosso comprazimento, magia de reflorir ainda na aridez e na pobreza, sombra atrás de sombra, diante dos olhos que olham os escombros.

António, tu dirás aquilo que falta. Uma canção, quem sabe, com esse teu pendor para desconcertar o estabelecido e ir colher a luz que na escuridão se oculta. Ao invés da elegia?

(Porta de inverno, 2009)

ENDOSSAR OU VISAR
(DENTRO DESTA ÁREA)

N.º CONTA A CREDITAR

estes anos são vários
entre a água e o vento
ramo de arroyo não é ninguém
basta ainda por haver

é no sendo a norma usa
chão aberto e quem chegar
são nel' arroyo não é
de amor e paixão

nos tempos e já me lembro
dizem bem em dem
no andar de pouco tempo
tudo o destino e poder

estes anos são poucos
entre a água e o vento
um amor de mais e ninguém
re enforma de viver

Outubro, 12
Baptista

É favor não escrever nem carimbar neste espaço

"estes anos são viagem"

estes anos são viagem
entre a água e o acontecer
ramo de astros sobre a margem
barco ainda por haver

é no vento a nossa casa
chão aberto a quem chegar
são mil asas numa asa
da canção a partilhar

novo tempo e já memória
dias breves em devir
ao arder na própria história
todo o destino é partir

estes anos são passagem
entre a água e o acontecer
um amor de mar e margem
na euforia de viver

josé manuel mendes

FORUM

OS 30 ANOS DO CONSELHO CULTURAL



Na comemoração dos 30 anos do Conselho Cultural da Universidade do Minho – uma “parábola” laica e livresca Ana Gabriela Macedo*

As minhas palavras hoje, neste breve testemunho enquanto Presidente do Conselho Cultural entre Novembro 2009 e Janeiro 2014, são essencialmente palavras de agradecimento. O trabalho que foi construído pela Direcção do Conselho Cultural da Universidade Minho ao longo desses quatro anos, que agora sinto, passaram a voar (um bom sintoma!) foi essencialmente um trabalho em equipa, desde logo com o Dr. Henrique Barreto Nunes, Vice-Presidente do Conselho, as Dras. Francisca Xavier e Cândida Marcelino, e em estreita relação com a Reitoria da Universidade do Minho, na pessoa do Professor António Cunha. Não é portanto, de modo nenhum, mérito de uma pessoa, mas sim de uma sólida equipa. Muito sumariamente, referirei alguns dos momentos chave desta minha/nossa trajectória no Conselho Cultural da Universidade do Minho.

* Professora Catedrática do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, Presidente do Conselho Cultural entre Novembro de 2009 e Janeiro de 2014.

Em primeiro lugar, saliento o empenho colocado em alargarmos efectivamente a rede de contactos do CC com o meio envolvente, e o diálogo informal e cultural com a academia e as comunidades urbanas de Braga e Guimarães, através da aposta na construção de uma rede de “afectos”, que se foi revelando a pouco e pouco uma realidade possível e “efectivamente” conseguida, creio. A cada vez maior afluência de público exterior à Universidade às exposições (fotográficas, de pintura, bibliográficas, arquivísticas), espectáculos e palestras que organizámos, aos recitais de poesia, *performances* e leituras dramatizadas, devem-se em larga medida às sinergias intensas estabelecidas pelo Conselho Cultural, como um todo, com as Unidades culturais que compõem este Conselho. Desde logo, o Museu Nogueira da Silva, na pessoa do seu director, o Doutor Carlos Corais, o Centro de Estudos Lusíadas e a sua Directora Prof.^a Virgínia Pereira, a Unidade de Arqueologia e a sua Directora, a Prof.^a Manuela Martins, a Biblioteca Pública de Braga e o Arquivo Distrital de Braga e os seus Directores, Dr. Elísio Araújo e Dr. António Sousa, a Casa Museu de Monção e o seu Director, Prof. Viriato Capela, a Unidade de Educação de Adultos, o Prof. Rui Vieira de Castro. E ainda aos membros externos que nos deram a honra de integrar este Conselho alargado, o Presidente da Sociedade Martins Sarmiento, Dr. António Amaro das Neves; o Director do Museu Alberto Sampaio; o Dr. João Fernandes (Director do Museu de Serralves); o Prof. Alexandre Quintanilha (Professor Catedrático da Universidade do Porto); a Dr.^a Carla Soares Barbosa (Directora da Academia de Música de Viana do Castelo); o Prof. Ramón Vilares (Presidente do Conselho de Cultura Galega); o Dr. Rui Prata (Director do Museu da Imagem); o Dr. José Manuel Mendes (Presidente da Associação Portuguesa de Escritores). Acrescento a esta lista a RUM (Rádio Universitária do Minho), elemento essencial nesta triangulação, o Estaleiro Cultural Velha a Branca, a Escola de Dança Arte Total e, como não podia deixar de ser, o Sindicato de Poesia, aliados sistemáticos das realizações do Conselho Cultural. Sem esta “rede de afectos” incondicionais, a operacionalização dos objectivos que nos propusemos levar a cabo durante os quatro anos de Direcção do CC, nada, rigorosamente, teria sido factível. Vale aqui referir como ponto de convergência de todas estas valências, das suas especificidades e vontade expressa de colaboração inter-institucional, a realização do I *Festival de Outono* da Universidade do Minho, que teve lugar em Braga e Guimarães entre 29 de Setembro e 2 de Outubro de 2010, iniciando assim um ritual de

celebração da cultura em contexto universitário, que se vem repetindo desde então, anualmente.

Aproveito assim a oportunidade para manifestar a todos e todas acima referidos, o meu profundo reconhecimento pela sua generosidade intrínseca e, não posso deixar de reconhecê-lo, a sua amabilidade para comigo, pessoal e institucionalmente.

Ao Sr. Reitor, Professor António Cunha, e ao Sr. Vice-Reitor, Professor Rui Vieira de Castro, o meu muito obrigada por me terem convidado para enfrentar este desafio e esta responsabilidade de ter sido, durante os anos do meu mandato, a “cara da Cultura” na Universidade do Minho. Confesso que foi um grande susto inicial – o peso da responsabilidade institucional – que pouco a pouco se foi desvanecendo, e que fui aprendendo a relativizar, apoiada sobretudo no meu colega Henrique e no secretariado do Conselho. Muito obrigada em especial ao Sr. Reitor, pela total confiança em mim e por toda a imensa disponibilidade para acudir às minhas várias aflições.

Termino esta breve intervenção com uma referência a um texto (não podia deixar de ser, no caso!) uma espécie de parábola, de um autor que muito admiro pela sua audácia e mestria literária, estendendo as suas palavras em torno da literatura à Cultura em geral e ao seu significado no social, tão importantes de evocar hoje, no mundo globalizado em que vivemos, onde as Ciências Sociais e Humanas aparecem sistematicamente como o “parente pobre” da sociedade. Um assunto sobre o qual urge as Universidades tomarem posição e enfrentarem com igual audácia, sob pena de nada valerem todas as acções culturais que possamos querer empreender.

Trata-se de um texto de Salman Rushdie intitulado “Mas já nada é sagrado?” (1998), publicado em tradução na revista *Granta* Portugal (vol.2). Nele, Rushdie, um mago das palavras e da sua polivalência semântica, bem assim como da função da literatura no político e no social, valendo-se para isso muitas vezes de uma ironia “des-sacralizadora” e mordaz, elabora uma profunda sátira em torno da seguinte afirmação aparentemente inocente, dita em tom confessional: “Cresci a beijar livros e pão”. E de seguida afirma, em tom jocoso: “Nos lares devotos da Índia, as pessoas tinham por hábito – e ainda têm – beijar os livros

sagrados. Mas nós beijávamos tudo. Beijávamos dicionários e atlas. Beijávamos livros de Enid Blyton e banda-desenhada do Super-Homem. Se algum dia eu tivesse deixado cair a lista telefónica, provavelmente também a teria beijado” (p.23). E mais adiante, agora num outro tom, necessariamente ainda perturbado em consequência da perseguição pessoal e da sentença de morte (a *fatwa*) de que fora alvo após a publicação do seu romance *Os Versículos Satânicos* (1989), afirma o autor: “É sempre para mim um choque conhecer pessoas sem interesse pelos livros e pessoas que troçam do acto de ler, para não falar nisso de escrever (...). Temos vindo a assistir ao ataque a uma forma particular de ficção que é também um ataque à própria ideia do romance, uma investida tão feroz, que se torna necessário defender o que há de mais precioso na arte literária – reagir à agressão, não com outro ataque mas com uma declaração de amor. (...) Não, nada é sagrado em si e por si. Ideias, palavras, até pessoas podem ser sacralizadas – mas, embora tais entidades, uma vez estabelecido o seu carácter sagrado, procurem proclamar o seu próprio carácter absoluto, a sua inviolabilidade, o acto de tornar algo sagrado é na verdade um acontecimento histórico” (p.24-5).

E com esta breve “Parábola” laica e livresca, termino o meu rememorar da uma trajectória e vivência no Conselho Cultural da Universidade do Minho, comemorando a efeméride dos seus 30 anos de consolidação como uma fulcral estrutura orgânica da Universidade do Minho.

Novembro de 2016.

O Arquivo Distrital de Braga: celebração e mudança

António Armando Sousa*

O Arquivo Distrital de Braga pretende tornar-se num serviço de referência na sua área, que o deve ser atendendo à missão e competências que detém pelo seu estatuto de arquivo distrital/regional e que merece pela qualidade e valor dos fundos que custodia. Ser um serviço de referência significa valorizar o seu património, os seus recursos e os seus utilizadores, oferecendo-lhes qualidade e inovação, acompanhando as mudanças tecnológicas e sociais que, inevitavelmente, se refletirão na sua atividade, e terão de o ser de um modo positivo. Tal desafio não poderá ocorrer à margem da observância das normas e boas práticas preconizadas para as diversas áreas de atividade subjacentes à sua missão, bem como ao cumprimento dos normativos e legislação aplicável. Um serviço de referência na sua área será, naturalmente, o que espera a comunidade da UMinho desta sua unidade cultural.

Entendemos, no início das nossas funções, que o Arquivo precisava de algumas mudanças no seu funcionamento sem o que não poderia almejar a esse fim.

* Diretor de Serviços do Arquivo Distrital de Braga.

Assim, sumariamente, nos últimos anos: implementou-se uma reorganização dos serviços (que só será finalizada já nas novas instalações); obteve-se a extensão do acordo com a Family Search à digitalização de mais séries documentais além das inicialmente previstas; adquiriu-se e instalou-se uma aplicação de suporte às atividades de tratamento técnico arquivístico¹, de controlo do acervo e de fornecimento de serviços aos utilizadores (pesquisa...); iniciou-se a conversão, normalização e migração das 72 bases de dados² de registos descritivos para a base de dados da interface de pesquisa (Archeevo, ainda em curso); iniciou-se a disponibilização, através da Internet, das descrições arquivísticas (300 mil registos) e de reproduções digitais dos documentos (1 milhão de imagens); adquiriu-se um digitalizador adequado à preservação dos originais (na sua manipulação), ao fornecimento de reproduções digitais com qualidade e à continuação de disponibilização do acervo na Internet e elaborou-se o programa de arquivo para o novo edifício. Neste período, destacamos, ainda, o financiamento da ADAI – Iberarchivos para o projeto “Arquivo do Conde da Barca: digitalização e disponibilização na Internet” e o apoio da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) que disponibilizou as suas instalações na Torre do Tombo e orientação das suas técnicas da conservação e restauro nas intervenções de preservação e restauro em quatro códices.

E tudo isto se está fazendo garantindo aos utilizadores o melhor acesso aos documentos, a celeridade na prestação do serviço presencial e remoto e a resposta possível às múltiplas e diversificadas solicitações da comunidade académica, dos cidadãos e das instituições da cidade e do país. Por isso, em 2015, a atribuição ao ADB do galardão “A Nossa Terra” na área de “Organismo de Serviço Público”, veio reconhecer a relevância do seu serviço e incentivar a continuação da inovação e mudança em curso.

• • •

Aos 99 anos, o Arquivo Distrital de Braga mantém a sua identidade como um arquivo de carácter regional com relações de longo prazo com as entidades que produzem os documentos das séries documentais que custodia. Tem como missão a salvaguarda, valorização e divulgação do património arquivístico, mas também, e necessariamente, o serviço decorrente das obrigações inerentes aos documentos que tem à sua guarda, relativamente às entidades produtoras, às instituições e aos cidadãos.

Pela sua natureza de arquivo público,³ não poderá descurar a articulação com os restantes arquivos do país em níveis diferenciados de relação, particularmente os arquivos integrados na rede da Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas e os arquivos municipais do distrito de Braga, prestando a colaboração e o apoio técnico que os seus recursos lhe permitam.

É assim, como unidade cultural e como unidade técnica especializada na informação e documentação de arquivo, uma interface natural e privilegiada com o exterior da UMinho. É também um recurso interno desta comunidade que lhe disponibiliza assessoria e apoio técnico, eventos culturais, suporte a ações culturais e de investigação integradas nas atividades académicas.

• • •

O Arquivo consolida-se como uma instituição de memória com um papel fulcral que ultrapassa o território sobre o qual tem competências funcionais de preservação do património. Tem futuro, como todas instituições dedicadas a este objetivo e, sobretudo, aquelas cujos repositórios servem não só o estudo e o conhecimento, mas também a salvaguarda dos direitos e deveres dos indivíduos, das instituições e do Estado. Assim, pelas características da informação que detém⁴, os arquivos não são, geralmente, apenas instituições culturais no sentido estrito e erudito deste termo.

De facto, nesta unidade cultural, desenvolve-se essencialmente um trabalho técnico arquivístico multifacetado, especializado, que é o substrato da sua missão, o cerne e a base indispensável de todos os serviços que o Arquivo presta, seja de acesso pelos utilizadores para os mais diversos fins – administrativos/legais, investigação pessoal ou científica, – seja de uso do próprio Arquivo (e de outras entidades) para atividades culturais, educativas ou prestação de serviços de apoio ou consultoria nas áreas em que detém competência.

A importância dos arquivos radica nos seus documentos (e nas entidades que os produziram e/ou produzem) mas é em função dos seus utilizadores que assume um valor acrescentado, garantindo direitos (e deveres) destes e contribuindo para os seus projetos – de investigação, de produção cultural. A informação que está inscrita nos documentos de arquivo torna-se assim fatora da memória coletiva da sociedade.

• • •

Os públicos e clientes do Arquivo são, essencialmente, provenientes do distrito de Braga, principalmente os que usam os seus serviços para obter informação e documentos de carácter administrativo ou para atividades de carácter educativo (visitas de estudo) ou cultural. Já quanto à consulta de documentos para pesquisa, visando a investigação científica, histórica, genealógica e outras, são provenientes de todo o território nacional e, em menor escala, internacional, com particular relevo para o Brasil.

A este público, oferece o ADB serviços de referência, leitura e reprodução de documentos. Sabemos, por experiência de outros arquivos, que a disponibilização na Internet de mais informação vai desvelar a riqueza dos documentos que guarda e trazer mais utilizadores presenciais e remotos, estes utilizando o correio na sua forma postal e eletrónica. Com o tempo e, sobretudo, a disponibilização de representações digitais, a afluência pode sofrer uma redução mas a variedade de utilizadores e de motivos para a procura do arquivo diversificar-se-á, abrindo a novos desafios e à oferta de novos serviços e produtos (alguns dirão, novas oportunidades de “negócio”).

A outros públicos mais específicos, menos numerosos mas igualmente importantes do ponto de vista da pedagogia para a preservação do património arquivístico, dispõe de oferta na área da extensão educativa e cultural e da edição.

Desenvolvendo, essencialmente, trabalho técnico arquivístico tem a capacidade de assessorar neste âmbito os órgãos e serviços da Universidade do Minho e prestar serviços ao exterior, atingindo, assim, outros públicos. Esta vertente de atuação decorre das suas competências de preservação do património arquivístico que lhe são atribuídas como arquivo distrital, carecendo, contudo, de recursos humanos adequados e suficientes que permitam acrescentar, de um modo regular e eficaz, essa atividade aos seus serviços. Não a tem, contudo, descurado, tendo prestado algum apoio externo, colaboração com a DGLAB e na UMinho (nomeadamente na elaboração do plano de classificação).

Assim, o Arquivo Distrital de Braga (ADB) encontra-se num processo de renovação do seu funcionamento, da sua presença junto dos seus diversos públicos e da oferta de conteúdos e serviços aos seus utilizadores. A este processo em

curso acrescerá o potencial oferecido pelas novas instalações que permitirão a adequada salvaguarda e valorização do património arquivístico que custodia, o seu enriquecimento pela possibilidade de aquisição de novos arquivos e o desenvolvimento, em espaços adequados, das suas diversas atividades e acolhimento adequado dos seus utilizadores.

Ao cumprir-se o seu primeiro centenário, no próximo ano (2017), estamos certos que a inauguração do novo espaço, representa um marco relevante na sua celebração a par de outras iniciativas. Haverá certamente a oportunidade de fazer a pesquisa e a reflexão sobre todo o percurso desta instituição que é, desde há quatro décadas, uma unidade da Universidade do Minho.

Há quatro anos, na cerimónia de assinatura do protocolo entre a Presidência do Conselho de Ministros e a Universidade do Minho visando o Projecto de Reconversão e Requalificação do Complexo do Largo do Paço, desejámos que no 1.º centenário do Arquivo Distrital de Braga as futuras instalações estivessem prontas a acolher a sua atividade. Hoje, podemos escrever que o sonho se está cumprindo.

Notas

¹ A aplicação Digitarq, substituída posteriormente pelo Archeevo, da Keep Solutions, spin-off da UMinho.

² Bases de dados com registos não normalizados e não passíveis de pesquisa integrada e remota.

³ O ADB faz parte do conjunto de arquivos que preserva o património arquivístico nacional.

⁴ É informação de arquivo aquela que é produzida e recebida por uma pessoa individual ou coletiva no exercício das suas funções, constituindo-se como prova, como evidência da sua atividade e garantia de direitos e deveres assumidos no contexto das suas relações.

Biblioteca Pública de Braga 1976/2009: Luzes e sombras*

Henrique Barreto Nunes

A Comissão Instaladora da Universidade do Minho, logo após a sua tomada de posse em 17 Fevereiro 1974, ocupou diversos gabinetes e salões do palácio que albergava, desde 1934, a Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga (BPADB), talvez o mais emblemáticos conjunto arquitectónico da cidade.

Foi na Sala dos Reservados da instituição, onde o Reitor Prof. Carlos Lloyd Braga tinha o seu gabinete que, a 6 Dezembro 1974, tomei posse como Técnico de 3.ª dos Serviços de Documentação da Universidade do Minho (S.D.), já que tinha terminado havia 2 meses o Curso de Bibliotecário-Arquivista da Faculdade de Letras da Univ. de Coimbra, tendo-me sido destinado como posto de trabalho o salão do Arquivo Paroquial.

No meu primeiro ano de actividade, sob a estrita orientação do director daqueles serviços, realizei trabalho técnico, organizando as colecções de monografias e revistas que a U.M. ia adquirindo.

No final de 1975 a BPADB passou a integrar oficialmente a U.M., sendo as duas instituições organicamente separadas, ficando porém sob a tutela dos S.D. que englobavam naturalmente a Biblioteca Geral da universidade.

Então pude tomar contacto mais directo com a Biblioteca Pública, começando a tratar as suas colecções (em especial as obras entradas através do Depósito Legal), a conhecer o seu riquíssimo património, a aperceber-me das suas potencialidades, mas também das graves carências que eram bem evidentes.

Por vicissitudes que não vêm ao caso relatar, em Junho de 1977 pedi transferência para a recém-criada Unidade de Arqueologia, a cuja génese estava profundamente ligado, aí me mantendo até Setembro de 1978. Nessa altura, a convite do vice-reitor Prof. Barbosa Romero, regressei à BPB, que entretanto tinha conquistado a necessária autonomia, sendo dirigida por um Conselho de Gestão presidido pelo Dr. J. Santos Simões (membro da CIUM), que passei a integrar e do qual também fazia parte a minha colega M. Helena Laranjeiro e o Dr. Aníbal Alves.

Em Março de 1982, por despacho do Reitor Prof. Lúcio Craveiro da Silva, fui designado “responsável da BPB”, situação que se prolongou até 2000, altura em que na sequência de um concurso público mandado abrir pelo Reitor, Prof. Licínio Chainho Pereira, passei a Director de Serviços da instituição, categoria que mantive até à minha aposentação em Agosto de 2009.

A BPB, no momento da sua integração na U.M., debatia-se com graves problemas, obrigando logo de início a um forte investimento na conservação e renovação do edifício e instalação eléctrica, aquisição de mobiliário e equipamento, etc., etc.

Por outro lado o orçamento que lhe era atribuído anteriormente era baixíssimo, o quadro de pessoal diminuto e pouco qualificado, o mobiliário e equipamento deficientes, os espaços mal ocupados. Esta ausência de meios materiais e recursos humanos, de que o seu último director, dr. Egídio Guimarães, muito se queixava, refectia-se especialmente na arrumação e tratamento técnico das publicações entradas pelo Depósito Legal (livros, revistas, jornais, impressos

de vária ordem) provocando enormes atrasos em especial na catalogação e registo das espécies, embora a biblioteca gozasse de algum prestígio.

Os livros entrados através do Depósito Legal (D. L.) eram colocados nas estantes, na maior parte das vezes sem qualquer separação que respeitasse as diversas secções da biblioteca onde deveriam ser cotados. Exceptuando os jornais locais, os de expansão nacional e os desportivos, bem como as revistas de maior qualidade ou interesse, grande parte dos restantes periódicos eram “despejados” num dos compartimentos no fundo do Salão Medieval.

Organizar este caos, recuperar espaços e tratar o fundo bibliográfico foi a tarefa que primeiramente nos ocupou, ainda sem um quadro de pessoal suficiente. Para isso recorreu-se a estudantes do Serviço Cívico, a jovens do FAOJ, a desempregados inscritos no Centro de Emprego, a contratos provisórios (prática que se tornou habitual, explorando uma política de mão de obra barata que, a coberto da lei, sob diversas designações, era aproveitada por muitos serviços públicos, mas que se revelou de grande utilidade) tendo-se iniciado a tarefa a que chamamos a “batalha da catalogação”, tratando minimamente os livros (separação por assuntos, etiquetagem, catalogação provisória) e os periódicos (arrumação, registo, catalogação), sector este coordenado proficiente e dedicadamente pela Dra. Helena Laranjeiro. De qualquer modo, com este expediente, conseguimos colocar milhares de títulos à disposição dos leitores.

Quanto às monografias entradas através do Depósito Legal a partir de 1976, foi possível logo no ano seguinte, integrar o sistema de cooperação catalográfico que envolvia as principais bibliotecas dele beneficiário (Nacional, Porto e Coimbra), o que nos permitiu organizar catálogos de autores, títulos, assuntos e colecções em fichas de cartolina, como era a prática da época.

Esta preocupação com o tratamento e disponibilização dos livros justificava-se plenamente, pois a afluência à biblioteca de milhares de estudantes dos diversos graus de ensino, de professores e investigadores, de simples leitores de livros e jornais aumentou extraordinariamente e a belíssima sala de leitura que partilhava com o Arquivo Distrital começou a mostrar-se incapaz de responder à crescente procura.

Por essa razão, dado que a principal obrigação da instituição era servir os leitores, em 1983 a BPB conseguiu que o Salão Medieval se transformasse em sala de leitura (com 80 lugares), o que viria a causar alguns transtornos, pois regularmente a U.M. necessitava daquele espaço para as suas iniciativas e cerimónias e tal impedia o seu funcionamento normal. O catálogo geral da biblioteca ficou instalado na chamada Sala da Fonte, enquanto a sua primitiva sala foi transformada definitivamente numa Secção Infantil e Juvenil, aproveitando uma experiência anterior com relativo sucesso, proporcionando aos mais jovens não só a leitura como igualmente diversas actividades de animação.

Deve ainda referir-se que com a instalação dos serviços da U. M. no Largo do Paço, as colecções do Museu D. Diogo de Sousa, que ocupara até 1974 uma das alas do edifício, foram deslocadas para duas salas do corpo medieval pertencentes à BPB, nele permanecendo até 1983, tendo ainda ficado a biblioteca encarregada de conferir o inventário das peças e acompanhar a sua transferência para o seminário de Santa Margarida.

Entretanto, em 1982, declarei numa sessão de homenagem a Alberto Feio, o grande obreiro da BPADB, que “a biblioteca precisa de extravasar das paredes solenes da sua sala de leitura e dos seus depósitos e lançar-se abertamente em actividades de extensão cultural, que promovam o livro e a leitura”, de acordo com a concepção moderna de biblioteca pública que em Portugal começava a ganhar terreno.

Para além de algumas iniciativas esporádicas, tal tinha começado a concretizar-se com a comemoração em 1980 do 1.º centenário do nascimento do Dr. Manuel Monteiro (grande figura de republicano e historiador de arte, cuja biblioteca e parte do espólio tinham sido adquiridas pela BPB), através da realização de uma exposição no Museu Nogueira da Silva, conferências e edição de livros.

Nessa altura uma ameaça perturbadora começa a pairar sobre a BPB (e também sobre o ADB): a ocupação das instalações do Largo do Paço pela U.M. impedia a expansão física daqueles dois serviços e o seu natural crescimento (motivado pelas espécies entradas pelo Depósito Legal para a BPB e pelas incorporações documentais obrigatórias para o ADB) ficava asfixiado, bloqueado.

A partir de 1982 em relatórios, intervenções públicas, entrevistas à imprensa fomos alertando quanto à gravidade da situação: se os serviços centrais da U.M. não abandonassem o Largo do Paço, seria forçoso encontrar uma solução no exterior, sob pena de a BPB poder estagnar relativamente à actualização das suas colecções e consequente resposta às solicitações dos seus leitores, sempre em número crescente.

De qualquer modo, face às circunstâncias, fomos começando a ocupar novos compartimentos (por vezes pouco adequados), a “inventar” espaços para os depósitos: conseguem comprar-se estantes, conquista-se a torre medieval, os salões que se localizam no fundo do Salão Medieval destinados a depósito de jornais são equipados com estantaria metálica com dois pisos, aproveitando o seu pé direito; a parte central da Galeria Moura Teles é igualmente preenchida com estantes com mais de dois metros de altura, consegue-se instalar a Biblioteca Carrington num espaço digno, no qual também fica alojada biblioteca do dr. Manuel de Oliveira. Chega-se mesmo a enviar espécies menos consultadas ou duplicados para o edifício do Castelo e para a Rua D. Afonso Henriques, onde as condições de conservação se viriam a revelar péssimas.

Mas todo este processo, para nosso desespero, dura anos, é sempre preciso discutir, pressionar. alertar a Reitoria. Nesta circunstância foi de grande importância o papel desempenhado pelo Professor Lúcio Craveiro da Silva, presidente do Conselho Cultural, criado em 1986, que sempre foi solidário com as nossas prementes necessidades e defendeu a causa da BPB em inúmeras circunstâncias, perante os diferentes órgãos de governo da universidade. Deve dizer-se que o C.C., uma criação original da U.M., se revelou de extrema utilidade graças às qualidades humanas e à “magistratura de influência” exercida pelo Prof. Lúcio Craveiro, tendo sido um órgão eficaz, com um grande espírito de coesão e solidariedade entre as Unidades Culturais, um espaço de diálogo onde se discutiam e resolviam muitos dos problemas que enfrentávamos e se delineavam iniciativas conjuntas (espírito esse que infelizmente nos últimos anos em grande parte se foi perdendo).

Deve contudo realçar-se que todos estes trabalhos contaram com a enorme dedicação, empenhamento e profissionalismo das equipas de funcionários da BPB que a eles se devotaram.



A equipa da BPB em 2000:

- 1.ª fila – Carlos Mateus, João Gomes, M. Celeste Silva, Henrique B. Nunes, Conceição Carvalho, Domingos Martins, José A. Gomes e Alfredo Ferreira;
- 2.ª fila – M. José Alves, Eduardo P. Oliveira, António Gonçalves, Manuel Pereira, Felicidade Gonçalves, Fátima Tinoco, Isabel Faria, Fátima Ferreira e Helena Laranjeiro;
- 3.ª fila – Teresa B. da Cruz, Isabel Alves, Hermínia Fernandes e Celeste Magro.

Outro aspecto importante da vida da BPB diz respeito à sua informatização, um processo complexo e moroso, que foi de algum modo vítima da minha im-preparação nesse domínio e da dificuldade em entender os seus mecanismos.

Em 1987 a U.M. aderiu à PORBASE (Base Nacio^onal de Dados Bibliográficos) que a BPB deveria ter integrado plenamente. Por razões que me escapam, relacionadas com a política informática da U.M., essa adesão não se concre-tizou da forma adequada, e tal foi extremamente prejudicial para a biblioteca, que se foi atrasando na disponibilização dos seus catálogos em linha e na modernização, embora desde o início se tivesse apostado na formação dos seus técnicos.

A U.M. lançou mais tarde os projectos GIB e GEIRA e só a partir daí, quando prescindi de contratar um técnico superior de bibliotecas para o substituir por um informático, o processo começou a correr melhor, voltando a estagnar quando esse técnico saiu. Decorrente do processo de informatização, a BPB

criou um “sítio” que respondia às necessidades principais dos utilizadores (catálogos em linha) e cujos conteúdos começaram por ser enriquecidos com a apresentação de bibliografias bracarenses.

Uma das valências mais importantes do património bibliográfico e documental da BPB diz respeito aos espólios de grandes figuras da cultura local que já possuía, ou que ao longo dos últimos 30 anos foi obtendo. Era o caso dos de Manuel de Oliveira (Fundo Barca-Oliveira), Manuel Monteiro ou Carrington da Costa os quais, a propósito da comemoração de efemérides com eles relacionadas, foram tratados, divulgados, objecto de exposições, conferências e edições (a estes fundos deve acrescentar-se o dos caóticos restos da livraria do dr. Pereira Caldas, que em 100 anos nunca foi tratada).

Depois de 1976 deram entrada na BPB a biblioteca do Instituto Minhoto de Estudos Regionais (em cuja origem estavam antigos gabinetes de leitura de Braga, já catalogado), do historiador Professor Victor de Sá (bastante utilizado, mas ainda não convenientemente tratado, por minha responsabilidade, mas que esteve na origem do Prémio de História Contemporânea), do dr. Francisco Miranda de Andrade (cujos livros e correspondência já estão catalogados, mas ainda tem muito para revelar), do compositor e musicólogo Álvaro Carneiro (em tratamento), do médico Dr. Manuel Sá Mendes (por tratar) ou ainda a preciosa biblioteca proveniente da extinta Assembleia Distrital de Braga, que pertenceu ao bibliófilo bracarense José Gomes e que encerra muitas preciosidades (livro antigo, opúsculos, periódicos) que importa dar a conhecer.

Houve ainda a preocupação de reunir, na maior parte dos casos por doação, pequenas colecções relacionadas com o Fundo Local, como foi o caso dos cartazes da Semana Santa e das Festas de S. João, dos programas e pautas musicais do Teatro Circo e de um conjunto de plantas arquitectónicas de J. de Moura Coutinho, de fundos documentais da U.M., de alguns manuscritos e cartas doados pela neta do Dr. Alberto Feio, dos albuns fotográficos de Manuel Ribeiro ou das fotografias sobre a biblioteca da autoria de Ana Carneiro, tendo sido organizadas e estudadas as colecções dos Números Únicos do Primeiro de Dezembro, dos Testamentos da Gata e de registos de santos e estando minimamente referenciadas as de postais ilustrados e cartazes.

Outra preocupação que desde o início senti relacionou-se com o estado de

conservação do edifício, das suas condições ambientais e dificuldades de acondicionamento das espécies, o que se reflectia na necessidade urgente da conservação preventiva, preservação e restauro em especial do livro antigo e das colecções de jornais do séc. XIX, até 1930 (tendo-se colocado diversas vezes a possibilidade da sua microfilmagem ou, mais recentemente, digitalização, sem resultados positivos por falta de recursos).

Verificaram-se diversas tentativas para combater as pragas de bibliófagos que inúmeras vezes foram detectadas e que eram enfrentadas com grandes dificuldades – uma profunda limpeza dos depósitos seria um importante ponto de partida, mas tal nunca foi conseguido, o que levou à degradação de algumas espécies.

Com tal objectivo, em consonância com a malograda directora do Arquivo Distrital, dr.^a Assunção Vasconcelos tomaram-se várias medidas para o controlo das pragas, embora para o fazer fossem necessários conhecimentos especializados e avultados meios financeiros que não conseguimos obter. Devo porém reconhecer que nunca houve qualquer plano concreto para combater aquela preocupante situação, tendo-se apenas tomado algumas medidas pontuais.

Sobre o Livro Antigo deve salientar-se o facto de o seu tratamento técnico ter beneficiado do programa do Inventário do Património Cultural Móvel, de que fui coordenador para a Região Norte (Porto excluído).

A BPB, que foi a sua base de trabalho, acolheu quatro jovens técnicos e assim também foi possível catalogar os nossos incunábulo (conheciam-se 33 e foi viável identificar mais 20), a tipografia portuguesa do séc. XVI (mais de 200 títulos), a colecção de sermões (com 1200 títulos, num total de mais de 5000 exemplares identificados), iniciando-se a catalogação das restantes obras dos sécs. XVI / XVII.

Na secção de Publicações Periódicas, para além de outros trabalhos relevantes, identificou-se, registou-se, organizou-se e catalogou-se a colecção da Imprensa Periódica Bracarense, da qual também foi feito um catálogo cronológico, muito procurada pelos historiadores e investigadores locais.

Regressemos ao problema do espaço disponível: em cada ano que passava

na década de 80 mais se agravava a situação e os efectivos constrangimentos existentes tornavam-se evidentes também para os responsáveis da U.M. Chegou a aventar-se a hipótese de se construir, no jardim interior, um depósito subterrâneo com uma sala de leitura à superfície, um arquitecto conceituado foi convidado a apresentar um projecto que acompanhei, mas os custos e os problemas que a obra acarretaria, sendo sempre uma intervenção que só resolveria parcialmente a situação, acabaram por inviabilizar essa solução.

Entretanto eu tinha todo o privilégio de poder acompanhar, desde o início em 1983, o movimento que esteve na origem da criação da Rede Nacional de Leitura Pública (1986), hoje Rede de Bibliotecas Públicas.

Nesse âmbito, em 1988, foi lançado o “Projecto Bibliopolis”, destinado a apoiar técnica e financeiramente bibliotecas públicas em grandes centros urbanos, como era o caso de Braga, para cuja dramática situação desde o início eu vinha alertando a direcção do Instituto Português do Livro e da Leitura (IPLL), com quem mantinha relações privilegiadas.

Não existindo em Braga qualquer equipamento que garantisse os serviços de leitura pública conformes a nova concepção, missão a que a Câmara Municipal não poderia ser alheia, a U.M., detentora da BPB (que, como vimos, não possuía condições para garantir aquele serviço) e ciente das suas responsabilidades perante a comunidade, iniciou a árdua e complexa tarefa de convencer uma autarquia relutante em reconhecer a urgência de encontrar uma solução que preenchesse aquele vazio.

Tal acabou por se concretizar, primeiro em Novembro de 1990 através da assinatura de um “Acordo de Princípios” entre a U.M. (representada pelo vice-reitor Prof. Vítor Aguiar e Silva) e a CMB, através do qual ambas manifestavam “o seu interesse na integração no Projecto Bibliopolis e consequentemente na Rede Nacional de Leitura Pública”.

Este acordo acabou por se concretizar em 12 de Julho de 1991 (data em que a BPB iniciava festivamente a celebração do 150.º aniversário da sua criação) através da assinatura de um contrato programa estabelecido entre as duas partes referidas e a Secretaria de Estado da Cultura/IPLL, que visava “estabelecer as condições iniciais de aplicação do Projecto Bibliopolis ... considerando que tal

só será viável em articulação com a Biblioteca Pública de Braga”.

Através do mesmo documento, a U.M. propunha-se “realizar o estudo de ocupação do edifício do antigo Albergue Distrital, cedido pela SEC, com o objectivo de nele instalar uma biblioteca com características idênticas às da BM 3”, bem como “fazer o estudo do aproveitamento do logradouro do referido edifício para nele instalar depósitos, salas de leitura e outros serviços da Biblioteca Pública, essenciais à sua modernização e desenvolvimento”.

Alcançava-se assim um duplo objectivo: dotava-se Braga de uma biblioteca de leitura pública de acordo com os padrões e exigências mais recentes e resolvia-se o problema da falta de espaço da BPB, pois para o novo espaço, definido como um pólo da biblioteca, transitariam todos os livros entrados através do Depósito Legal desde 1976, que assim seriam postos à disposição de todos os seus leitores, consagrando o livre acesso às estantes e o empréstimo domiciliário, práticas até então impossíveis de concretizar no palácio barroco que a instituição ocupava.

No decorrer do ano seguinte, seleccionado um arquitecto (Mário Abreu), seria elaborado o programa referente àquele projecto.

Não vou aqui historiar o estranho e moroso processo que se seguiu, e que integrei em todas as instâncias quase até à sua conclusão, culminado apenas em 21 de Dezembro de 2004, data em que foi inaugurada a então justamente denominada Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, hoje em dia plenamente integrada na comunidade, cumprindo exemplarmente os fins e objectivos de uma biblioteca pública, de acordo com as directrizes da UNESCO e o programa da Secretaria de Estado da Cultura.

Contudo os anos anteriores à abertura da BLCS foram dolorosos para a BPB, que tinha como preocupação primeira servir os seus leitores e com esse objectivo abdicara durante a década de 90 do “primado” da técnica do tratamento bibliográfico (contrário à prática comum das bibliotecas com idênticas características), apostando na eficácia e pragmatismo, tendo em vista os interesses dos seus leitores. Para atingir esse objectivo foi criada uma base de dados acessível ao público na qual os livros entrados pelo Depósito Legal

se apresentavam catalogados abreviadamente – com entradas por autores, títulos e assuntos), assim permitindo que cerca de um mês após a sua chegada pudessem ser consultados (e na altura era a única biblioteca portuguesa a fazê-lo com tal brevidade). Porém essa disponibilidade acabou por ter um fim abrupto, pelas razões aduzidas no relatório de actividades de 2002 de que não resisto a transcrever parte:

A situação da BPB no final do ano de 2002, na sequência do que foi dito no relatório anterior, é absolutamente calamitosa, e as perspectivas para 2003, no momento actual, são extremamente sombrias.

Basta franquear as portas do magnífico palácio setecentista onde a Biblioteca está instalada para o potencial leitor deparar com um panorama inesperado e pouco abonatório para a instituição.

São dezenas e dezenas de caixas relativas às remessas do Depósito Legal qua aí se encontram colocadas, como se de um armazém se tratasse, o que somadas às outras dezenas que se espalham pela Secção Infantil, depósitos e corredores, dão um total de 150 caixas contendo as publicações saídas dos prelos portugueses entre Outubro de 2001 e Outubro de 2002.

Tal significa que cerca de 12 mil livros e 45000 mil exemplares de publicações periódicas (revistas, jornais, etc.) se encontram aí amontoados, sem possibilidades de tratamento e utilização, sem qualquer préstimo imediato. Entre eles contam-se publicações oficiais, estatísticas, normas, etc., que a BPB obrigatoriamente devia disponibilizar aos seus leitores e se encontram perdidas nestas caixas inacessíveis.

A agravar tal situação, os livros entrados na BPB a partir de Abril de 2002, que já foram carimbados, etiquetados, catalogados abreviadamente e indexados, encontram-se arrumados em caixas amontoadas no Depósito de Literatura, por já não existir qualquer possibilidade de serem colocados em estantes.

Daí resulta que 5000 mil livros, devidamente tratados, não podem ser utilizados por quem procura a biblioteca.

Desde Abril de 2002 que esta biblioteca, beneficiária do Depósito Legal, não apresenta títulos novos de monografias para consulta dos leitores e tal

já se reflectiu numa quebra de utilização no decorrer do ano que findou.

Esta situação resulta, como é evidente, do protelamento da abertura ao público do novo polo (Bibliopolis), que se deveria ter verificado em 2000, pois para tal apontava a calendarização prevista.

A indefinição quanto ao futuro deixa-nos ainda mais preocupados pois não se antevê de imediato qualquer solução que permita ultrapassar esta catastrófica e frustrante situação.

Frustração que se reflecte na magnífica equipa de profissionais que aqui trabalham, em todos quantos lutam por este serviço público essencial, mas em muitas situações infelizmente incapaz, não por sua responsabilidade, de dar resposta às situações e expectativas de quem o procura.

Uma das marcas mais relevantes do papel da BPB na comunidade foi a contínua e persistente realização de actividades de animação, acção ou extensão cultural, cuja importância e necessidade já atrás referi.

Importava promover o livro, criar hábitos de leitura, divulgar as colecções e o património existente, celebrar efemérides, apostar nos escritores e investigadores locais, desafiar novos autores, suscitar a criatividade no domínio da literatura e das artes, incentivar os mais jovens a frequentar e a saber usar a biblioteca – queríamos uma biblioteca comprometida com os leitores, com todos os cidadãos, que fosse um espaço de abertura e de livre debate de ideias (o que, pessoalmente, me causou alguns amargos de boca).

A partir de 1984 a BPB lançou-se decidida e persistentemente na organização de manifestações culturais com aquelas características que a transformaram quase de imediato numa biblioteca inovadora e de referência para muitas outras. Contando com a presença de Marisa Ondina Braga deu-se então início à série “Um Escritor Apresenta-se”, com mais de 30 sessões realizadas sempre acompanhadas com exposições bibliográficas e cadernos de documentação, em que participaram alguns dos nomes maiores das nossas letras: Agustina, Lídia Jorge, Mário Cláudio, Mário de Carvalho, Manuel Alegre, José Manuel Mendes, Viale Moutinho, Eduarda Dionísio, Francisco José Viegas, Almeida Faria, bem como José Saramago, Vasco Graça Moura, Augusto Abelaira e Fernando Assis Pacheco, ou ainda Luandino Vieira e Manuel Rui ou o galego

Manuel Maria entre muitos outros. Outras iniciativas que se prolongariam no tempo se seguiram, como “Um Jornalista Apresenta-se”, “Escritores Minhotos”, “Os meus livros inesquecíveis”.

Os autores mais vocacionados para a literatura para crianças e jovens (Alice Vieira, Ana Maria Magalhães, Vergílio Alberto Vieira, Manuela Bacelar, Arlindo Fagundes e muitos mais) não foram esquecidos e animaram a respectiva secção.

Realizaram-se inúmeros lançamentos e apresentações de novos livros, revistas e jornais (o “Público”, p. ex.), que trouxeram à biblioteca nomes de referência da literatura e cultura portuguesa, galega, brasileira e de países lusófonos, ocupando sempre um lugar privilegiado os autores e as edições da U.M.

Conferências, colóquios e debates sobre temas culturais, locais (com predomínio para a arqueologia) ou da actualidade (p. ex, foi a BPB quem primeiro promoveu a apresentação pública da Arte do Coa, com a participação de António Martinho Baptista) trouxeram aos seus espaços grandes nomes da intelectualidade portuguesa, de que destaco entre os que já nos deixaram, Lúcio Craveiro da Silva e Victor de Sá, Eduardo Prado Coelho e Paulo Varela Gomes.

A poesia, a música e o teatro também mereceram a nossa atenção, com recitais (e é de sublinhar a gratificante e estreita relação com José Manuel Mendes e António Fonseca, a envolvente e desafiadora cumplicidade do Sindicato de Poesia), concertos (o último de António Macedo, José Mário Branco) e peças com grupos bracarenses (TUM ou Escola Sec. Alberto Sampaio).

A celebração de efemérides de significado literário, histórico ou cultural também marcou a agenda da BPB, que organizou inúmeras exposições bibliográficas e documentais, mas também de fotografia, pintura ou mesmo de lenços de namorados, que serviram para dar a conhecer a riqueza e diversidade das suas colecções: 150.º aniversário da Biblioteca Pública, V Centenário do 1.º Livro Impresso em Braga (que permitiu trazer a Braga um exemplar do *Missal Bracarense* aqui impresso por J. Gherlinc em 1494), Camilo Castelo Branco, Almeida Garrett, D. Frei Bartolomeu dos Mártires, O Barroco em Braga, Maria da Fonte, *Bracara Augusta*, Incunábulo da BPB, Tradições Académicas de Braga, Livros Proibidos no Regime Fascista, Um Crime na Biblioteca (lit. poli-

cial), Tintin, Padre António Vieira, Damião de Góis, Livros de Physica, Bíblias Antigas, Testemunhos de Guerra [colonial], Alberto Sampaio, Maria Ondina Braga, José Manuel Mendes, Victor de Sá, Lúcio Craveiro da Silva, Miguel Torga, Invasões Francesas (em colaboração com o ADB e a Casa Museu de Monção) e muitas outras. Relativamente às publicações periódicas devem destacar-se as dedicadas às Revistas de Música, Revistas Jurídicas, Emancipação Feminina, Números Únicos do 1.º Dezembro, Jornais Escolares, Futebol, Agendas Culturais, por vezes acompanhadas de catálogos.

Assinalou-se em diversas ocasiões o Dia Mundial do Livro (Maratona das Bibliotecas), o Dia Internacional do Livro Infantil, o Dia das Letras Galegas, o 25 de Abril, tendo ainda colaborado com as Jornadas do Conto do ILCH.

Muitas destas actividades contaram com o apoio do IPLL/IBL/IPLB, Direcção Regional de Cultura do Norte, Xunta de Galicia, ASPA, escolas e institutos da UM, Biblioteca Pública Municipal do Porto e naturalmente do Conselho Cultural e as restantes unidades culturais da UM (com destaque para o Museu Nogueira da Silva, onde se realizaram muitas iniciativas, e do CEL).

Do mesmo modo a BPB deu apoio a muitas bibliotecas (municipais, escolares) e instituições culturais de Braga e da região, possibilitando p.ex. a iniciativa de exposições permitindo por exemplo a itinerância, chegando a realizar acções de formação e possibilitando estágios profissionais, colaborando num inquérito aos hábitos de leitura dos estudantes portugueses e numa oficina de escrita.

A BPB, com a colaboração dos SDUM promoveu a realização em Braga do 4.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, que se transformou numa manifestação de defesa da Rede de Leitura Pública (1992).

Na revista “Forum” do Conselho Cultural, que coordenei, dá-se notícia da quase totalidade destas realizações, publicando-se aí igualmente catálogos e bibliografias bem como artigos e trabalhos de investigação resultantes desta permanente inquietação cultural que a BPB protagonizou.

Infelizmente, por falta de recursos, a sua actividade editorial foi residual, tendo-se contudo publicado obras de e sobre Alberto Feio, João Penha, Victor de

Sá e Manuel Monteiro, o catálogo dos incunábulos e ainda o livro “Bibliotecas: memórias e mais dizeres”, bem como muitas separatas de artigos da revista “Forum”.

Um despacho do Reitor da U.M. datado de 14 de Setembro de 2006 nomeou-me director do Arquivo Distrital de Braga, na sequência do triste e inesperado falecimento da sua directora Dra. Maria da Assunção Vasconcelos.

Custou-me aceitar essa nomeação, pois não me sentia tecnicamente preparado para o desempenho de tais funções. Todavia, dadas as circunstâncias, a insistência da Reitoria (foi-me garantido que a situação seria provisória) e o pedido expresso do Prof. Lúcio Craveiro, acabei por aceder.

Desse período difícil recordo com alguma satisfação a doação do Arquivo da Casa do Avelar, com a publicação do respectivo catálogo, a edição do livro “O Arquivo e a Cidade”, de A. Vasconcelos e a conclusão do trabalho “Recenseamento dos arquivos locais: Câmaras Municipais e Misericórdias, distrito de Braga” (editado pelo IANTT) e o início do processo de incorporação do arquivo da Assembleia Distrital de Braga, e com tristeza as goradas tentativas de incorporação de livros de registos paroquiais que se mantinham (e mantêm) indevidamente nas mãos de párocos pouco informados ou da conclusão e disponibilização aos investigadores do catálogo do Arquivo do Conde da Barca.

Ficará para outras circunstâncias o relato dessa experiência e o efeito que sobre mim exerceu, o que me levou a pedir antecipadamente a aposentação, com a natural penalização, em Dezembro de 2008, quando vi que se protelava a decisão de nomeação de um novo director para o ADB e não eram resolvidos alguns problemas prementes com que o arquivo se debatia.

Durante esses últimos anos a BPB, assumindo-se naturalmente como biblioteca patrimonial e de conservação (mas sempre aberta a todo o público e dando continuidade à sua acção cultural), continuou a funcionar com normalidade (a sala de leitura tinha sido de novo transferida, agora para as actuais instalações e equipou-se o 3.º depósito de jornais com estantaria adequada), apesar do agravamento de algumas situações de que ia dando conta à tutela, como sejam o estado de conservação do edifício, o agravamento das condições ambientais (bio-sanitárias), que punha em risco a preservação das colecções mais anti-

gas e a necessidade de substituição do deficiente e antiquado equipamento informático que possuía.

Num memorando que apresentei em Dezembro de 2007 terminava deste modo:

A garantia de um futuro para o passado desta velha mas importante biblioteca passará talvez pela transferência do Arquivo Distrital para novas instalações e pelo restauro e adaptação das actuais para os desafios que hoje se colocam a estas instituições da memória, que têm como missão a conservação, o tratamento condigno e acessibilidade (com o recurso às novas tecnologias da informação e da comunicação) do valioso e em muitos casos insubstituível património bibliográfico e documental de que são orgulhosas guardiãs.

Felizmente no período em que estive à frente do Arquivo, com o empenhamento da Reitoria e do CC (professores A. G. Rodrigues, A. Rocha e J. V. Capela), foram dados passos decisivos para a adaptação do edifício da Abade da Loureira àquelas funções, aguardando-se para breve a sua inauguração.

No dia 31 Julho 2009, quando que dei por finda a minha militância na biblioteca, escrevi uma mensagem de despedida que terminava assim: *sinto uma imensa tristeza por deixar a BPB, os meus amigos-companheiros de trabalho, os livros, os seus leitores, a acção cultural que faz parte da minha respiração, da minha vida. Ainda tinha tanto que fazer!*

E foi assim que nunca consegui apreciar, um por um, os cerca de 300 mil livros que a biblioteca possuía quando nela comecei a trabalhar, sonho que acalentei desde o início mas pude tratar os mais de 150.000 que lá entraram a partir de 1976, o que muito contribuiu para o meu conhecimento da edição portuguesa.

Acredito que consolidando harmoniosamente os propósitos dos seus fundadores e principais continuadores com os desafios e potencialidades tecnológicas dos tempos actuais, conservando e desenvolvendo a integridade das suas colecções, respeitando o espírito do palácio recuperado onde está instalada, a Biblioteca Pública de Braga poderá construir um futuro carregado de passado.

Nota

* O convite que recebi da sr.^a Presidente do Conselho Cultural pedia-me a redacção de um texto em que, a propósito da celebração do 30.º aniversário da criação do C.C., reflectisse “sobre os grandes momentos, contributos e avanços que pôde ver desenvolvidos... à frente do destino” da BPB e também do ADB e “genericamente sobre o CC”.

O testemunho que aqui apresento não pode fugir na maioria dos casos a um registo pessoal, mas tudo o que foi feito ficou a dever-se à dedicação, competência e profissionalismo de todos aqueles com quem trabalhei e cujos nomes aqui recordo, por ordem alfabética (com asterisco são assinalados aqueles que transitaram da BPADB): Alberto A. Machado*, Alfredo A. Ferreira*, Alice R. Brito*, António L. Gonçalves, Augusta Esperança Peixoto, Carlos F. Mateus, Domingos G. Sá*, Domingos S. Martins, Eduardo Pires Oliveira, Elísio M. Araújo, Hermínia O. Fernandes, Isabel C. Alves, Isabel J. Faria, João Araújo*, João M. Gomes, José Alberto Gomes, José Carlos Cunha, Manuel F. Rodrigues*, Manuel J. Alves, Manuel Pereira, M. Celeste P. Silva, M. Celeste Magro, M. Conceição Azevedo, M. Conceição V. Carvalho, M. Fátima Ferreira, M. Fátima Tinoco, M. Felicidade P. Gonçalves, M. Helena Laranjeiro Cunha, M. Isabel S. Antunes, M. Manuela Leitão* e M. Teresa Braga da Cruz. Uma palavra de gratidão merecem-me o dr. Egídio Guimarães e Afonso C. Ferreira por me terem ajudado a melhor conhecer a biblioteca. Em relação à UM o meu reconhecimento, acima de todos, ao Prof. Lúcio Craveiro da Silva (Reitoria e Conselho Cultural), mas também ao Prof. Barbosa Romero e dr J. Santos Simões (CIUM), aos Profs L. Chainho Pereira, Vítor Aguiar e Silva (Reitoria) e José V. Capela (CC e CMM). Pela colaboração, Assunção Vasconcelos (ADB) Francisco Botelho (MNS), Francisco Sande Lemos (UAUM), Norberto Cunha e Manuel Gama (CEL), Hélio Alves (PVSHC), M. Luísa Alvim (IPCM), Helena Gil (DRCN), escritores José Manuel Mendes e Vergílio Alberto Vieira, Sindicato de Poesia e, na SIJ, António Castanheira, Ivone Soares e José Machado. E ainda a dra Maria José Moura (IPLL/IPLB).

Bibliografia

FERREIRA, Fátima Moura (coord) – *História da Universidade do Minho 1973 1974 2014*. Braga: Fund. Carlos Lloyd Braga, 2014.

NUNES, Henrique Barreto – *Da biblioteca ao leitor*. Braga: Autores de Braga, 1996

FORUM [Revista do Conselho Cultural da Universidade do Minho]. Braga, 1-44/45, 1987-2009/2010.

Biblioteca Pública de Braga: 175 anos a preservar a memória, promover a cultura e o conhecimento

Elísio Maia Araújo*

“Uma instituição que acredita em si própria não se contenta com o seu passado, por muito nobre que ele seja, apostando também e sobretudo no seu futuro”¹

A Biblioteca Pública de Braga, uma das mais antigas e prestigiadas instituições culturais da região, completou no passado dia 13 de julho 175 anos. Para comemorar a efeméride preparou-se um programa variado que se estenderá ao longo de um ano e que tem iniciativas de natureza diversa que contemplam exposições, conferências e projetos editoriais, privilegiando a interação com a comunidade, dentro e fora do Universidade do Minho quer na sua dimensão participativa quer na constituição de parcerias e colaborações com outras instituições ou associações.

Este é também um momento privilegiado para a reflexão sobre a sua história e os papéis que ao longo dos tempos foi representando, sobre a missão que está subjacente à sua ação enquanto instituição cultural de referência que se foi adaptando e ajustando em função do tipo de público a quem presta serviços

* Diretor da Biblioteca Pública de Braga.

e às expectativas que esse mesmo público nela deposita, sobre o papel que o futuro lhe reserva ou que nós próprios lhe predestinamos.

Fundada por carta de lei datada de 13 de julho de 1841 na sequência da legislação liberal que previa a criação de bibliotecas nas capitais de distrito destinadas a recolherem as livrarias das ordens religiosas extintas, a Biblioteca Pública de Braga (BPB) é detentora de um património bibliográfico e histórico ímpar decorrente da sua longa história.

Para além deste património bibliográfico recolhido das livrarias dos conventos, o fundo documental desta Biblioteca Pública foi sendo enriquecido com as obras entradas desde 1931 através da aplicação da lei do depósito legal que determina a distribuição pelas bibliotecas ali referidas de um exemplar das publicações editadas em Portugal. Foi também adquirindo, por compra, oferta, ou doação várias livrarias particulares e espólios de figuras marcantes da vida local como Manuel Monteiro, Manuel de Oliveira, Pereira Caldas, Carrington da Costa, Victor de Sá, Álvaro Carneiro, Francisco Miranda de Andrade, e de Instituições, como o Instituto Minhoto de Estudos Regionais, o Theatro Circo de Braga, a Associação Cultural e Literária Autores de Braga.

Desde 1934 que se encontra instalada no palácio barroco da 1ª metade do século XVIII bem como na ala medieval do antigo Paço Arquiepiscopal. Aquele palácio, mandado construir pelo Arcebispo D. José de Bragança, quase totalmente destruído por um incêndio em 1866, foi restaurado entre 1930 e 1934 com o exclusivo intuito de acolher a Biblioteca Pública e o Arquivo Distrital de Braga.

Em 1975 a Biblioteca Pública foi integrada na Universidade do Minho constituindo-se desde logo, por esta circunstância, na primeira biblioteca desta Universidade. Foi aqui que nasceram as estruturas que hoje detêm os principais meios de informação bibliográfica da UMinho: os Serviços de Documentação (SDUM) e a Biblioteca Geral da Universidade do Minho (BGUM), agora sediados no Campus de Gualtar, e a Biblioteca Científico-Técnica (BCT), atual Biblioteca da UMinho em Guimarães. Foi também daqui que nasceu, em 2004, a Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, unidade diferenciada da UMinho em parceria com a Câmara Municipal de Braga, inicialmente pensada para ser o Novo Pólo da Biblioteca Pública com o intuito de integrar a Rede Nacional de Leitura Pública,

por razões que se prendiam com a inexistência de condições na BPB para a implementação deste programa nas suas instalações.

Atualmente possui mais de 400.000 monografias e cerca de 30.000 títulos de publicações periódicas. As suas coleções incluem 53 incunábulos (livro impresso até fins de 1500), datando o mais antigo de 1476, cerca de 200 títulos de tipografia portuguesa do séc. XVI, 25.000 volumes de livro antigo, uma significativa coleção iconográfica e a maior parte das mais significativas revistas culturais e científicas do país, parte delas do séc. XIX.

Se dúvidas houvesse sobre a importância e valor desta biblioteca, os factos referidos permitem-nos aferir da relevância da Biblioteca Pública de Braga, não só pela importância e valor do seu património, mas também por ter estado na génese, por ser a *alma mater*, das Bibliotecas da Universidade do Minho.

Entretanto, os Serviços de Documentação autonomizaram-se num processo que decorreu naturalmente por força da particularidade de criar e consolidar um fundo documental ajustado às necessidades específicas de informação especializada dos estudantes, professores e investigadores, bem como da imprescindível aplicação de uma política de utilização desse fundo que corresponde à singularidade deste público académico, nomeadamente a relacionada com gestão do empréstimo domiciliário.

Porém, a criação da Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva significou uma separação dolorosa porque representou por um lado a desagregação do fundo documental da BPB – as monografias, provenientes do depósito legal, posteriores a 1976 (cerca de 180.000), transitaram para o novo espaço que passa a receber também as mais recentes, entradas pela mesma via – e, por outro, passou a “disputar” o mesmo público leitor cujo perfil se ajusta às duas bibliotecas mas com argumentos mais apelativos de instalações mais modernas e confortáveis, de espaços próprios para a realização de atividades de promoção da leitura e outros eventos de natureza cultural.

Em consequência destes factos, a Biblioteca Pública de Braga teve, em cada um destes momentos, que refletir sobre o seu posicionamento face às demais. Teve que repensar a sua ação, a sua estratégia no sentido de impor e tornar inequívoca a sua matriz diferenciadora face às outras bibliotecas.

Estamos assim, hoje, perante três bibliotecas distintas que se diferenciam pela natureza do seu fundo documental, pela sua missão e pelo público-alvo preferencial que não se sobrepõem, mas que, pelo contrário, se complementam e, por isso, devem também encontrar plataformas de convergência que permitam colocar ao serviço dos leitores todo o potencial informativo que cada uma delas possui.

Entendemos, pois, que este momento constitui uma oportunidade para a BPB se reinventar, para aumentar a relevância social do serviço público que presta. Isto é, a reflexão em torno da sua missão, tem de ser uma oportunidade para que a adaptação da biblioteca ao novo paradigma se faça pela via que mais serve a comunidade, reforçando e alargando o âmbito da sua missão para “Agitar os saberes (...) reter a memória do passado e criar com imaginação, a memória da vida seguinte”².

A partir da observação crítica e distanciada destas circunstâncias, assente num pensamento prospetivo positivo relativamente às inúmeras potencialidades que esta unidade possui e, simultaneamente, sustentada numa visão otimista das ações já realizadas, identificamos, muito sumariamente, alguns dos aspetos sobre os quais se deve alicerçar a nossa atenção e estratégia:

- a) A diversidade temática do fundo documental, salientando-se a peculiaridade do fundo antigo, a qualidade e diversidade da sua coleção de publicações periódicas, os fundos particulares de diversas individualidades e de instituições que acolhe e conserva;
- b) As condições de acondicionamento das coleções em que faltam os controlos necessários de temperatura, humidade e luminosidade;
- c) As condições de conforto e acolhimento dos leitores que estão longe de serem as adequadas às atuais necessidades de uma instituição desta natureza;
- d) O perfil do atual público leitor, hoje muito distinto do que era há 12 anos atrás, em que 74% tem licenciatura ou mestrado e 13% tem doutoramento;
- e) A desadequação dos espaços existentes para a realização e organização de atividades culturais complementares, nomeadamente exposições, por razões de segurança dos documentos expostos e estabilidade em termos de temperatura, humidade e luminosidade;

- f) A desarticulação do espaço de leitura com outros espaços culturais complementares, nomeadamente o expositivo – para o visitante exterior não há, hoje, no Complexo do Paço, qualquer interligação entre os espaços que proporcionam as várias valências culturais;
- g) A falta de condições para incorporar novos fundos, nomeadamente particulares, e tratar condignamente outros existentes, por falta de espaço e recursos.

Delineamos assim uma estratégia que faz incidir o foco de atenção na preservação, promoção e valorização do seu fundo documental com o objetivo de o dar a conhecer, mas também com o intuito de cativar e sedimentar públicos e que se pode resumir no enunciado: “tornar o documento conhecido para poder ser utilizado”.

Perante estas metamorfoses do passado, longínquo e recente, este contínuo repto que sempre se lhe tem colocado, esta obstinação e perseverança em resistir estoicamente, este espírito combativo em busca da contínua adaptação aos tempos e às mudanças, da adaptação às novas funções, novas ideias e metodologias, que desafios tem pela frente a Biblioteca Pública de Braga para enfrentar o futuro?

Na era digital

A representação do objeto, corporizada na informação acerca da sua existência e materializada na descrição bibliográfica, constitui a condição *sine qua non* para passar para o domínio público o conhecimento da sua existência. Ao longo dos seus 175 anos, a BPB disponibilizou aos seus leitores os instrumentos de pesquisa que foi constituindo, nas suas diversas formas, decorrentes das metodologias que foram sendo adotadas, disponibilizando assim a informação da diversidade de tipologias e suportes de informação que custodia, da abrangência de conteúdos que aqui podem ser encontrados e utilizados para efeitos de lazer, de produção de conteúdos culturais, de formação ou de investigação.

Contudo, se as obras entradas nos últimos anos se encontram representadas no catálogo informatizado, deve-se evidenciar também que este não traduz,

de modo algum, o acervo que a BPB custodia porque a grande maioria das referências bibliográficas só se encontram disponíveis em catálogos manuais e, por isso, apenas consultáveis localmente. A conversão e normalização destes catálogos assume pois capital e decisiva importância para se atingirem os resultados esperados com esta reorientação estratégica.

Por outro lado, na perspectiva de uma política de *Acesso Livre à Informação*, implementada na Academia através dos Serviços de Documentação já há alguns anos e de que esta foi pioneira, entendemos que também a Biblioteca Pública de Braga deverá definir e preparar um programa de transferência para suporte digital de parte das suas coleções e a sua disponibilização em formato eletrónico no respetivo catálogo em linha. Estamos a pensar essencialmente no fundo antigo e na coleção de periódicos que, pela sua raridade, importância para a investigação, valor e estado de conservação, exigem alguma prudência, ou mesmo reserva, na sua utilização.

Das coleções

Não poderemos, porém, ficar apenas com a notícia do objeto material, corpóreo, nas suas diversas formas e suportes. É fundamental passar para o domínio público o conhecimento dos próprios documentos, alguns dos quais provavelmente desconhecidos. A organização de exposições para a exibição pública de monografias e publicações periódicas, a propósito de evocações de autores ou comemoração de efemérides e acontecimentos, como forma de divulgação, tem sido prática corrente da BPB. Por isso, eventualmente não será necessário fazer mais, mas, sobretudo, fazer diferente.

Neste sentido, a realização de exposições temáticas sustentadas em colaborações com investigadores de diversas áreas, obedecendo a critérios de estrito rigor científico, não banalizando a exibição do fundo documental e patrimonial da instituição, mas assente em pressupostos que consubstanciem e credibilizem a natureza, qualidade científica e coerência das obras expostas é, com certeza a garantia de um caminho seguro para mostrar o que se possui de

mais significativo, mais importante e mais raro em cada uma das exposições. Esta mobilização dos investigadores permite dar visibilidade às investigações que são realizadas na biblioteca, para a biblioteca ou em articulação com ela.

Para além do evento é importante que a ele se associe a produção de material gráfico, catálogo, folha de sala ou outro, possibilitando ao visitante prolongar a exposição para além do tempo que ele despende para a apreciar, contribuindo assim para a manter viva e presente após o seu termo.

Por outro lado, a diversificação dos locais para a realização destes eventos, deslocando para fora das paredes da instituição, nomeadamente através de parcerias com outras entidades ou projetos específicos de colaboração com a comunidade, permite revelar, a públicos diferentes dos habituais frequentadores destes eventos, algumas espécies bibliográficas que podem estimular a sua curiosidade ou interesse pelo aprofundar de conhecimentos na biblioteca.

Foram já realizadas exposições e iniciativas fora dos espaços da biblioteca, mas também fora dos espaços da Universidade, em outros locais, como é o caso das exposições realizadas deliberadamente no Theatro Circo, ou mais recentemente, no Bom Jesus, no Centro de Exposições Cândido Pedrosa. Foram experiências particularmente desafiadoras e interessantes, porque sendo espaços culturais da cidade ajudam a ancorar a Biblioteca Pública de Braga ao roteiro cultural e de fruição da cidade.

Contudo, apesar dos esforços encetados, é necessário investir em novas formas de comunicação, conseguindo nomeadamente uma articulação mais efetiva das exposições com formas de comunicação mais assertivas e mais contemporâneas.

A Biblioteca Pública de Braga pode ser um espaço da cultura em que o leitor e a leitura sejam os seus protagonistas principais. Para além das exposições a que nos referimos nos parágrafos anteriores, outras manifestações culturais como sejam: conferências, colóquios, oficinas de criação artística, ciclos de música e cinema, poderão ser organizadas tendo em vista contribuir para a sedimentação da formação de um leitor mais consciente, um leitor que compreende, que valoriza, que assimila que interpreta o mundo, a sociedade e o seu tempo.

Convergência

Tal como atrás se referiu, estamos perante três bibliotecas que devem unir esforços e colocar ao serviço da comunidade todo o potencial de informação de que estão dotadas. O primeiro passo já foi dado e passa pela constituição de uma plataforma informática que centraliza a pesquisa bibliográfica mantendo também a autonomia de cada catálogo para a procura em cada uma das bibliotecas. Este projeto que agregará as referências bibliográficas dos Serviços de Documentação da UMinho, da Biblioteca Pública de Braga e da Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, projeto já em estado avançado de concretização, vai contribuir para um maior conhecimento das existências de cada uma destas bibliotecas e, conseqüentemente, crescerá a expectativa de atrair e fidelizar novos públicos.

Esta convergência, porém, não se deverá limitar a esta partilha de catálogos, mas evoluir no sentido de uma colaboração mais próxima, mais confiante, mais participada. Pensamos em questões técnicas que podem rentabilizar o trabalho e o esforço de cada uma, como seja o intercâmbio de referências bibliográficas que uniformiza e facilita o tratamento técnico bibliográfico; a implementação de uma lista de autoridade comum que permita o controlo das entradas de autor, de assunto e outras que se venham a revelar necessárias para uma melhor orientação do investigador e, conseqüentemente, a obtenção de resultados de pesquisa mais fiáveis, mais completos e mais eficazes.

Outra forma de convergência passa pela troca de material expositivo. Ao envolvermos a investigação e os investigadores na organização de exposições, o que constitui garantia de qualidade e pertinência nos materiais expostos, há um investimento que é também e principalmente intelectual, de tempo de investigação e produção de suportes expositivos e gráficos que devem ser rentabilizados. Há exposições que podem circular nos diversos locais que cada uma destas bibliotecas possui para o efeito com benefícios para todos, nomeadamente os que as vão visitar.

Em suma, a Biblioteca Pública de Braga delineou a sua estratégia em função dos objetivos que pretende atingir e procurou, dentro da sua esfera de influência e capacidade, iniciar a sua execução. Do que apenas dela depende foi possível

avançar e concretizar algumas iniciativas, embora com algumas limitações. Outras há que, por não dependerem diretamente da vontade desta Unidade, só poderão ser executadas contando com a sensibilidade dos mais altos responsáveis da UMinho. Estamos convictos, porém, de que isso acontecerá e a estrutura da Universidade tudo fará para disponibilizar os recursos humanos e materiais necessários ao cumprimento deste desígnio.

A Biblioteca Pública de Braga é uma Biblioteca especial. Especial porque é nossa, de todos os que pertencem a esta comunidade e às comunidades mais próximas. Especial pelo seu passado, pelo seu percurso, e pelas circunstâncias em que se desenvolveu. Mas é também, e sobretudo, uma Biblioteca singular no panorama nacional, porque simultaneamente Pública e da Universidade. É Pública nos seus objetivos, mas também, em função da sua filiação organizacional nos últimos 40 anos, da Universidade.

A articulação destes dois universos, destes dois mundos, muitas vezes opostos, ou com pouca comunicação, tem aqui, nesta instituição, o permanente desafio e a possibilidade de materializar, de forma cabal e concreta, a interação com a comunidade que todos reclamam e a que a instituição também se propõe.

Podemos assim sintetizar o projeto de futuro da biblioteca Pública de Braga no lema escolhido para as comemorações destes 175 anos: Preservar a memória, promover a cultura e o conhecimento.

Notas

¹ MIGUÉIS, Ana Maria Eva; FERREIRA, Carla Alexandra Silva; BERNARDES, José Augusto Cardoso. A Biblioteca e a Universidade: uma relação necessária *in* A biblioteca da Universidade: permanência e metamorfoses. – Coimbra, 2015, p. 9.

² JORGE, Lúcia. Memórias *in* Bibliotecas: Memórias e Mais Dizeres. – Braga: BPB, 1988, p. 71.



Conselho Cultural da Universidade do Minho – 30 anos

Aníbal Augusto Alves*

Congratulação e agradecimento

Congratulo-me jubilosamente com a comemoração dos 30 anos do Conselho Cultural, em boa hora anunciada pela sua Presidente, Senhora Prof.a Doutora Eduarda Keating, a quem agradeço o honroso convite para participar no número da FORUM consagrado ao acontecimento. Correspondo de bom grado ao seu apelo, com a determinação e empenho que as “coisas” do Conselho Cultural e da sua Unidade, o Centro de Estudos Lusíadas, me mereceram e merecem, como partes substantivas da vida e história da Universidade do Minho, particularmente na sua fundamental dimensão cultural.

* Professor aposentado da Universidade do Minho.

No princípio era a cultura

“1. A Universidade do Minho foi criada pelo Decreto-Lei n.º 402/73, conjuntamente com outras Universidades Novas, sendo-lhe atribuídas as funções de ministrar o ensino ao nível mais elevado, promover a educação permanente e a extensão cultural, fomentar a investigação nos vários ramos do conhecimento e contribuir, no âmbito da prestação de serviços à comunidade, para a resolução de problemas de carácter nacional e regional...”.

[Excerto de *Breve Resenha sobre a Universidade do Minho*. Novembro de 1984].

Retomo, com emoção, este primeiro ponto de uma folha avulsa de quatro páginas, distribuída em cerimónia da Universidade em 1984. Aí reconheço a vigorosa afirmação do carácter congénito da missão cultural da Universidade do Minho. Tal como lhe associo, com força de símbolo, a herança cultural que a nossa Universidade recebeu, com o antigo Paço Arquiepiscopal, o Arquivo Distrital e a Biblioteca Pública de Braga. O mesmo traço fundacional que haveria de ganhar forma institucional na inspirada criação do Conselho Cultural em 1986, pelo Reitor Sérgio Machado dos Santos. Com idêntica clarividência, nomeou para Presidente o Prof. Lúcio Craveiro da Silva, providencial figura com inteligência, engenho e sabedoria fadados para levar a bom porto a frágil barca. A esta singularidade da Nova Universidade cabe associar a riqueza do conceito e sentido de Cultura, incluindo o seu carácter dinâmico e incarnado na própria vida das Sociedades. Apraz-me invocar a este propósito a feliz acepção que lhe explicitam J. Canotilho e Vital Moreira na sua edição anotada da Constituição da República, quando sublinham a “constituição cultural”, especialmente expressa nos Artigos 73.º e 78.º. É esse carácter injuntivo do radical conceito antropológico que também desejo sublinhar na missão cultural da Universidade do Minho, em simbiose com o cultivo da Ciência e consequente aumento do Conhecimento e a ministração do Ensino ao mais elevado nível.

Membro do Concelho Cultural e do Centro de Estudos Lusíadas

A minha pertença ao Conselho Cultural (CC) e ao Centro de Estudos Lusíadas (CEL) decorre no período de 1986 a 1996, embora tenha raízes nos meus primeiros anos na Universidade do Minho. Guardo particularmente viva a participação no Conselho de Gestão para a Biblioteca Pública de Braga (BPB), criado pela Comissão Instaladora e presidido pelo Professor Joaquim Santos Simões, tendo como vogais o Dr. Henrique Barreto Nunes e eu próprio.

Do Centro de Estudos Lusíadas, recorro a vigorosa dinâmica que lhe imprimiu o seu primeiro Presidente, Professor Vítor Aguiar e Silva, apostado em realizar condignamente o desígnio cultural do legado do Senhor Comendador Nogueira da Silva, em especial, no respeitante ao cultivo, promoção, e defesa da Língua Portuguesa, em estreita associação com a Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa. Estas linhas programáticas viriam a ganhar nova expressão em actuais e florescentes cursos formais na Universidade do Minho e ao nível da sua cooperação nacional e internacional.

Com a passagem do Prof. Aguiar e Silva a Vice-Reitor, coube-me exercer a presidência do CEL, continuando acompanhado pelos Profs. José Azevedo Ferreira, Acílio Rocha, Viriato Capela, e a partir de então com o Prof. Norberto Cunha. Da minha presidência e modesto cômputo de acções e obras então realizadas recorro a instalação e apetrechamento dos espaços destinados ao Centro, no 4.º andar da Casa Museu Nogueira da Silva, e o Colóquio dedicado a Oliveira Martins na celebração do 1.º Centenário da sua morte, em 3-4 de Novembro de 1994. Tornara-se à época para mim incomportável a adequada assistência ao CEL e à leal colaboração com os colegas, face à acumulação das obrigações docentes no Instituto de Ciências Sociais, particularmente com os novos cursos de Sociologia e de Comunicação Social. Deixei por isso o CEL.

Neste momento de comemoração, não posso deixar de evocar a saudosa figura do Professor José Azevedo Ferreira, tão prematuramente arrebatado ao nosso convívio humano e fraterno de que ele era tão delicado como eficiente

promotor. Foi uma enorme perda. Já consumado professor, de alto valor e reconhecido mérito, inevitável referência nas Ciências da Linguagem, docente estimado por colegas e estudantes, era uma fundada e grande esperança como obreiro empenhado na construção da Universidade do Minho, e especialmente na fundamental área das Ciências Humanas. O caminho do Conselho Cultural havia de nos enlutar com outras dolorosas perdas nas pessoas do Prof. Hélio Alves e da Dra. Assunção Vasconcelos, companheiros, amigos, de boa e grata memória.

Guardo da minha participação no Conselho Cultural viva recordação do amável e benéfico convívio entre todos os seus membros. Eles compreenderiam bem a menção das figuras paradigmáticas daquele convívio nas pessoas do Presidente, Professor Lúcio Craveiro da Silva e do Secretário, Dr. Henrique Barreto Nunes, Director da Biblioteca Pública de Braga. Recordo momentos de reflexão e de decisão mais difíceis e animados mas sempre conducentes a equilibradas conclusões. É verdade que nem sempre destrincei muito bem o que na minha acção académica relevava da pertença ao Conselho, ao Centro ou às demais funções de professor. Ainda vivíamos intensamente o ideal do justamente célebre modelo *matricial*. Creio, a propósito, com firme convicção, que o carácter interdisciplinar da Investigação Científica e do Ensino Superior inerente aquele ideal, encontrou real e fecunda concretização no entrosamento das Unidades Culturais entre si e com as demais partes da Universidade. Por outro lado, penso que o trabalho cultural mais profundo acontece ao nível do implícito, nos actos, comportamentos e atitudes, em que se realizam as específicas e concretas formas de acção de órgãos, unidades e membros da Universidade. Trata-se de um efeito real, mas como que não visado por si, procedendo antes, ao modo da *causa exemplar* dos Antigos.

Bom augúrio

A Universidade do Minho suscita hoje grande e justa admiração com geral aplauso e profunda satisfação de quantos e quantas se empenharam na sua criação e desenvolvimento. E foram e são tantos e tantas, quer a nível da participação directa dos seus membros, quer ao nível dos órgãos do Estado e diferentes instâncias da Sociedade, de âmbito nacional, regional ou local. E o mesmo sucede com o Conselho Cultural e demais Partes Orgânicas com seus Membros. A árvore cresceu, floresceu, frutificou e prossegue a sua transcendente missão de serviço à Sociedade.

Trinta anos de Conselho Cultural! É muito tempo e é pouco tempo: é muito tempo de árduo e intenso labor de tantos e tantas que lhe dedicaram suas vidas, com os magníficos resultados alcançados; é pouco tempo para as grandes metas que fazem a razão de ser de uma Universidade, e que por sua natureza progridem ao ritmo longo da sua complexidade e profundidade. Tal não impede o justo reconhecimento do caminho andado e das realizações consumadas. A título de exemplo e pelo carácter simbólico que também lhes reconheço lembraria os seguintes marcos:

- A *Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva*, exemplar serviço de leitura pública e irradiante centro de reflexão, debate e aprofundamento das magnas questões das ideias, valores, leis, procurando novas perspectivas e orientações para as exigências da vida social.
- O *Prémio Vítor Sá de História Contemporânea*, motor de investigação científica e já notável contributo para o progresso da disciplina e maior compreensão da nossa história.
- A revista *FORUM*, um monumento de pensamento, de criação, de informação e de animação cultural, espelho e memória do Conselho Cultural e da sua Universidade, dimensões bem manifestas no recente Número 50.
- A *Orquestra da Universidade do Minho*, de incalculável projecção no desenvolvimento artístico, espiritual e estético da comunidade e da própria Academia.

Não caberia para o presente propósito referir mais exemplos. Até porque os temos à mão na primeira história do Conselho Cultural que nos foi dada por Henrique Barreto Nunes, com a competência intelectual, profissional e cívica, que lhe é justamente reconhecida, e com o “saber de experiência feito”, expressão que aqui alcança singular adequação. O seu capítulo VII da *História da Universidade do Minho 1974-2014* é uma verdadeira homenagem ao Conselho Cultural e à própria Universidade. Tal como é auspicioso augúrio de novas e maiores realizações da sua missão, ao serviço da Sociedade, na Ciência, no Ensino, na Cultura. *Ad multos Annos*.

Braga, Outubro de 2016.

Centro de Estudos Lusíadas 2010-2014 “Da cultura lusíada no mundo” Virgínia Soares Pereira*

A presente reflexão incide sobre os contributos do Centro de Estudos Lusíadas (vulgo C.E.L.) para a afirmação e projecção cultural da U.M. no período que decorreu de Abril de 2010 a finais de 2014, isto é, desde a minha tomada de posse como presidente até à minha aposentação. Durante esse período de cerca de quatro anos, a Comissão Directiva do Centro – constituída por Rui Morais (Secretário), José de Sousa Teixeira, Miguel Sopas Bandeira, Eduardo Pires de Oliveira e por mim – sempre procurou desenvolver iniciativas cujo propósito fosse o de contribuir para a acção do Centro na sua missão de aprofundar o conhecimento da cultura lusíada “nos domínios da arte, da história, da arqueologia, da literatura e da linguística, ou outros afins”, conforme ficou consignado por decisão testamentária do Comendador Nogueira da Silva. Nesse sentido, a Comissão gizou em cada ano um programa pautado essencialmente pela organização de um Colóquio dedicado a um tema considerado de particular interesse histórico-cultural, complementado por ciclos de conferências

* Presidente do CEL de 2010 a 2014.

a cargo de personalidades distintas do mundo académico e intelectual, tendo, além disso, promovido outras iniciativas de natureza cultural, nomeadamente publicações com a chancela do CEL, sessões de lançamento e apresentação de livros, exposições e demais actividades, em colaboração com diversas entidades ou instituições.

De entre todas as iniciativas sublinhem-se os Colóquios, que trouxeram a debate temas relacionados com a cultura lusíada, como sejam: “*Arte no Minho*”, “*Fernão Mendes Pinto e a projecção de Portugal no Mundo*”, “*Judeus Portugueses no Mundo: Medicina e Cultura*”, “*O Português como Língua Global*” e “*Minho-Galiza: Confluências*”. A ideia global de cultura lusíada começou localmente, pelo Minho, alargou-se ao mundo nos colóquios seguintes (expansão portuguesa, diáspora dos Judeus portugueses, lugar da Língua Portuguesa) e, no último, regressou ao Minho na sua confluência com a Galiza. Em resultado de circunstâncias várias e de algumas coincidências oportunas, foi possível, de 2010 a 2014, iniciar-se e encerrar-se um ciclo em torno de um mote comum: a cultura lusíada no mundo, de que são testemunho os colóquios organizados no referido período, a seguir apresentados.

Em 2010, com a colaboração do Museu D. Diogo de Sousa, o tema escolhido para o colóquio foi *Arte no Minho*. Percorreu várias épocas históricas, desde a antiguidade até à actualidade, e tratou com particular atenção os seguintes aspectos: *Arte romana na periferia do Império: o conventus Bracaraugustanus* (Rui Morais, U.M.); *Arquitectura românica e gótica no Minho* e *Arte no Minho no século XVI* (Paula Bessa, U.M.); *Barroco e rococó* (Eduardo Pires de Oliveira, U.M.); *Entre o neomedievalismo e o eclectismo: uma visão da arte minhota* (Regina Anacleto, U. de Coimbra). O volume saído deste Colóquio, largamente ilustrado, foi apresentado ao público por Henrique Barreto Nunes e representa, como se escreveu na “Apresentação”, “um primeiro olhar sobre algumas áreas e alguns períodos da arte no Minho”.

O Colóquio de 2011 foi dedicado à *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, num ano em que se celebravam cinco séculos do nascimento deste autor, que escreveu, sobre a expansão marítima portuguesa, uma das obras mais emblemáticas da cultura lusíada. O Colóquio, subordinado ao tema *Fernão Mendes Pinto e a projecção de Portugal no Mundo*, versou as seguintes matérias: *Portugal e a*

Ásia: olhares cruzados na Peregrinação de Fernão Mendes Pinto (Ana Paula Laborinho, presidente do Instituto Camões); *Fernão Mendes Pinto – De Lisboa ao Estreito de Meca* (António Lázaro, U.M.); *Imagens da China na Peregrinação de Fernão Mendes Pinto* (Arie Pos, investigador e tradutor); *Mendes Pinto e o Mundo de Negócios na Ásia do século XVI* (Jorge Santos Alves, Instituto de Estudos Orientais, U.C.P.); *A visão do chinês e do índio no século XVI: um arco cultural* (Manuel Gama, U.M.); *Os caminhos malditos da projecção de Portugal no mundo: o caso de Cristóvão Ferreira* (M. Augusta Lima Cruz, U.M.); *Missão impossível: em busca das fontes da Peregrinação de Fernão Mendes Pinto* (Rui Manuel Loureiro, Centro de História de Além-mar). O colóquio teve a colaboração do Centro de Línguas e Culturas Orientais, do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, e contou com a exibição, a encerrar o Colóquio, de uma dança chinesa: *A lua, uma flor e o rio numa noite primaveril*, interpretada por *Chun Jiang Hua Ye*, aluna finalista do Mestrado em Estudos Interculturais Português-Chinês (ILCH/U.M.). Com a realização deste Colóquio, o CEL pretendeu assinalar, em 2011, os quinhentos anos do nascimento do autor da *Peregrinação*. Três anos depois, em 2014, associou-se, mediante a publicação do livro resultante do Colóquio, às celebrações de outra efeméride não menos importante: os quatrocentos anos da primeira edição da *Peregrinação*. Apresentado por Amélia Polónia, da Universidade do Porto, o livro trouxe de novo ao nosso convívio Fernão Mendes Pinto, uma extraordinária figura do património imaterial da cultura portuguesa, um escritor viajante, peregrino do Oriente, que viu e conviveu com outras gentes e outras culturas, contribuindo desse modo para um maior conhecimento do mundo físico e humano de então.

O ano de 2012 foi marcado pela realização do Colóquio *Judeus Portugueses no Mundo: Medicina e Cultura*, organizado pelo CEL em parceria com o Departamento de Filosofia e Cultura (U.M.). Na “Nótula de apresentação” do livro saído deste Colóquio, de autoria conjunta de Manuel Curado e minha, pode ler-se: “Ao longo do volume tem o leitor ocasião de visitar as principais questões que se levantam quando se faz a história da vida e do pensamento desses insígnies portugueses. Assim, são objecto de estudo e revisitação figuras de reconhecida estatura intelectual, como Amato Lusitano, Garcia de Orta, Diogo Pires, Rodrigo de Castro, Leão Hebreu, Francisco Sanches, Ribeiro Sanches, e tantos outros que, enfrentando o exílio, foram admirados, fora do país, pelo

seu talento e aí contribuíram para o desenvolvimento da filosofia, da medicina, da ciência e da cultura. Muitos, sobretudo a partir do século XVI, rumaram a Antuérpia, que era então ponto de encontro de comunidades judaicas, mas também verdadeiro centro comercial de especiarias. Todavia, fruto de circunstâncias adversas, tiveram de abandonar aquela cidade, em busca de liberdade religiosa e, continuando a sua vida de provações, passaram depois a cidades italianas como Veneza, Ferrara, Pesaro, Ancona, tendo-se dirigido mais tarde para Dubrovnik e ainda para a cidade de Salónica, e acabando aqui a sua diáspora. De todas as terras da Europa, Salónica, então sob o poderio otomano, foi a cidade que os acolheu, chegados aos milhares. No século XVI, a Europa tornara-se, para os Judeus, o inferno na terra, enquanto Salónica, que os recebeu “com todo amor e boa vontade”, foi para eles terra de refúgio e libertação, como testemunhou Samuel Usque. No entanto, percorrendo embora esta via de grandes tribulações, os judeus portugueses foram também excelentes homens do mundo da finança e de negócios, assentando esta outra face da sua vida no facto de estarem ligados familiarmente em rede, como sucedeu com a poderosa família Benveniste (os Mendes da documentação portuguesa). Assim se compreende que, a respeito da difícil vida destes homens, se tenha escrito, como fez Maria José Ferro Tavares (*Lusitania Sacra*, 27, 2013, p. 15), ‘entre religiões e negócios, a sobrevivência’”.

A autocitação foi longa, mas permitiu dar conta da riqueza temática do Colóquio, que pôs em evidência o papel científico e cultural desempenhado por judeus portugueses espalhados pelo mundo e constituiu, inequivocamente, um momento de eleição para trazer a público e à memória aspectos menos conhecidos da vida e obra dos referidos vultos. Foram oradores, quer no Colóquio, quer num ciclo de conferências organizado sobre o mesmo tema, especialistas na matéria, vindos de diversas áreas de estudo e de várias instituições e universidades, como: António Andrade, Adelino Cardoso, Teresa Nobre Carvalho, Fernando Machado, J. A. David de Moraes, João-Maria Nabais, James Nelson Novoa, C. Ascenso André, Paulo Archer de Carvalho, Manuel Curado, Cristiana Lucas da Silva, José Eduardo Franco, Maria Antonieta Garcia, J. Pinharanda Gomes, Jorge Martins, Rui Bertrand Romão. O livro que reuniu o contributo destes oradores viu a luz do dia no dia 03 de julho de 2014, pelas 18.00 horas, no Salão Nobre do Teatro Circo, com o apoio do Conselho Cultural e no âmbito da Feira do Livro de Braga; a apresentação do volume esteve a cargo de Daniel

Serrão, Prof. catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, e de Jorge Patrão, Presidente da Rede de Judiarias de Portugal, e constitui, sem dúvida, um marco importante no património histórico-cultural do CEL.

Em 2013, foi organizado o Colóquio *O Português como Língua Global*, que contou com a colaboração do Departamento de Estudos Portugueses e Lusófonos (U.M.). Trouxe a debate os temas seguintes: *O valor do Português no quadro das línguas globais* (José Paulo Esperança, ISCTE); *Contributos das Tecnologias da Língua na Globalização do Português* (Anabela Barreiro, Instituto de Engenharia de Sistemas); *A situação do Português no contexto dos novos paradigmas da interacção natural pessoa/máquina* (Daniela Braga, Senior Speech Scientist, VoiceBox, USA); *Português, língua de ciência?* (José Teixeira, U.M.); *Comunicação Social, Comunicação Global e Língua Portuguesa* (Carlos Magno, Presidente da ERCS). Seguiu-se uma mesa redonda sobre “*A Situação do Português no Mundo da Globalização*”, com a participação de Ana Paula Laborinho (Presidente do Instituto Camões), Eugénio Anacoreta Correia (Presidente do Observatório da Língua Portuguesa) e de Rui Vieira de Castro (Vice-Reitor da Universidade do Minho).

O colóquio em apreço teve como objectivo reflectir sobre o lugar da Língua Portuguesa no mundo da globalização e afirmar a sua importância quer em domínios já tradicionais (refira-se, a título ilustrativo, a docência do Português como língua não materna, língua segunda ou língua estrangeira), quer noutros domínios, como sejam o Português como língua de ciência, ou como língua de união entre os povos da Lusofonia.

Ainda no âmbito temático deste Colóquio, o CEL organizou, igualmente com a colaboração do referido Departamento de Estudos Portugueses e Lusófonos, um ciclo de conferências sobre a Língua Portuguesa e a sua posição estratégica e literária, a saber: *Língua Portuguesa, Globalização e Lusofonia* (Moisés Martins, U.M.); *O futuro da Língua Portuguesa* (Ivo de Castro, Universidade Clássica de Lisboa); *A cozinha portuguesa dos Descobrimentos (segundo o Ms. 142 do Arquivo distrital de Braga)* (Anabela Leal de Barros, U.M.).

Por fim, o Colóquio realizado em 2014, em parceria com o Centro de Estudos Galegos (U.M.) e com o apoio do Museu D. Diogo de Sousa, foi dedicado ao

tema *Minho – Galiza: Confluências*. Participaram: Elías J. Torres Feijó (U.S.C – grupo Galabra), *O galeguismo cultural e Portugal: a via minhota (1850-1936)*; Aurora Rego (Investigadora do CITCEM; C. M. Caminha), *Mobilidade e fixação de galegos no Alto Minho durante o século XIX*; Domingo González Lopo (U.S.C), *Entre o viño e a pedra. Galegos no Norte de Portugal nos séculos XVIII-XIX*; Eduardo Pires de Oliveira (U.M.), *Pedra a pedra. Pedreiros galegos na arquitectura minhota do século XVIII*; Rui Morais (U.P.) e M. José Sousa (Museu D. Diogo de Sousa), *Arqueologia da Música. A representação da gaita-de-foles e órgãos hidráulicos em lucernas Dressel 28 de produção peninsular*. A encerrar o Colóquio, o painel *Minho-Galiza: Confluências* teve a participação das seguintes personalidades: Vice-Reitor da U.M. (José Mendes), Diretor Executivo da C.E.E.R. (Ruben Lois), Presidente da Câmara Municipal de Braga (Ricardo Rio), Presidente da Associação Industrial do Minho (António Marques), a que se seguiu um momento musical, com o grupo *Canto d'Aqui*.

Não obstante toda a acção desenvolvida pelo CEL, esta não se cingiu à organização e realização dos Colóquios mencionados, que reuniram e trouxeram à Universidade e a Braga especialistas consagrados em diversas áreas do saber. Realizou igualmente ciclos de conferências em torno de temas afins ou de outros temas, ditados por efemérides especiais, sendo de referir os ciclos dedicados à República Portuguesa, o já referido ciclo dedicado a grandes médicos e pensadores judeus portugueses e o ciclo dedicado à Língua Portuguesa. Assim, por ocasião das comemorações dos cem anos da República Portuguesa, foram proferidas as seguintes conferências, que tiveram larga participação de público: *Paideia, filosofia e política em A República de Platão*, por José Pedro Serra, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e *O Republicanismo: da propaganda à governação (1848-1926)*, por Norberto Cunha (U.M.), Luís Cabral. Assessor da Direcção Municipal de Cultura da Câmara Municipal do Porto, proferiu uma outra conferência, realizada no âmbito das comemorações do bicentenário do nascimento de Alexandre Herculano, que teve como tema *Alexandre Herculano e o património cultural: palavras “entre Douro e Minho”*.

Além disso, foram realizadas sessões de lançamento e apresentação de vários livros, nomeadamente: lançamento do livro de Ribeiro Sanches intitulado *Memória sobre os Banhos de Vapor da Rússia*, seguido de *Sífilis – Doença Venérea Crónica*, tradução e anotações de Fernando Machado (U.M.), que

dessa forma deu a conhecer a um público mais vasto os dois opúsculos, precedidos de uma indispensável e importante introdução; apresentação do volume que tem por título *Médico Político* e, por subtítulo, *Tratado sobre os deveres médico-políticos*, da autoria de Rodrigo de Castro (médico judeu português de finais do séc. XVI), por Avelino Cardoso; apresentação, por mim, do livro de Rui Morais, Miguel Bandeira e Eliana Pinho, *Itineraria Sacra. Bracara Augusta Fidelis et Antiqua*. Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, Col. “Classica Instrumenta”, 2013.

O CEL colaborou ainda com iniciativas do Conselho Cultural da U.M. e por três vezes trouxe à Universidade, por ocasião do Festival de Outono, o grupo de teatro clássico “Thíasos”, do Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Coimbra, que apresentou e revisitou peças do teatro clássico, as comédias *O fulaninho de Cartago*, de Plauto, a *Lisístrata*, de Aristófanes, e a tragédia *As Suplicantes*, de Eurípides.

Em suma:

Com as actividades aqui elencadas, o CEL prosseguiu, no decurso destes quatro anos, o trabalho de difusão do património cultural que as anteriores Direcções proficuamente realizaram. Assim, pode afirmar-se, sem exageros, que o Centro de Estudos Lusíadas, juntamente com as restantes Unidades Culturais da U.M., sempre tem contribuído, ao longo dos anos, para uma maior visibilidade, não estritamente académica, da acção cultural que o Conselho Cultural e a Universidade do Minho vêm realizando *intra* e *extra muros*, na sua missão de serviço à comunidade.



Cultura e (efi)Ciência

José Teixeira*

Laborinho Lúcio, Presidente do Conselho Geral da Universidade do Minho, em 18 de janeiro de 2015, fechou a apresentação desta mesma revista *Forum*, revista das unidades culturais da Universidade do Minho, com a questão: "Se a Cultura não é um obstáculo para a eficiência, porque é que a eficiência há de ser um obstáculo para a Cultura?"

A questão tem a sua justificação no facto de ser ideia corrente que a noção de cultura implica aspetos não produtivos, não eficientes, aquilo que serve apenas para "ilustrar", no sentido de dar lustre, uma capa envernizadora, geralmente apenas decorativa, não podendo constituir uma qualquer realidade de essência.

Veio-me a lembrança da citada questão a propósito de ter sido pedido, aos Diretores das Unidades Culturais, algumas reflexões sobre cultura e a forma como a respetiva Unidade Cultural pode potenciar a marca Universidade do

* Presidente do Centro de Estudos Lusíadas da Universidade do Minho.

Minho. É que, na realidade, Cultura costuma mesmo ser emparelhada com ineficiência. Numa modernidade que corre a ritmo vertiginoso, sem as fronteiras espaciais e temporais que ainda não há muito pausavam os ritmos em que rodava o Mundo e os nossos mundos, nesta modernidade, a eficiência tornou-se o eldorado obrigatório que não se compadece com prazos longos ou a não visibilidade imediata de resultados.

Até porque "cultura" é um conceito algo escorregadio, polissêmico, polivalorativo, polienglobante – e com vários outros "polis". Esta polivalência pode ser vista como índice da sua ineficiência: em que é que consiste verdadeiramente a "mais autêntica" Cultura? Nos saberes fundadores da nossa civilização ocidental, gregos e latinos, o conhecimento renascentista, a arte e literaturas canônicas – as ditas Humanidades? Ou é mais o domínio das novas vivências sociais, do conhecimento do mundo dos nossos dias, das grandes questões económicas e científicas, das novas formas de arte, das revoluções comunicativas que se metamorfizam a ritmos que muitos já não acompanham? É tudo?, incluindo a cultura de massa que é cada vez mais visível nas artes, no urbanismo, na comunicação, cultura essa que as modernas tecnologias possibilitam e incrementam?

Se tudo é Cultura, nada de especial é Cultura. E o conceito esboroa-se em ineficiência.

Por outro lado, costuma-se apenas apor (quando não opor) a Cultura à Ciência. Esta é rigorosa, concreta, dotada de proveitos úteis, enquanto aquela é subjetiva, imaterial e sem uma finalidade utilitária. À eficiência da Ciência opõe-se a ineficiência da Cultura.

Ora a Universidade quer-se da (efi)Ciência. Isto é que deve constituir o seu núcleo. Então vai dispensar a Cultura? Não totalmente, penso que todos defendem. Porque se bem que, para muitas visões, uma universidade "técnica" deve ser o núcleo de uma Universidade, no entanto, hoje ainda mantém (alguma) validade a ideia de que a Cultura deve ajudar a compor a "universitas". Deve apor-se à Ciência. Como aposto. Mas sem ocupar qualquer centralidade.

Mas como pode a Cultura potenciar a (efi)Ciência das universidades?

Não falando já do lugar dos estudos humanísticos e culturais, as Unidades Culturais devem ajudar a cumprir a dimensão de "universitas", evidenciando o papel que a Cultura tem na universidade em que se inserem.

No entanto, pesem embora as vantagens inegáveis do seu enquadramento orgânico, pode também haver perigos à espreita na existência de Unidades Culturais na Universidade.

As vantagens são, a meu ver, óbvias: a Universidade dispor de organismos com alguma autonomia para poderem promover, desenvolver e evidenciar atividades de Cultura que não tenham que se direccionar prioritariamente para a (conceito também em moda) "eficiência formativa".

Mas pode haver perigos: se essas unidades forem apenas os enfeites mais ou menos acessórios da árvore universitária. E para que não sejam, necessário será que tenham efetivamente a possibilidade de executarem atividades que promovam e fomentem, não apenas na Universidade, mas igualmente, no meio social em que esta se insere, as dinâmicas e os objetos culturais a que se destinam.

Dentro deste enquadramento, o Centro de Estudos Lusíadas da Universidade do Minho (CEL) é uma unidade cultural com a idiossincrasia de a sua fundação não ter partido da Universidade, mas de alguém que deixou um legado patrimonial à mesma, com a contrapartida de esta manter um Centro de Estudos ligado à divulgação e preservação da língua e cultura portuguesas. Esta vontade testamentária do Comendador Nogueira da Silva, aliada, com certeza, ao desejo continuado da Universidade, tem dado a estabilidade e continuidade que o CEL tem tido e certamente continuará a ter como Unidade Cultural da UMinho.

Ora é neste caminho de divulgação e defesa da língua e todos os valores da cultura portuguesa que o Centro de Estudos Lusíadas se tem empenhado. Embora ainda tenha sido há pouco tempo que a Reitoria da UMinho me tenha confiado a presidência, como fiz parte da anterior equipa posso testemunhar (e sentir-me responsável para tentar continuar) o muito meritório percurso, dentro das suas especificidades, que o CEL tem feito.

É precisamente neste percurso que o CEL sempre procurou conciliar Cultura

com efi(Ciência). Referindo apenas as atividades mais destacadas, toda a temática sobre a Arte no Minho, em conferências, um colóquio e a publicação de um livro¹. Não havendo ainda uma sistematização feita sobre a influência dos principais movimentos arquitetónicos no Minho, foi preocupação fazer uma panorâmica global que permitisse colmatar essa falha. Por isso, a obra inclui estudos desde a Arte urbana no "Conventus Bracaraugustanus", a arquitetura românica e gótica no Minho, a arte no séc. XVI, Barroco e Rococó até ao Neomedievalismo e Ecletismo dos séculos XIX e XX.

Já com a temática de Fernão Mendes Pinto se procurou fazer ressaltar a forma como a língua e a cultura portuguesas contribuíram para a aproximação do Ocidente e do Oriente. Das conferências e Colóquio resultou a publicação da obra *Fernão Mendes Pinto e a Projeção de Portugal no Mundo*².

Com semelhante intuito de divulgar o papel que os portugueses tiveram nas mudanças culturais e científicas europeias a partir do Séc. XVI, levou o CEL a cabo um conjunto de atividades (várias conferências, um colóquio) de que resultou a obra *Judeus Portugueses no Mundo – Medicina e Cultura*³.

Por razões administrativas, ficou o CEL, na prática, inativo todo o ano de 2015 em virtude de, dos cinco elementos da Comissão Diretiva, um ter saído da Universidade do Minho e outros dois se terem aposentado, tendo sido um deles a Presidente. A oficialização da nomeação da nova Comissão Diretiva só aconteceu em 2016.

É propósito desta Comissão Diretiva a continuação do caminho percorrido da divulgação dos valores da língua e cultura portuguesas. Reforçará, contudo, a vontade de entender a Língua e a Cultura não apenas numa dimensão clássica e passadista. Nesse sentido, e continuando o trabalho da anterior Comissão Diretiva, irá apresentar dentro de poucos dias a obra *O Português como Língua num Mundo Global: problemas e potencialidades*⁴, resultante de um conjunto de conferências e Colóquio feitos no exercício da Comissão anterior sobre a língua portuguesa e o seu papel no mundo como língua global.

Dado que esta Comissão Diretiva escolheu para tema deste ano "Braga, Cultura e Contemporaneidade", organizámos uma visita-debate "Braga, Cultura e

Contemporaneidade: a capela das metáforas de Braga" na Capela "Árvore da Vida", vencedora do prémio ArchDaily 2011 para o edifício religioso com a melhor arquitetura (capela no Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo, Braga). A dimensão teológica foi apresentada por Vítor Sá e a dimensão arquitetónica pelos arquitetos autores da obra, Arquitetos António Jorge Cerejeira Fontes e André Cerejeira Fontes. O número de inscritos motivou dois turnos de visita.

E é dentro deste âmbito de inscrever o debate sobre Braga e Cultura na Contemporaneidade que se irá organizar a 30 de setembro o Colóquio "Braga – Espaços, Culturas e Contemporaneidade: Contributos para repensar a cidade e a cultura".

Programamos, para 2017, realizar um Colóquio com um grupo significativo de Professores japoneses da Universidade de Aichi sobre o Japão e os contactos ibéricos, projeto que está ainda a ser trabalhado.

Como por estas atividades agora destacadas se pode indiciar, procura sempre o CEL ligar Cultura e Ciência de um modo eficiente. Cultura e (efi)Ciência, poderá, assim, ser uma marca comum ao CEL e à UM e assim podermos contribuir para a divulgação e prestígio da marca "Universidade do Minho". Pensamos ser este o maior contributo que podemos dar, sobretudo estando atentos às novas realidades e aos novos desafios que equacionam a língua e a cultura portuguesas. Dentro das nossas possibilidades, obviamente. É que alguns constrangimentos dificultam este desiderato.

O maior é comum aos vários organismos da Universidade. Fazer o milagre da multiplicação, não dos pães e dos peixes, mas das verbas. Mas tem que haver um mínimo, para se poder fazer algo significativo. Porque dotações irrelevantes não podem dar para realizações relevantes. Seria bom se o Centro de Estudos Lusíadas tivesse um décimo de milésimo (sim, um décimo de milésimo) do orçamento da UM. Mas anda muito longe desse décimo de milésimo. Tem apenas 116 euros/mês...

Mas até dessa parquíssima verba não se pode fazer uma utilização eficiente. É que os bloqueios das verbas, as cativações e a prestação de contas só permitem que se use num restrito tempo do ano. E depois o processo de autorização de gastos é (e a queixa é genérica) verdadeiramente kafkiano.

O Comendador Nogueira da Silva viu bem a importância das Unidades Culturais para a marca Universidade. E viu que arte, ciência e cultura fazem um todo que sem uma das partes nunca dará a dimensão completa das mais profundas realizações humanas. Como disse Fernando Pessoa, pela voz de Álvaro de Campos,

*O binómio de Newton é tão belo como a Vénus de Milo.
O que há é pouca gente para dar por isso.*⁵

Também a Cultura é tão importante para uma verdadeira Universidade como a Ciência. Esperemos que não haja cada vez menos gente a dar por isso.

Universidade do Minho, 9 de setembro de 2016.

Notas

¹ Pereira, Virgínia (Org.), 2011. Arte no Minho, Centro de Estudos Lusíadas da Universidade do Minho.

² Pereira, Virgínia (Org.), 2013. Fernão Mendes Pinto e a Projeção de Portugal no Mundo. Centro de Estudos Lusíadas da Universidade do Minho.

³ Pereira, Virgínia e Curado, Manuel (Org.), 2014. Judeus Portugueses no Mundo – Medicina e Cultura Centro de Estudos Lusíadas da Universidade do Minho.

⁴ Teixeira, José (Org.), 2016. O Português como Língua num Mundo Global: problemas e potencialidades, Centro de Estudos Lusíadas da Universidade do Minho.

⁵ Fernando Pessoa, Poesias de Álvaro de Campos. Lisboa: Ática, 1944 (imp. 1993), p. 110.

Uma exceção com regra: o Museu Nogueira da Silva da Universidade do Minho. Alguns episódios

Carolina Leite*

*À equipa do museu com quem tive o imenso gosto
de construir uma possível ideia de museu*

Tudo pronto para acolher os convidados. São numerosos. Entre os mais esperados, estão os que vêm de longe. Têm dificuldade em encontrar o museu. A chuva densa torna quase indistintas as coordenadas da cidade. No museu, este fim de tarde não se parece com nenhum outro. A expectativa é grande. Uma tensão que impõe uma espécie de alerta geral. Tudo deve correr o melhor possível.

Chegada ao Museu Nogueira da Silva em outubro de 2002, no momento em que o Dr. César Valença se retirava, pude contar com todo o seu apoio, através de uma disponibilidade permanente, efetiva e afetiva. Igualmente receptiva foi a presença da Dr. Helena Trindade, colaboradora científica imprescindível no acompanhamento de toda a atividade do museu. Encontrei uma pequena equipa de nove pessoas acolhedoras, disponíveis e de grande sentido profissional. O museu tinha as suas atividades e o seu ritmo próprio. Os jardins estavam cuidados e a casa, como todas as casas, sempre com grandes exigências, difíceis de acompanhar.

* Responsável do Museu Nogueira da Silva, Universidade do Minho, 2002-2006.

Como responsável do Museu tinha tudo para aprender, mas o contexto revelou-se excepcionalmente favorável. A atmosfera de trabalho respirava cordialidade e confiança. Da Reitoria, o Professor Acílio Rocha seguia atentamente os projetos do museu, apoiando-os sem reserva. E o Professor Lúcio Craveiro da Silva, Presidente do Conselho Cultural, além de interlocutor raro, foi presença gratificante em todos os momentos que marcaram a vida do museu.

Poucos dias antes, os Serviços Técnicos iniciam obras no terraço do museu: inicia também o mau tempo! Normal, também em Braga chove em dezembro. Pânico. A montagem da exposição estava quase terminada: mas as infiltrações eram já visíveis. A humidade, altíssima, começa a deformar as obras, na sua maioria, sobre papel (além de um pequeno núcleo de escultura e pintura). A sala grande do museu torna-se impraticável! O Conservador da Coleção visitante, a quem era impossível ocultar o desastre, lança em tom ameaçador que “aquilo” não era coisa que ele pudesse mostrar aos seus administradores!!!

A credibilidade por um fio...

Tratando-se de um museu ligado à Universidade mas sem ligação direta às áreas de ensino, era necessário criar linhas de passagem entre a arte e a ciência, a reflexão e a contemplação, a filosofia e a criação, a política cultural e o olhar desapaixonado das modas. Os meios, eram escassos. Mas as ideias chegavam numa abundância de sugestões, conselhos, propostas e até de recomendações daquilo que não se devia fazer!

A atividade no museu começa a definir-se a partir de algumas prioridades: a formação, a valorização da coleção, a abertura à universidade e ao exterior, a atenção à galeria, a realização de manifestações de reconhecida qualidade...

O estudo, a formação, a reflexão

O gosto do estudo e da formação era, por iniciativa própria, uma prática dos funcionários mais jovens do museu. As formações propostas pela Rede Portuguesa de Museus e um curso elementar de inglês trouxeram, a todos, a oportunidade do regresso ao estudo. Com a criação de cursos breves de História de Arte, o

museu abriu-se à cidade que respondeu com uma inesperada adesão. E naturalmente, o Serviço Educativo continuava a atrair centenas de crianças, num trabalho inventivo e paciente, de sensibilização do olhar. Muitas iniciativas de formação – entendida em sentido amplo – foram acontecendo, umas ligadas à Universidade, outras exteriores. Recordo apenas o ciclo de nove conferências – *Artes de cura, a palavra ao corpo* – que trouxe ao museu personalidades notáveis e momentos de grande intensidade, como a conferência-concerto da pianista Ana Telles, ao confiar a importância, na sua cura, da música de Messiaen. Nove sessões e novas concepções sobre o corpo. Um desafio à curiosidade, por vezes à emoção; mas sempre um convite à interrogação, na procura de caminhos viáveis para o entendimento do corpo e da consciência. Pensados como abertura do museu aos estudantes e docentes de medicina, estes encontros suscitaram na cidade um interesse tão amplo, que a ausência dos destinatários quase se fez esquecer.

A divulgação e a valorização da coleção

A coleção é a alma do museu. Ao confiar à Universidade a sua coleção, o Comendador António Nogueira da Silva esperava (assim o podemos imaginar...) recriar a cumplicidade que o colecionador tanto deseja obter do olhar do *outro*. Dar aos objetos a ocasião de uma nova leitura, deslocando-os na paisagem íntima do museu que já foi casa e da qual conservam memórias, confidências e afetos. Foi justamente a presença na coleção de obras de Emmerico Hartwich Nunes que esteve na origem da exposição – que teria uma etapa internacional, com a edição de um catálogo bilingue, português-alemão – que reuniu obras e documentos da família do artista, da Fundação Gulbenkian e da Biblioteca de Heidelberg. Centrada na colaboração de Emmerico Nunes com a revista alemã *Meggendorfer Blätter*, a exposição, concebida por Isabel Lopes Cardoso, deu a conhecer um importante conjunto de obras do artista. Afastada das modas, hoje como no seu tempo, a linguagem de Emmerico, elegante e irónica, dá vida a uma obra que resiste, sem esforço, ao tempo que passa.

E para assinalar os 30 anos do legado da coleção, toda a equipa se mobilizou para transformar o rés-do-chão do museu: a galeria e outros espaços foram

pintados de cores fortes combinadas às peças escolhidas, valorizando-as. Ocasão para admirar a coleção num renovado contexto de cor e de diálogo entre objetos e obras de arte. Festa da coleção do museu e cumplicidade de todos os seus funcionários, em torno de um objetivo comum. O generoso apoio da reitoria permitiu a publicação de um catálogo trilingue. Um documento indispensável, em particular para os visitantes estrangeiros de passagem e os muitos convidados da universidade que ali eram hospedados, dando vida a uma parte da casa.

Alguns momentos particulares

Ainda no âmbito dos 30 anos da doação do Senhor António Nogueira da Silva, realizou-se a primeira exposição em Portugal (desenho e aguarela), de Valerio Adami. Pintor italiano residente em Paris, um dos nomes reconhecidos da *Pop-Art* europeia, Valerio Adami esteve presente no museu para o colóquio que antecedeu a abertura da mostra. Foi publicado um catálogo-portfolio, com a reprodução de 10 desenhos do artista e um conjunto de textos originais. Entre os autores, Antonio Tabucchi, amigo de Adami. A exposição foi realizada em colaboração com Matteo Bianchi e o Museo Villa dei Cedri, de Bellinzona (Suíça) e suscitou o interesse de um público informado como da imprensa especializada, e trouxe ao museu muitos novos visitantes.

A exposição *In situ* trouxe ao museu estudantes da Escola de Belas Artes do Porto. Uma presença de grande vitalidade expressa no diálogo inesperado entre a coleção e as obras dos jovens criadores. Igualmente importante o depósito no museu de um acervo representativo da obra de Mário David, assinalado com uma exposição e a edição de um livro.

E um dia chegou ao museu o piano que ali faltava. Um gesto generoso de alguém que, amando a música, se quis anónimo, oferecendo ao silêncio do museu, a ocasião de muitas novas sonoridades...

No museu, cerca de cem obras – uma síntese representativa da arte portuguesa do período 1960-90 – em diálogo com peças da coleção, estão preparadas

para os visitantes: entre os muitos artistas, obras de Helena Almeida, Michael Biberstein, Miguel Branco, Alberto Carneiro, José Pedro Croft, Gaëtan, Ana Hatherly, Álvaro Lapa, Ângelo de Sousa, Pedro Sousa Vieira...

A Sala Jorge Barradas transformada, para a ocasião, em sala de jantar; o museu acolhe entre os convidados, aqueles que permitiram a realização da mostra: os artistas, os administradores da FLAD, o conservador da coleção, Dr. João Silvério, o Professor Lúcio Craveiro, Presidente do Conselho Cultural e todos os Vice-Reitores da Universidade e o Dr. César Valença, a quem coube resolver, entre outras, as questões de protocolo! **Os Serviços Sociais asseguraram o jantar.** O menu, o mais modesto. A mesa, sim, teve todas as atenções: magníficas toalhas brancas, candelabros (saídos das reservas), arranjos de camélias brancas do jardim, o serviço de Meissen, elegantes copos, enfim, um cenário com ressonâncias de outras festas que ali tiveram lugar, agora num contexto bem diverso ... na sala, os dois retratos que se olham de frente, de António Nogueira da Silva e Senhora.

Do passado ao futuro...

Os atributos do Museu Nogueira da Silva têm-lhe permitido renovar-se continuamente, oferecendo à universidade e à cidade um ponto de encontro com a arte, nas suas mais variadas linguagens.

Tudo é discutível e parte das escolhas, também de ordem estética, são subjetivas. Também de erros e imperfeições se faz uma aprendizagem. E sabemos como pede tempo, a menos que se desista em favor da cultura efémera dos eventos. Tudo é, por isso, discutível. Tudo, excepto a liberdade indispensável à vida de um museu, diferente de todos porque integra a pequena família do Conselho Cultural o qual se abriga numa universidade: um acervo imenso, entre obras de arte e conhecimento. Uma exceção cara ao Professor Lúcio Craveiro que tanto defendeu o valor desta singularidade da Universidade do Minho. Um museu, particular. Lugar raro para viver e pensar a beleza. O conhecimento e a cultura. Lugar aberto.



Jardins do Museu Nogueira da Silva.



S/título, acrílico sobre linho e lã preta, Michael Biberstein, coleção FLAD.



"figuracontrafigura" desenho de Adami.



Acrílico sobre papel, de Mário David.



Em forma de relatório

Carlos Alberto do Lago Cruz Corais*

Fui nomeado responsável pela direcção do Museu Nogueira da Silva/UM, em 21 de Julho de 2006, tendo concluído o mandato em 2015. Com este breve texto irei fazer um apanhado da actividade desenvolvida ao longo da minha direcção. Procurei dar cumprimento aos objectivos traçados pelo Regulamento do Museu Nogueira da Silva/UM (“Promover a integração do Museu na comunidade” e “Desenvolver e dinamizar as relações com o público ...”, Regulamento do Museu, capítulo 1, art. 5.º, alínea b) e c)), implementando uma calendarização de actividades culturais mensais que contribuisse para uma maior visibilidade desta instituição junto da nossa comunidade, prestando um serviço público, no âmbito cultural e social, em conjugação com o Conselho Cultural da Universidade do Minho.

* Responsável do Museu Nogueira da Silva, Universidade do Minho, 2006-2015.

Começamos por identificar três áreas que, a par de outras actividades, pudessem constituir a base de uma programação fixa mensal: artes plásticas, música, filosofia. Mais tarde, em 6 de Dezembro de 2012, iniciaram-se as “Conversas sobre imagens de Braga” com António José Mendes e Eduardo Pires de Oliveira, às seis da tarde da primeira quinta-feira de cada mês, e em 2013 surgiram os recitais mensais de poesia, associados ao espaço Maria Ondina Braga, pelo Sindicato de Poesia.

Dando seguimento à qualificada programação da Galeria da Universidade, pelos directores que me antecederam, procurei mostrar sobretudo jovens autores com reconhecimento nacional e outros menos conhecidos (Paulo Brighenti, Paulo Mendes, Carlos Lobo, Carlos Correia, Alexandre Connefrey, Francisco Tropa, Ricardo Pistola, André Almeida e Sousa, Carlos Noronha Feio, Pedro Sousa Vieira, Rui Vasconcelos, Miguel Branco, Luís Silveirinha, Pedro Lobo, Cristina Lamas, Jorge Nesbitt, Marcelo Costa, Ana Perez Quiroga, Alberto Peixoto, Marta Wengorovius, Tomás Colaço, Sofia Aguiar, Ana Vidigal, Ana Manso, André Romão, Claudia Lopes, Joana Pimentel, Carla Rebelo, Luísa Jacinto, Tomás Cunha Ferreira, Tiago Estrada, Pedro Maia, Virgínio Moutinho, Pedro Valdez Cardoso, Paulo Trindade, Rita Magalhães, Adelina Lopes, Isaque Pinheiro, Gaetan, entre outros)

Para além de artistas nacionais também mostramos artistas galegos em parceria com a Universidade de Vigo, pólo de Pontevedra, Mónica Ortuzar, do País Basco, Stefaan van Biesen com a colaboração de Geert Vermeire, os artistas canadianos Barry Ace e Michael Belmore e Gundi Falk, de nacionalidade austríaca.

A partir de Maio de 2007 e durante os dois anos seguintes, com o objectivo de atrair mais pessoas às exposições, participamos no projecto “Três em linha”, em que as inaugurações passaram a ocorrer, em conjunto com a Velha-à-Branca e a 100.^a Página, na tarde do primeiro sábado de cada mês. Mais tarde estenderam-se ao Museu da Imagem e ao espaço Pedro Remy (“Cinco em linha”).

Na área da música, foi programado um ciclo de concertos, a acontecer no último sábado de cada mês, pelas 18 horas, com a preciosa colaboração de Maria João Araújo, na altura, Directora de Educação e Investigação da Casa da

Música do Porto, de Paola Grimaldi, pianista e mecenas, e de Anabela Bapista, Directora do Palácio Foz. Destacamos alguns destes concertos: “Trio Medina” com Nuno Soares, Jorge Alves, David Cruz e Youri Popov; “Pintura e Música no Barroco” com Cristina Gonçalves, Manuel Tavares, Paola Grimaldi e Quarteto de cordas; Quarteto de cordas de Alexandre Delgado; Jóias do Reportório do Moscow Piano Quartet; Eduarda Melo e João Tiago Magalhães; Coro do Queen's College, Oxford University; Mónica Lacerda Pais; João Lima e Miguel Leite; Manuel Pedro Nunes e Paule Grimaldi; Anne Kaasa; Nuno Fonseca e Nathaliya Kuznetsova; Ivan Kuznetsova; Pedro Tavares e Nathaliya Kuznetsova; Marcos Santos e Paule Grimaldi; Luís Pacheco Cunha, Catherine Strynck e Daniela Ignazzitto; Elena Salamova; Paule Grimaldi e Laurence Roumet; Indigo Saxophone Quartet; Luís Meireles, Pedro Meireles e Ken Ichinose; Paula Almeida e Maria do Céu Camposinho; Nilko Andreas e Laetitia Spitzer; OttoPereira e Emanuel Frazão; Moreno Gistaín Duo; Duo Scherbakov/Slav (em colaboração com o Instituto Cultural Romeno); Eliot Lawson e Luís Pipa; José Corvelo e Carla Seixas; Catarina Oliveira e Berkovsky; Duarte Pereira Martins, piano; António Mont’ Alverne de Sequeira; Duo Medina; Joana Gama; Margarida Neves; Lígia Madeira e Luís Duarte; Ricardo Barceló, DueAna; Yakov Marr e Svetlana Mikaylicheva; Giosuè De Vincenti.

Para além dos concertos do ciclo mensal, foram promovidos outros recitais, entre os quais mencionaria: Orquestra de Cordas EPMVC, dir. Ariana Znachonak, Catarina Oliveira e Nuno Cernadas, Música de Câmara Russa em colaboração com o Leitorado Russo do ILCH/UM, Quarteto Russo de Cordas e Piano – “Quinta Corda”; Coro e Orquestra da ARMAB; Rão Kyao, no âmbito da exposição de Fellipa Lobato; Lev Berkovskiy; Pandit Hindraj Divekar e Manoj Sudam Bhandwalkar; “Pop Meets Piano” por Lysa Ribeiro Fedtke e João Lima; música barroca com “Les Esprits Animaux”; recital de Erhu e Piano por Betti Xiang e Joana Gama (Instituto Confúcio); Estilhaços com Adolfo Luxúria Canibal, António Rafael, Henrique Fernandes e Jorge Coelho (Festival de Outono/Conselho Cultural); Luís Pipa (CEHUM); Encontro de Guitarras (Escola de Música Calouste Gulbenkian); os Sentica Ensemble. Em parceria com a Embaixada da Roménia e a Fundação Bomfim, Companhia da Música realizaram-se outros recitais. Também foram organizados concertos de jazz em parceria com a RUM e o Conselho Cultural.

Com a coordenação de Eugénio Peixoto e Vítor Moura, do Departamento de Filosofia da Universidade do Minho, realizaram-se os encontros informais da Comunidade de Leitores de Filosofia, na primeira terça-feira de cada mês, durante o período de aulas.

No sentido de “criar e/ou colaborar em projectos que articulem áreas de ensino e de investigação na Universidade do Minho com as temáticas do Museu” (Regulamento do Museu, capítulo 1, art. 5.º, alínea e) desenvolveu-se, com o Departamento de Currículo e Tecnologia Educativa, Instituto de Educação e Psicologia da UM, o projeto “POAW – Produção de Objetos de Aprendizagem para a Web criando conteúdos educativos”, no formato *learning object*; com o Departamento de Física da UM, participamos no projeto *Estimating the best illuminants for appreciation of art paintings* sob a coordenação do Prof. Doutor Sérgio Nascimento. Promovemos as exposições: “Vida e Obra de Marie Curie” com organização do Departamento de Química; “Percepções”, UM/MNS, com a Escola de Ciências; “Apontamentos de Design e moda” com trabalhos dos alunos do Departamento de Engenharia de Design Textil/UM, em cuja inauguração se realizou uma passagem de modelos para pessoas em cadeiras de rodas, no jardim – Weadapt; “Encontro de Paisagens”, organizado pelo CECS/CICS da Universidade do Minho com recital de poesia por José Miguel Braga e exposição com obras de Nuno Moreira Inácio e André Cepeda. Realizou-se a conferência “Jornalismo de Investigação vs Jornalismo Online” em colaboração com a RUM e as palestras “Rota do Fresco” por Catarina Valença Gonçalves Vilaça de Sousa e “Rota do Românico do Vale do Sousa” por Augusto Costa, no âmbito do Colóquio sobre Turismo Cultural organizado pelo Departamento de História do ICS da UM. Os bolseiros do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, Ana Silva e João Arantes, fizeram a inventariação do espólio e a elaboração do arquivo digital da escritora Maria Ondina Braga.

O Museu acolheu, também, estágios das Licenciaturas em Educação e Comunicação Social da Universidade do Minho. Esta colaboração estendeu-se ao Curso de Estudos Artísticos e Culturais da Universidade Católica; à Escola Profissional Profitecla; aos Cursos Profissionais da Escola Sá de Miranda.

Dentro da actividade desenvolvida por esta instituição, podemos ainda salientar a organização de congressos, conferências, workshops, visitas guiadas.

Foram organizados os seguintes cursos: “História da Fotografia” com Nuno Borges Araújo; Curso Livre de História da Música “Saber Ouvir”, por Miguel Leite; “Introdução à Arte Contemporânea” por Carlos Corais, em colaboração com a Universidade Sénior da Cruz Vermelha Portuguesa; Curso de Desenho por Ricardo Leite; o Workshop sobre impressão em Platina/Paladium por Manuel Gomes Teixeira; “Atelier de Serigrafia” com Isabel Jácome Vasconcelos. Acolheram-se outros projetos em colaboração com outras instituições: “Planificação e Organização de Exposições, o Papel do Curador” com a AntiFrame – Independent Curating Project, e, no dia Internacional dos Museus, Workshop de Interpretação com Máscaras Teatrais, sob a orientação de Wagner Kosisck da companhia Tin bra.

Em junho de 2007, realizou-se o Colóquio Internacional “O Retrato das Emoções” com a colaboração de Vitor Moura, do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho e com a participação de Noel Carroll (Universidade de Temple, Filadélfia), Jerrold Levinson (Universidade de Maryland), Vitor Moura (Universidade do Minho), Paulo Ribeiro (médico oftalmologista), Raquel Quelhas Lima (pedo-psiquiatra), Celso Martins (Escola Superior de Arte e Design das Caldas da Rainha) e Freitas de Magalhães (Director do Laboratório de Expressão Facial da Emoção, Universidade Fernando Pessoa), com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e as empresas Primavera e Fernando Simão e Filhos, Lda/Opel.

Na tentativa de atrair um público mais variado, promovemos alguns recitais na área da poesia, do teatro e da dança: “EmBrechtados”, “António Variações” e “EKPHRASYS”, “DiZei Beckett in the House”, “A dor dói e o boi muge”, “Os livros e a noite” pelo Sindicato da Poesia; o Workshop de Interpretação com Máscaras Teatrais, sob a orientação de Wagner Kosisck do Tin bra; a peça “Philatelie” pela “mala voadora”, no âmbito do Festival de Outono; e o bailado “Twit me” pelo Estúdio Helena Mendonça – Pequena Companhia.

No que respeita à “promoção do estudo, conservação e divulgação do acervo do Museu” (Regulamento do Museu, capítulo 1, art. 5.º, alínea a), para além do restauro e conservação de oito pinturas (“Assunção da Virgem”, séc. XVI, “Visitação”, séc. XVII, “Porto de Nápoles”, séc. XVIII, “Fuga para o Egipto”, séc. XVII, “Retrato de Homem”, séc. XVI, 2 pinturas italianas, “Dafundo” de Emmerico

Nunes, séc. XX), efectuaram-se restauros em vários elementos que decoram o jardim, através do projecto “Museu Nogueira Silva – Novos Percursos”: duas fontes e um lago de granito, sete esculturas de mármore, um piso em mosaico, sete painéis de azulejos e uma escultura de Jorge Barradas que, devido à sua frágil condição, foi deslocada para o interior do Museu.

Demonstrativo do valor de muitas das peças que se podem contemplar neste museu, está o facto de terem sido requisitadas para exposições, por instituições nacionais e internacionais: 2 Bispos Relicários, séc. XVIII, “*Vertigens do Barroco*”, Mosteiro de Tibães, 2007; 4 pinturas para a exposição “*Alegrem-se os Céus e a Terra*”, Museu da Presidência da República, 2009; 1 tapeçaria de Portalegre de autoria de Renato Torres para a exposição “*Jogo da Glória*”, aquando da inauguração do Palácio da Cidadela de Cascais, 2011-12, organizada pelo Museu da Presidência da República; a pintura “Coroação da Virgem” para a exposição “*O Corpo e a Glória*”, 2014, exposição itinerante da Direcção Regional de Cultura do Norte; placa de marfim Luso-Mongol, séc. XVI, para a exposição “*Encompassing the Globe*”, Smithsonian Institution, Washington DC., 2007, tendo esta mostra sido depois apresentada em Bruxelas e no Museu Nacional de Arte Antiga, 2009.

Os seguros do Museu e das coleções estavam calculados muito abaixo do valor comercial e, em 2015, por solicitação do serviço de Seguros da UM, foi efetuado um cálculo, baseado em preços base de objetos idênticos praticados por leiloeiras, que totalizou um valor de 6.000.000.00 €.

A colecção do museu também tem sido motivo de interesse de investigadores como aconteceu com o Doutor em Egiptologia Ronaldo Gurgel Pereira que publicou um estudo (Separata da Fórum, 2013) sobre 3 figuras egípcias, 2 estatuetas funerárias “chabtis” e um pequeno amuleto zoo antropomórfico dedicado ao deus Amon.

Nos últimos anos, foram efectuadas as seguintes incorporações no espólio do Museu: um conjunto de peças de artesanato português, arte africana, moedas romanas e pequenos achados arqueológicos, proveniente da antiga Escola do Magistério Primário de Braga; a doação de um conjunto de pinturas, desenhos, livros de artista por Maria Mendes, que têm vindo a ser entregues após a sua morte; um conjunto de desenhos de autoria de José Veiga, o espólio fotográfico

de José Cristovam Dias, um conjunto de desenhos/retratos dos funcionários do Museu, de autoria de Ricardo Dias Leite e o arquivo documental e objectos do espaço de trabalho da escritora bracarense Maria Ondina Braga, que, num protocolo assinado com a família, obriga a UM a criar condições para albergar e expor o referido espólio.

Este compromisso conduziu a um processo de candidatura ao Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN/ON.2), do projecto “Museu Nogueira da Silva – Novos Percursos”, tendo sido concretizado com o apoio da Reitoria da Universidade do Minho, em 2012. Foram feitas intervenções na recepção e na área expositiva do rés-do-chão do Museu, restauros de esculturas, fontes e painéis de azulejos no jardim, a legendagem de objectos e a criação de um espaço dedicado à escritora Maria Ondina Braga, aproveitando umas construções inactivas, para expor o material depositado pela família. O projecto de arquitectura foi da responsabilidade do Centro de Estudos da Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, dirigido pela Maria Manuel Oliveira.

Para assinalar a inauguração do espaço Maria Ondina Braga e as obras efectuadas no rés-do-chão do Museu que melhoraram o acesso ao jardim, realizou-se uma exposição/percurso sobre Jorge Barradas, artista com grande representação neste Museu; o concerto “A China fica ao lado” pelo “Expressoriente Duo”, como tributo a Maria Ondina Braga, e editaram-se os seguintes catálogos: “Jorge Barradas no Museu Nogueira da Silva” com texto de Paulo Henriques; “Um Jardim para Maria Ondina Braga no Museu Nogueira da Silva” com textos de Cândido Oliveira Martins, Luís Soares Barbosa, Virgílio Vieira, José Manuel Mendes e Ana Silva; “Memórias de Água – um percurso das fontes de Braga” de Maria Helena Trindade e material de promoção. Espera-se, em breve, poder disponibilizar a cafetaria, situada em frente ao espaço Maria Ondina Braga.

O Serviço Educativo, fundado em 1992/93, continuou o seu trabalho de mediação do público jovem, escolar ou não, com os objetos e as coleções do Museu, em diferentes contextos e variadas áreas como as artes plásticas, a música e o teatro, tentando sempre proporcionar momentos de diversão, prazer e fruição. A programação, construída ao longo do tempo, foi acrescentando actividades quer à visita orientada à exposição permanente quer à oficina de pintura: “O Retrato”, “À Procura da Bicharada”, “Uma Aventura no Jardim”, “Olhar, Ouvir e Sentir o Museu”, “Conversas com a Pintura”, “Memórias de Água, um per-

curso das fontes de Braga”, “Música em Construção”, “No meu Tempo...”, “UM no Museu”: “Encontros com Ciência” em colaboração com Departamento de Física da UM, “Outras Percepções: Percursos multi-sensoriais” para pessoas com deficiência visual e, mais recentemente, “Viagens com Ondina” onde se descobrem as colecções através dos textos da escritora bracarense. Também se realizaram festas de Aniversário no Museu.

Como habitualmente, editou-se um catálogo/desdobrável para cada uma das exposições patentes na Galeria da Universidade, desdobráveis relativos aos concertos realizados e, ainda, um catálogo em homenagem a Mário David, pela doação de um conjunto de obras ao Museu Nogueira da Silva e com o apoio dos amigos do artista; o primeiro número dos Cadernos do Museu, “Desenho e Modelo” (actas do Colóquio com o mesmo nome, realizado em Junho de 2004); uma edição limitada de um conjunto de 9 aquarelas de Maria Mendes.

Em 2014, de referir a exposição, realizada no átrio da Reitoria, Largo do Paço, sobre as colecções e a actividade do Museu, enquadrada na comemoração dos 40 anos da Universidade do Minho. Em Outubro de 2015, comemoramos a entrega do legado do Sr. António Nogueira da Silva à Universidade do Minho, com a realização da exposição “António Nogueira da Silva no 40.º aniversário do seu legado”.

Por fim, gostaria de lembrar que o trabalho que o Museu tem desenvolvido, apesar dos escassos meios financeiros, não seria possível sem o profissionalismo, a dedicação, o empenho, o tempo extra que dispensaram em muitas situações, de todos os elementos que compõem a equipa que opera nesta instituição da Universidade do Minho. Agradeço a todos pela atenção e a colaboração frutuosa que desenvolvemos ao longo destes anos.

Espero ter honrado a memória do benemérito António Nogueira da Silva, a dedicação dos meus antecessores na direcção desta instituição e o Conselho Cultural da Universidade do Minho, como uma das suas Unidades Culturais.

Trinta anos de Conselho Cultural da Universidade do Minho.

Um apontamento sobre o Museu Nogueira da Silva

Maria Helena Trindade

CONTADOR

*As gavetas guardam sedas vermelhas e amarelo de açafão
e nos gavetões maiores o que cantaram, o que desejaram:
ouro, marfim, véus, prata
secas folhas de chá, grãos de pimenta
amarelecidas cartas que falam do ocaso do sol visto da
fortaleza de Pangim.*

... Contador

*passaste pelas salas de um palácio, de alguma sacristia
ainda podes sentir aquilo que viste – abro uma gaveta,
e pela Índia que foi tua canção
desliza, manso e cuidado, desde uma gaveta cimeira do teu corpo
contador
monção que levanta nuvens, um cheiro a sândalo e a poeira
ténue da palha do arroz.*

João Miguel Fernandes Jorge

Museu das Janelas Verdes, Lisboa, Relógio D'Água (2002)

Foi também há trinta e mais alguns anos que iniciei o meu percurso profissional no Museu Nogueira da Silva – cresci com ele... Com Luís Mateus e Francisco Botelho, dei os primeiros passos no conhecimento desta casa, dos seus cantos e dos seus objetos, que cataloguei, marquei e fotografei.

Nesses anos oitenta, a criação do museu foi uma lufada de ar fresco que atingiu a cidade. As exposições temporárias, nas antigas garagens da casa Nogueira da Silva, transformadas em galeria, trouxeram a Braga artistas, cujas obras só podiam ser vistas no Porto ou em Lisboa. Criou-se a Fototeca, um dos espaços pioneiros no País para recolha e conservação da memória fotográfica. Concertos de Jazz, sessões fotográficas, tertúlias ao som do alaúde, ao sabor de tostas com manteiga e do aroma do chá, marcaram as noites de muitas pessoas nesta casa.

E prosseguimos, crescendo juntos, contactando diferentes interpretações do mundo dos artistas que por cá passaram e passam, errando e corrigindo, ouvindo as lições dos entendidos e as opiniões dos visitantes.

E continuamos a aprender com as ideias possíveis de Museu com que os diferentes diretores marcaram a sua presença, desde Luís Mateus (1977-1986) a, atualmente, Miguel Duarte (2015...), passando por Nuno Barreto (1986-1988), César Valença (1988-2002), Carolina Leite (2002-2006) e Carlos Corais (2007-2015). A riqueza da diversidade de ideias, de gostos, de interesses, das formas de ser e de dirigir, pautada por um consistente conhecimento e respeito pela cultura e principalmente pelas pessoas, colocaram o Museu no panorama dos museus nacionais, integrando a Rede Portuguesa de Museus, a partir de 2004.

E as lufadas de ar fresco sucederam-se, mais ou menos fortes, mais ou menos polémicas, mais ou menos marcantes na vida cultural da cidade, com uma programação intensa e contínua de exposições de artes plásticas, artes decorativas ou temáticas associadas; com a reformulação da exposição permanente, o estudo das coleções por César Valença e a fundamental criação de conteúdos para oferecer ao visitante; com a tomada de consciência da enorme qualidade do espólio, levando alguns objetos a importantes exposições em Lisboa, Bruxelas e Washington; com palestras, colóquios e cursos livres que completam e aprofundam o conhecimento do público sobre as questões artísticas e do património; com momentos de fruição musical em concertos de jazz, música clássica, e outros estilos, intensificados a partir da oferta anónima de um piano para o salão nobre.

A criação (1992/93) e construção do Serviço Educativo foram preciosos motores

de amadurecimento, mais uma etapa fundamental para a qualidade e reforço da relação com o público. Pensar formas de dar a conhecer as coleções, os objetos e os seus contextos às crianças e aos jovens, tem sido um desafio enriquecedor. Milhares de alunos têm passado pelo museu em atividades que lhes são dirigidas de uma forma lúdica e criativa, em pequenas viagens ao passado.

Seria redutor e maçador, neste pequeno espaço, enumerar todos os factos importantes na história deste museu, só possível num longo relatório, mas, sem desprestigiar todo o trabalho desenvolvido, não posso deixar de sublinhar a abertura da galeria de exposições temporárias; a criação da Fototeca; a peritagem dos objetos e a elaboração dos conteúdos; a criação do serviço educativo, ou eventos como: a exposição “Figurativo ou Abstracto” (1984) com a colaboração de Nuno Barreto com nomes de referência na arte do Portugal dessa época; o colóquio internacional sobre o Barroco “Struggle for Synthesis” (1996), a exposição “Convergências” (2003-2004), com obras da coleção da Fundação Luso-Americana, onde a arte contemporânea conviveu serenamente com as coleções do museu e, mais recentemente, a abertura do espaço dedicado à escritora Maria Ondina Braga (2012) após o depósito do espólio documental e de objetos da escritora, pela família.

E porque nunca estivemos sós, não podia deixar de dar um rosto e um nome aos elementos que, ao longo do tempo, ajudaram a construir o Museu: Maria Irene Carneiro; Maria Isabel Garcia; Maria de Fátima Santos; Maria Emília Marques da Silva; Afonso da Costa Ferreira; José António Ferreira; Adérito Campos; José Moreira; Francisco Botelho; António Carvalho; Sandra Vila Maior; Paula Góis Simões; Emídio Pereira; Laurentino Rego; António Ferreira; Maria Emília Ferreira; Alice Marquês Soares; António Pinheiro Braga; Carlos Alberto Pires; Norberto Paulo Quintino. Enumeradas por ordem de entrada ao serviço no museu, algumas destas pessoas estão aposentadas e outras já não se encontram entre nós, sendo a equipa, neste momento, formada por dez elementos.

E outras lufadas de ar fresco se seguirão, outros velhos sonhos para concretizar, como a cafetaria no jardim do Museu, e outras exigências se imporão a quem é guardião da cultura de todos – a conservação das coleções e dos espaços que o tempo insiste em desgastar.

Esta Unidade, com o apoio do Conselho Cultural e da Reitoria da Universidade do Minho, tem construído aos poucos a sua imagem, a sua identidade, movida por sonhos, alguns já antigos, que teimosamente se vão construindo com a dedicação de uma pequena equipa que dá o seu melhor e se orgulha de o fazer.

Um traço que fica para futuro.

Setembro, 2016.



Equipa do Museu Nogueira da Silva.

Um futuro hoje!

Miguel Bandeira Duarte



"Descanso para a fuga do Egipto", Escola Italiana, séc. XVIII (pormenor).

Decorria o ano de 2003 quando Carolina Leite, diretora do Museu Nogueira da Silva, contactou a Escola de Arquitectura da Universidade do Minho (UM) no sentido de reformular a imagem gráfica do museu, em particular o logotipo. Como designer gráfico de formação, reconhecendo como pesada a sucessão à marca de Nuno Barreto no cunho anterior, entendi tomar este desafio em mãos. A liberdade criativa que me foi dada tornou difícil a tarefa de conceção. Na época, a normalização da imagem identitária da UM, encontrando-se em

* Diretor do Museu Nogueira da Silva.

processo, ainda não era conhecida. Distanciando-me, tanto quanto possível, da pesada heráldica, propus, entre outras, a configuração que hoje se conhece. A forma que domina o logotipo foi desenvolvida segundo dois pressupostos. Em primeiro lugar o de propor uma configuração distinta direcionada para um olhar diferente, abstrata mas com substância tridimensional que entregasse materialidade, um corpo. Em segundo lugar que essa proposta fosse produzida com auxílio de um *software* que permitisse dominar uma forma complexa, jogar com a sua animação e testar com facilidade pequenas variações. Afastando-me do regime de isolamento de um elemento decorativo e marcante da arquitetura do edifício ou de uma obra em exposição, o processo de concepção da imagem partiu de um quadro que seria torcido e desviado de uma leitura elementar. Neste pressuposto criativo, a arte encontra-se quando se observam os seus objetos de maneira diferente, numa abertura perceptiva, sensível à experiência e enriquecedora para o intelecto. Desde então fui acompanhando o museu noutras realizações gráficas, querendo o destino, a anterior direção de Carlos Corais e o Conselho Cultural que me encontrasse hoje na função de diretor da unidade cultural. Recebi, 13 anos depois, o que tinha criado como uma proposta para o futuro, vivo aquilo que foi o futuro, hoje!

Trato deste assunto -do futuro- pensando que ele existe no esclarecimento da minha experiência quotidiana. Portanto, escrevo com a necessidade de conhecer a ação que, presentemente, se estende à relação com os objetos da coleção, com os funcionários do museu, com o público, com a instituição, com a programação, a investigação, a preservação e a comunicação das coleções. Desde o início da minha função como diretor que me questiono sobre a política cultural da UM, o que é a afirmação de um programa, o que pode entender-se diretamente ou nas entrelinhas de um conjunto de ações mais ou menos mediatizadas. No fundo a questão reverte para o entendimento de como me situo como indivíduo com responsabilidade direta na implementação e promoção de um desígnio cultural coletivo.

O MNS é uma unidade cultural forte, no sentido em que a presença física dos objetos que integra permite não só a contemplação como um certo entendimento de princípio e fim, uma determinação. O visitante tem a percepção de um conjunto de artefactos que enquadram a dimensão humana, tanto do Senhor

António Nogueira da Silva como, aceitando o seu extraordinário legado, da Universidade do Minho. Assim, que significado pode ter para a comunidade, não só a académica, que a UM seja proprietária deste espólio? O que significa para a UM possuir uma coleção com esta singularidade? Como, pela coleção e pelas atividades associadas, se pode inspirar o desenvolvimento cultural da comunidade, agregando a consciência de uma identidade? Estas são algumas perguntas que conduzem a uma outra mais geral sobre o valor cultural do Museu, a partir de diversos pontos de vista. Um valor que segundo o Research Center for Museums and Galleries (University of Leicester) se relaciona com o seu potencial de inspiração, identidade e aprendizagem¹.

Antes de observar algumas questões sobre o debate contemporâneo em torno do futuro dos museus, relembro a atenção que Peter Drucker dedicou ao museu de arte universitário num dos seus artigos exemplares. Em *The University Art Museum: Defining Purpose and Mission* (1977)², Drucker apresenta um caso ficcionado relacionado com o conflito entre a direção de um museu e a direção da instituição universitária que o tutela, procurando expor alguns problemas derivados da indefinição em torno da missão do museu. O caso é apresentado enfatizando duas relações distintas da instituição museológica com o seu público. Uma na qual a instituição deve voltar-se para a sua comunidade interna, servindo essencialmente um público universitário; outra que procura a mediação e a popularização das suas atividades para alcançar um público mais diversificado e externo à universidade. Uma nota interessante é o facto de, na revisão do artigo realizada em 2008³, o autor ter alterado as datas dos factos, atualizando-as, o que demonstra que a questão não é sincrónica e se mantém como uma problemática. No caso do MNS, verificando-se que maioritariamente tem vindo a servir um público externo à universidade, tal não se deve a uma política de eventos populistas. Verifica-se que o usufruto possível dos objetos do museu como material de estudo tem escapado à investigação quer dos docentes quer dos estudantes, tanto nos ciclos básicos como em estudos mais avançados. As coleções são muito pontualmente utilizadas como exemplo na caracterização das épocas históricas e da sua substância estética. A relação da comunidade académica com o museu pauta-se mais pela sua procura para a realização de eventos, bem enquadrados pela riqueza dos conteúdos das salas, do que pelo estudo dos objetos que surpreendem com regularidade os

especialistas externos. Para o reconhecimento exterior contribuem também a excelência das exposições temporárias e a programação musical regular que tornam o museu uma referência a norte na divulgação da música e da arte contemporânea. Esta relação menos forte com o público universitário não se deve a uma política que impeça ou dificulte a sua relação com o museu, mas a um seu desconhecimento voluntário pelos membros da comunidade académica. No entanto, se de alguma forma existe um desequilíbrio entre os públicos (interno/ externo) pode dever-se ainda a assuntos de execução diretiva, requerendo um melhor entendimento dos usos que hoje se fazem dos museus. Assim, e de volta à questão inicial, o futuro afirmará este interesse que é tornar-se objeto de investigação e de conhecimento relativamente à comunidade académica e à sociedade que a enquadra.

Quanto ao futuro dos museus, parece interessar à discussão pública a ideia do museu do futuro tratando-se de uma visão naturalmente mais positiva. Certo é que alguns tópicos merecem a nossa atenção, para que a noção de museu tenha futuro. Na sequência da conferência *Future of Museums*, realizada na University College London em 2014, o *Manifesto for the Future of Museums*⁴ é extremamente preciso no elenco das dificuldades que os museus hoje enfrentam, apontando algumas vias a partir das quais algumas mudanças podem ser operadas. O primeiro ponto do manifesto relaciona-se com as equipas pela necessidade de aproximar os novos talentos e a inovação, integrando-os na programação da ações. A natureza tutelar do MNS torna-o distinto da maioria dos museus públicos ou privados. Porém, é com alguma apreensão que se pondera o futuro a partir de um conjunto de funcionários com uma média etária de 52 anos, enquadrados por uma oferta fraca para melhoria de qualificações, dificuldades no seu financiamento ou na dispensa laboral para a sua frequência. No entanto, um futuro próximo está garantido por uma equipa experiente, empenhada, sensível às mudanças e aberta a novos desafios.

Estes desafios propõem também que o museu não se limite ao seu espaço físico e que se expanda não só às redes sociais, através de conteúdo virtual, como a outros espaços e vivências do quotidiano, prolongando a experiência da instituição para fora de portas. A plataforma digital deve rivalizar com a presença efetiva no espaço, no sentido de aumentar o diálogo com a coleção permanente pela riqueza e diversidade dos seus conteúdos. Nesta aposta,

através da qual se reforça a identidade e a comunicação, será possível alcançar público entre a comunidade académica, cujo desajustamento vivencial impede uma experiência mais rica na presença dos objetos. Neste contexto deve olhar-se para a informação interna de apoio ao visitante, aumentando a qualidade e melhorando a acessibilidade aos conteúdos. Apesar da recente aposta em tecnologia de comunicação, para acompanhar os visitantes, não é invulgar que estes se detenham em visitas mais prolongadas, em conversa com o assistente da visita. O diálogo que se estabelece contribui para o aumento dos níveis de interação e de qualidade da experiência, demonstrando que a presença das tecnologias não dispensa a relação mais calorosa com o assistente. Neste sentido, deve retomar-se o estudo das coleções, tornar públicos os seus resultados e integrar os seus conteúdos nas visitas, propondo outros ritmos ou modos de sentir o museu. Será de esperar que este conjunto de boas práticas venha a facilitar a angariação de fundos que permitam o financiamento de estudos, a realização de eventos e a conservação dos objetos da coleção. Que o conhecimento sobre a dimensão filantrópica e mecenática de A. Nogueira da Silva possa constituir uma inspiração.

Devo evidenciar que algumas notas sobre práticas que diretores, curadores, artistas, funcionários e visitantes apontam sobre o museu do e no futuro, são observáveis hoje no MNS através de práticas diligentes na direção e gestão do espaço e pelo apoio da reitoria e da administração da UM. Destaco a abertura aos artistas para, em exposições temporárias, realizarem um diálogo com a exposição permanente, através de mostras que implicam uma reorganização dos percursos expositivos e, naturalmente, a criação de novas experiências no mesmo espaço. Saliento a possibilidade de se realizarem de residências artísticas que permitem um contacto mais direto do artista, tanto com a equipa do museu como com os visitantes. Ainda, a criação de conteúdos como entrevistas e experiências educativas específicas que valorizam a expressão artística e a sua fruição. Um destaque também para a abertura a curadorias externas, para a colaboração próxima com museus, associações e entidades de gestão cultural municipais.

A pequena dimensão do MNS, também uma das solicitações para o futuro face ao crescente de *starchitecture museums*, é fundamental para a capacidade

de adaptação a necessidades que a pressão social cultural vem exigindo aos espaços desta natureza. É necessário que o museu possa ser usufruído com naturalidade, com o mínimo de constrangimentos, de modo a representar um lugar onde se adquirem experiências intensas. Os próximos anos devem trazer ao visitante novas visões sobre o acervo, tanto do legado, como dos depósitos na fototeca, sobre a obra de Mário David, de Maria Ondina Braga ou de Maria Esmeralda Mendes. Será importante que a unidade cultural seja considerada como um centro que apoia uma comunidade criativa, um parceiro na concepção e na facilitação do desenvolvimento de projetos criativos, envolvendo a comunidade e diminuindo o isolamento social. Procurar, na essência, criar experiências de identidade que se cruzem com o sentido de lugar cultural.

Notas

¹ RCMG – Inspiration, Identity, Learning: The Value of Museums. University of Leicester, 2004 [<https://www2.le.ac.uk/departments/museumstudies/rcmg/projects/inspiration-identity-learning-1>].

² DRUCKER, Peter F. – Management Cases. London: Heinemann. 1977.

³ DRUCKER, Peter F. – Management Cases, Revised edition. HarperBusiness, 2008.

⁴ SOUHAMI, Rachel (ed.) – Manifesto for the Future of Museums [<http://www.museumsshowoff.org>].

A Unidade de Arqueologia e a consolidação do Projecto de Salvamento e Estudo de *Bracara Augusta**

Francisco Sande Lemos

No contexto da intervenção do I Governo Constitucional (1976) presidido por Mário Soares, além de uma série de outras medidas, foi criado o Campo Arqueológico de Braga e cometida à Universidade do Minho a função de dirigir o Salvamento de *Bracara Augusta*, uma das grandes urbes da *Hispania*.

Para o efeito a Comissão Instaladora da UM instituiu a Unidade de Arqueologia, directamente sob tutela do Reitor e que numa fase inicial era formada por dois arqueólogos, Francisco Alves e Francisco Sande Lemos aos quais mais tarde se juntou Manuela Delgado, especialista em ceramologia.

Em 1980, no quadro de uma vasta reorganização nacional da área do Património Cultural, Francisco Alves foi convidado para Director do Museu Nacional de Arqueologia e do recém-criado Departamento de Arqueologia do IPPC.

Deste modo ficou a gerir a UAUM o autor deste texto, coadjuvado pela Manuela Delgado.

* Normalmente, qualquer texto, mesmo um depoimento como este baseia-se em referências que deveriam ser citadas, tal como num artigo científico. Porém dada a natureza destes parágrafos, preferi não as colocar a fim de não cortar a leitura.

O período entre 1976 e 1980 pode ser considerado como uma fase de impacto, em que as equipas de Arqueologia suscitavam a oposição dos promotores imobiliários e a desconfiança na maioria da comunidade.

O apoio da Universidade e do poder central, foi decisivo para sustentar as forças que tentaram destruir, logo nos seus primórdios, o projecto.



Manuela Delgado no Laboratório improvisado da cozinha do Palácio dos Biscainhos a estudar fragmentos de cerâmica importada (*terra sigillata*) provenientes das escavações do Alto da Cividade. Em 1980.

Na década de 80 as intervenções, fossem na área central do Campo Arqueológico, no Alto da Cividade, ou noutros locais do centro histórico da cidade, passaram a ser encaradas com normalidade. Estes foram os anos de consolidação da Unidade e do projecto de *Bracara Augusta*.

Inserem-se nesta segunda fase, as amplas escavações no conjunto termal do Alto da Cividade, as primeiras sondagens na área hoje designada como Domus ou Insula das Carvalheiras, bem como o estudo das necrópoles, para além de outras intervenções espalhadas pela vasta área da cidade.

Coincide com este período a mudança das instalações da UAUM da Cozinha e do Pombal do Palácio dos Biscaínhos para um dos prédios da Avenida Central, o n.º 39, legados por Nogueira da Silva à Universidade.

Será também nestes anos oitenta que se projecta a construção do Museu de D. Diogo de Sousa e que se estabelece em Braga o Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte, representando a tutela (IPPC) e dirigido em acumulação de funções por Francisco Sande Lemos (sem remuneração adicional). O pessoal do Campo Arqueológico de Braga é integrado no Museu, embora ainda sem sede própria. Como se pode imaginar foi uma época de grande dinamismo, em múltiplas frentes, desde à escavação à burocracia. Braga era o centro da actividade arqueológica do Norte. Enquanto a UAUM e o Museu incidiam o seu labor do estudo e salvamento de *Bracara Augusta*, o Serviço Regional tinha uma ampla jurisdição: todo o território a Norte do rio Douro. De qualquer modo nem o Museu nem o Serviço, poderiam ter funcionado sem o apoio da Universidade.

Em 1987 concluiu a sua tese de Doutoramento, Maria Manuela dos Reis Martins, cujo tema foi o estudo dos castros da bacia intermédia do rio Cávado. O trabalho, de grande fôlego e inovador, teve relevantes repercussões de ordem científica, tanto em Portugal como na Galiza. Seria, pois, normal que a supracitada arqueóloga prosseguisse a sua carreira no estudo da Proto-História do Noroeste da Península Ibérica. Todavia, decidiu reorientar a sua investigação para *Bracara Augusta*, passando a direcção deste projecto a integrar três arqueólogos.

Por outro lado, era intenção de Francisco Sande Lemos realizar o doutoramento, pelo que solicitou para o efeito o beneplácito da Reitoria. Tendo escolhido como tema a Romanização de Trás-os-Montes Oriental, o que implicava deslocações sucessivas ao Nordeste, era-lhe impossível continuar como Presidente da Unidade. Assim foi nomeada em 1987 para o substituir a Doutora Manuela Martins, cargo que ainda mantém, sempre com o apoio expresso dos seus colegas arqueólogos, assumindo também, desde essa data a direcção do Projecto de Estudo e Salvamento de *Bracara Augusta*.

A circunstância da Unidade de Arqueologia ter ficado na dependência directa da Reitoria e mais tarde integrar o Conselho Cultural foi decisiva para o êxito, reconhecido tanto em Portugal como em Espanha, do Projecto de *Bracara Augusta* bem como de outros que dinamizou. Na verdade, o carácter urgente da maioria das intervenções, não se compadece (e assim continua), com os trâmites habituais nos Institutos ou Escolas.

Por outro lado, favoreceu um melhor relacionamento com a comunidade, designadamente através da Imprensa. Após a extinção da Comissão Instaladora da UM e do início do processo institucional de gestão da Universidade, a criação do Conselho Cultural, em 1986, embora esboçado, desde o início da década, foi essencial para se manter a autonomia e dinâmica da UAUM.

O Conselho Cultural, presidido até à sua morte pelo saudoso Professor Lúcio Craveiro da Silva sempre foi uma entidade em que os assuntos eram debatidos com vivacidade, lucidez, e decididos de modo consensual. Muitas vezes a palavra sábia do Presidente era o caminho que se abria para a solução mais eficaz de um tema pendente. Por outro lado, Lúcio Craveiro da Silva quando entendia que um assunto relativo às unidades culturais ou específico de uma delas demorava na Reitoria, intervinha pessoalmente agilizando o processo.

Por decisão do Presidente do CC, a Unidade de Arqueologia estava representada por dois elementos, a Presidente e eu próprio. De modo que tive oportunidade de assistir, ao longo de várias décadas, a quase todas as reuniões do Conselho Cultural que Lúcio Craveiro da Silva convocava regularmente ou a título excepcional sempre que necessário. Dado que as estratégias da UAUM eram partilhadas muitas vezes apenas eu estava sempre (ou quase) presente,

permitindo assim que a Presidente da Unidade, pudesse dispor de todo o tempo que era escasso para o ensino e para organizar as monografias dos trabalhos efectuados em *Bracara Augusta*.

Não é figura de estilo afirmar que o Conselho Cultural da UM foi um pilar sem o qual o estudo da urbe romana poderia ter sofrido as mais graves atribulações. Garantiu estabilidade o presidente do CC e que tinha acompanhado sempre o processo, primeiro como elemento da Comissão Instaladora, depois como Vice-Reitor com a tutela das unidades culturais, mais tarde como Reitor estava bem informado e era frontal na sua defesa, no seio da Universidade e fora. Todavia devemos reconhecer que a força do Conselho Cultural não decorria somente do carisma do seu Presidente. De facto, abrangia um conjunto de unidades com objectivos muito distintos, mas ao contrário do que se possa imaginar, tal diversidade constitua por si mesmo uma mais valia, como ora se diz. Por outro foram instituídas quase todas no mesmo contexto temporal, o que assegurava um traço de união. Educação de Adultos, Centros de Estudos Lusíadas, Museu Nogueira da Silva, Biblioteca Pública e Arquivo. Numa fase ulterior a Casa Sarmento. Como se deduz da própria enumeração, perseguiram objectivos distintos, mas ligava-as um modo específico de produção cultural, não apenas no contexto da Universidade como também na ligação à comunidade.

Normalmente, para além dos problemas específicos de cada unidade e que mereciam sempre uma análise detalhada se fosse o caso, discutiam-se temas de ordem global, relacionados com a cultura e a cidade, aprofundavam-se questões como a da Educação de Adultos, um óbice com o qual a sociedade portuguesa ainda se defronta, o Livro e a Biblioteca como bases estruturais de um país.

Não era, pois, pelo menos enquanto eu participei no CC, somente uma entidade administrativa e de planeamento, mas também de reflexão. Bem como a plataforma de iniciativas conjuntas, como por exemplo a divulgação regular dos resultados dos trabalhos arqueológicos em conferências promovidas pela Biblioteca Pública no Museu Nogueira da Silva, abertas ao público de Braga, pelo menos aos interessados. Deste modo, numa época em que as redes sociais não existiam estabeleceu-se um laço de confiança entre a Arqueologia e a cidade que deste modo acompanhava os progressos dos estudos.

Muitas vezes, em Portugal, para se conhecer e avaliar a relevância destas entidades, é necessário consultar directamente as actas das reuniões, como por exemplo no caso da Arqueologia Portuguesa, as do Conselho Consultivo do IPPC, uma instância decisiva na renovação daquela área do conhecimento no nosso país.

Desde que foi criado, em 1986, o Conselho Cultural da Universidade do Minho lançou a revista *Forum*, que já ultrapassou mais 50 números. Assim os investigadores podem por um lado aceder a inúmeros artigos de grande relevância científica, como também, recolher informação acerca da história de projectos como o de *Bracara Augusta*, sobre as colecções do Museu Nogueira da Silva ou sobre a Educação de Adultos, a par de outros textos sobre assuntos relacionados com a História das Ideias. Por outro lado, a *Forum* contém sempre uma secção com notícias e imagens das iniciativas das diversas unidades ou de origem exterior, mas patrocinadas pelo Conselho Cultural.

Ao folhear os números mais antigos da revista, deparo com fotografias de algumas das conferências que proferi no Museu Nogueira da Silva e verifico com um laivo de amargura o passar dos anos e o envelhecimento. Mas, também me congratulo por ter participado nessa (a)ventura que tem sido o Conselho Cultural e que ficou registada de modo indelével dentro de mim.

Como gostava de afirmar o Professor Lúcio Craveiro da Silva a criação do Conselho Cultural foi original no quadro do formato da Academia Portuguesa e tem proporcionado resultados excepcionais que mesmo nos idos de 80 do século passado não se imaginavam.

Lisboa, 5 de Outubro de 2016.

Reflexões sobre a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM): passado, presente e futuro

Manuela Martins

A Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM) foi criada em 1977, em cumprimento do disposto no Decreto-Lei 640/76, de 30 de Julho, na sequência da atribuição à Universidade do Minho da direção científica do 'Projeto de Salvamento de Bracara Augusta', iniciado em 1976, o qual pode legitimamente ser considerado como o primeiro projeto de Arqueologia Urbana criado em Portugal. Dotada de um quadro científico e técnico e de infraestruturas capazes de dar resposta às necessidades da atividade arqueológica, a UAUM foi configurada, dentro da estrutura orgânica da Universidade, como Unidade Cultural, integrando, por isso, o Conselho Cultural da Universidade do Minho.

Os termos do articulado do Decreto-Lei 640/76, que criou também o Campo Arqueológico de Braga e definiu uma zona arqueológica de proteção, com fortes condicionantes de construção, que esteve em vigor até 1980, conferiram a Braga um notável protagonismo na Arqueologia nacional e mesmo ibérica, uma vez que determinaram a constituição, na Universidade do Minho, de uma equipa técnica e científica de arqueologia, com capacidade para intervir na área urbana, mas que rapidamente se transformou, também, numa equipa de

intervenção territorial. Estas duas vertentes de atuação, que persistem até hoje, consolidaram a UAUM como uma instituição de serviço público na área da Arqueologia e do Património, com uma forte vertente de investigação, que foi alargando os horizontes cronológicos e geográficos, tendo sido capaz de desenvolver novos modos de pensar e fazer arqueologia, acompanhando de perto os progressos da disciplina em termos internacionais.

Por isso, a UAUM tem procurado desenvolver permanentemente novas metodologias de trabalho, no âmbito do registo, interpretação, gestão e divulgação do património arqueológico, apostando nas novas tecnologias e promovendo o seu estudo e valorização, não só como fator de desenvolvimento económico, mas, também, como poderoso elemento identitário, capaz de contribuir para a coesão social e para um melhor ordenamento do território.

O estudo e a valorização dos valores patrimoniais definem o caminho trilhado pela UAUM nos seus 40 anos de existência e dão expressão ao seu compromisso social, que se esboça nos princípios da sua missão. Um compromisso com os património arqueológico, com a ética profissional e com as comunidades, que se traduz em cerca de 300 intervenções arqueológicas realizadas na cidade de Braga e em vários locais do país, que permitiram a criação de um imenso património de novos sítios descobertos e estudados, que a UAUM procurou transformar em recursos económicos e sociais e que permitiram gerar um não menos significativo património de documentação que esta unidade procura gerir, salvaguardar e disponibilizar ao público. Foram ainda essas intervenções, que possibilitaram um assinalável conhecimento sobre sítios, paisagens e monumentos, que revolucionaram a perceção sobre a evolução morfológica da cidade de Braga e sobre as paisagens e marcadores arquitetónicos.

Ao longo das décadas da sua existência a UAUM consolidou uma forma particular de agir, orientada internamente pelo trabalho de equipa, pela aposta permanente na inovação, pela realização de investigação aplicada, pela formação contínua e pela criação de emprego para os mais jovens, integrando-os nos projetos que desenvolve, contribuindo, desse modo, para a sua formação pós-graduada. Mas, o compromisso social da UAUM formaliza-se igualmente através da cooperação com várias instituições públicas e privadas, da internacionalização, da transferência de conhecimento e da valorização e divulgação do património.

Esses compromissos consolidaram a matriz de funcionamento desta unidade e afirmaram a sua vocação de serviço público, que se concretiza na prática da prestação de serviços à comunidade, que financia a maior parte dos trabalhos que realiza e contribui para reforçar o seu impacto na sociedade. Assim, pode afirmar-se que a prestação de serviços especializados na área de Arqueologia e do Património constitui o ADN da missão da UAUM, que se foi afirmando através de uma prática e de um discurso inovadores, que enquadram a investigação das paisagens e dos seus marcadores culturais, desde a Pré-História à atualidade, permitindo a transferência do conhecimento e o seu investimento em benefício das comunidades e regiões. Foi também essa prática que norteou a filosofia dos projetos de ensino graduado e pós graduado em Arqueologia que foram implementados na Universidade do Minho, desde inícios da década de 90 do século passado, no quadro do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais, aos quais a UAUM presta um indiscutível apoio, tendo emprestado o seu vasto *know how* na sua formalização.

Constituindo um laboratório natural de recursos, saberes e de experiências, quase sempre pioneiros, a UAUM aposta permanentemente na modernização dos meios e dos instrumentos de gestão e difusão do conhecimento e do património arqueológico, tendo inovado na aplicação das novas tecnologias de informação à arqueologia e na criação de novas formas de representação gráfica do conhecimento, bem expressas em vários centros de interpretação que tem ajudado a criar em diferentes locais do território. Por outro lado, a integração em várias redes europeias, no âmbito da investigação, da formação avançada e da promoção do património, permitiram à UAUM divulgar internacionalmente os resultados dos seus trabalhos. Sublinha-se, a este propósito, que todos os trabalhos desenvolvidos pela UAUM contemplam sempre a vertente de estudo (porque toda a atividade arqueológica é sempre uma atividade de investigação), de transferência de conhecimento (porque este pode ser sempre gerador de mais valias) e de formação avançada (porque a UAUM integra sempre nos seus projetos estudantes de pós-graduação). A interação destas três vertentes permitiu afirmar um modo muito particular de perspetivar a atividade arqueológica a nível nacional e internacional, quer em termos académicos, quer sociais e culturais, facto que justifica as crescentes solicitações de que a UAUM tem sido objeto ao longo dos anos.

A missão da UAUM, formalizada recentemente e devidamente enquadrada na missão da Universidade do Minho, constitui o resultado prático de décadas de atividade, de experiência e de acumulação e modernização de saberes e saberes-fazer. Neste sentido, a UAUM tem por missão o avanço dos conhecimentos sobre o passado das sociedades e dos territórios, a valorização do património arqueológico e histórico, a transferência do conhecimento, o apoio ao ensino em Arqueologia da UMinho e a inovação e renovação de metodologias de registo, gestão, visualização e difusão no âmbito da atividade arqueológica. Para o efeito, a UAUM desenvolve, para além do seu projeto institucional, ligado ao salvamento e estudo da cidade de Braga, uma intensa atividade de prestação de serviços à comunidade, através de projetos de estudo e valorização do património arqueológico em diferentes contextos regionais e sempre por solicitação expressa de instituições públicas ou privadas.

Em resultado da sua própria evolução a UAUM consolidou seis áreas de intervenção estratégica, que resultaram da sua praxis ao longo de quatro décadas, mas também das apostas que foi realizando em temáticas fundamentais e complementares da atividade arqueológica, que se situam no interface com a sociedade. São elas a **arqueologia urbana**, que esteve na **génese da sua criação**, articulada com o 'Projeto de Salvamento de Bracara Augusta', a arqueologia da paisagem e do povoamento, decorrente da sua precoce intervenção no território, a arqueologia da arquitetura, em que foi pioneira em Portugal, a arqueologia dos materiais e tecnologias, as novas tecnologias de informação aplicadas à arqueologia, em que apostou desde os inícios da década de 90 do século passado e a valorização e divulgação do Património, intimamente relacionada com a transferência de conhecimento e a promoção do desenvolvimento regional. É essa perspetiva que preside à generalidade dos projetos da UAUM que, suportados por parcerias institucionais, associam a produção de conhecimento, a identificação do potencial de valorização dos recursos patrimoniais, a elaboração de propostas de atuação para a sua conservação e fruição pública, o desenvolvimento de conteúdos expositivos, a produção de publicações especializadas e generalistas e a definição de estratégias de gestão a longo prazo. Também nesta área de atuação domina uma perspetiva integrada e multidisciplinar, visando afirmar o contributo da Arqueologia para a concretização daquele que é um dos objetivos prioritários dos sistemas políticos em todo o mundo: o desenvolvimento sustentável.

Assim, podemos afirmar que grande parte da atividade da UAUM se situa no domínio da arqueologia pública, conceito que se afirmou na última década em vários países e que corresponde a uma prática de investigação orientada para o desenvolvimento das comunidades, potenciando a produção de conhecimento que possa ser aplicado. Este novo modo de pensar e fazer arqueologia potenciou uma importante vertente de inovação metodológica, que procura responder aos desafios que se colocam à atividade arqueológica e à sua relação com a sociedade, com destaque para o uso sofisticado de meios não intrusivos de identificação e registo de estruturas soterradas e para a transmissão dos novos conhecimentos obtidos nos projetos desenvolvidos, os quais revertem igualmente para os projetos de ensino de Arqueologia desenvolvidos na UMinho. Na prática, a UAUM constitui-se como um verdadeiro laboratório de recursos humanos e de infraestruturas para os alunos dos diferentes ciclos de estudo de Arqueologia, que realizam estágios e se integram nalguns dos projetos desenvolvidos pela UAUM, tendo assim oportunidade de se formarem num ambiente profissional. É justamente esse ambiente profissional que norteia toda a atividade da UAUM, que assegura a sua alargada cooperação com numerosos municípios nacionais, que constituem os principais solicitadores dos seus serviços especializados.

Fazendo justiça ao seu historial, bem como ao seu capital de experiência, a UAUM projeta o seu futuro em formato de desafios. Um deles relaciona-se com a investigação, que constitui a base da atuação da unidade em todos os projetos que realiza, privilegiando os três contextos em que a unidade melhor sabe intervir: as cidades, o território e as arquiteturas.

No âmbito da intervenção nas cidades perspetiva-se que a UAUM possa vir a contribuir ativamente, no âmbito das suas competências, para a reabilitação e regeneração urbana, uma vez que esta carece de um saber informado sobre a história dos sítios e dos edificados. Por sua vez, ambiciona-se que a intervenção no território possa contribuir de forma decisiva para o ordenamento do território e das paisagens, o qual carece também de informação consistente relativa aos seus recursos patrimoniais, bem como à sua génese e evolução, que só a arqueologia pode ajudar a criar. Finalmente, no âmbito das arquiteturas é entendimento da UAUM que estas podem e devem ser valorizadas como poderosos marcadores das paisagens e lugares, sendo indispensável a

intervenção da arqueologia da arquitetura, para contar a história dos edifícios, a sua evolução e transformação, abordagem prévia a qualquer trabalho de adequação e valorização dos edificados históricos.

Através da atuação nos contextos referidos a UAUM pode continuar a contribuir para o desenvolvimento, através da transferência do conhecimento que retroalimenta a investigação, porque esta é naturalmente dinâmica, desenvolvendo-se a partir da criação de novas necessidades. Neste contexto, a UAUM pretende continuar a agir na área da inovação técnica e metodológica, sendo possível identificar três âmbitos privilegiados de atuação. Um deles relaciona-se com a digitalização de arquivos e da documentação arqueológica, processo já iniciado, em 2010, com a edição dos relatórios das intervenções arqueológicas realizadas pela UAUM, integralmente disponibilizados *online*, pretende-se levar a cabo a criação de arquivos digitais de metadados dos registos das escavações que permitirá prescindir, no futuro, da utilização dos mesmos nos seus suportes físicos, facilitando a sua adequada preservação. Um outro âmbito situa-se ao nível da deteção e registo dos sítios arqueológicos, dando continuidade à estratégia de adoção de métodos não intrusivos que possam reduzir os custos da atividade arqueológica tradicional, ainda muito centrada na escavação. O uso da teledeteção, da tecnologia lidar, do georadar oferecem-se como algumas das tecnologias em que a UAUM pretende apostar, dando expressão às diretrizes das Cartas e Convenções internacionais sobre a atuação no património arqueológico. Finalmente, o terceiro âmbito de atuação relaciona-se com a divulgação do património arqueológico, através da produção de conteúdos que usem as novas tecnologias de comunicação e novos suportes, dispositivos e aplicações que facilitem a difusão generalizada do conhecimento e da informação junto do grande público.

Conselho Cultural (1986-2016): realizações, incertezas, potencialidades

Licínio C. Lima*

Comemorar três décadas de existência de uma estrutura universitária inovadora no panorama nacional, especialmente no contexto de uma Universidade que foi criada em 1973, faz todo o sentido. Mesmo quando essa especificidade não possa, em rigor, ser já considerada “uma tradição”, como se pode ler no Preâmbulo dos Estatutos da Universidade do Minho, aprovados em 2008, nem um órgão já inscrito no campo institucional que releva da longa duração.

No presente, marcado pelo signo do “nada de longo prazo”, pouco existe de seguro e certo nas universidades, especialmente no que se refere à sua vocação cultural. Lembre-se apenas, e a título de exemplo, que com mais de trinta anos de distintos serviços prestados e de provas dadas em termos nacionais e internacionais, a Unidade de Educação de Adultos (projeto iniciado em 1976), foi recentemente extinta. Os tempos nunca foram fáceis para as Unidades Culturais e hoje são particularmente difíceis, já não apenas em termos de

* Instituto de Educação da Universidade do Minho. Dirigente da Unidade de Educação de Adultos entre 1984 e 2004, vice-presidente do Conselho Cultural entre 1986 e 2002.

recursos, mas também em termos de legitimidade e centralidade no interior de um modelo institucional de universidade que, à escala mundial, tem sido orientado segundo as lógicas da performatividade, do gerencialismo, da ciência competitiva, do vocacionalismo.

A sinalização das realizações notáveis das últimas três décadas, tal como das potencialidades ainda por explorar, seja quanto a um maior protagonismo das Unidades Culturais, seja quanto ao papel do Conselho Cultural, não só não é incompatível com a reflexão crítica em torno das incertezas com que se debatem no presente, como se revela incontornável face ao seu desenvolvimento futuro e à sua capacidade de irradiação por toda a instituição.

Relendo a breve nota de apresentação do Conselho Cultural que publiquei em 1987, em editorial ao segundo número da Revista *Forum*, a solicitação do seu Presidente, o Prof. Lúcio Craveiro da Silva, e apenas um ano após a sua criação a título experimental pelo então Reitor, Prof. Sérgio Machado dos Santos, mantenho o registo otimista que aquele texto, implicitamente, deixa perceber e que o transcurso do tempo confirmou em variadas dimensões.

A coordenação das unidades culturais e as iniciativas de cooperação que puderam ser iniciadas no contexto da Comissão Permanente do Conselho, a expressiva participação da comunidade no seu Plenário, a autonomia praticada em diversas áreas e, significativamente, na distribuição da verbas do orçamento que, a partir de um certo momento, passou a ser globalmente atribuído ao Conselho Cultural, a capacidade de reivindicação, bem justificada e estrategicamente preparada, de verbas, meios e pessoal – quase sempre escassos –, através da ação simultaneamente serena e assertiva do Prof. Lúcio Craveiro, empenhando no Conselho o seu enorme prestígio, foram elementos cruciais para a afirmação desse novo órgão e para a sua consagração estatutária em 1989. A criação da Revista *Forum*, um projeto que os presidentes das Unidades Culturais debatiam desde meados da década de 1980, ainda antes da criação do Conselho Cultural, revelou-se outra iniciativa emblemática, particularmente devedora da ação militante de Henrique Barreto Nunes e, hoje, uma realização de manifesto fulgor editorial e afirmação cultural multifacetada, tendo mesmo, em certas áreas, publicado alguns dos mais prestigiados autores nacionais e estrangeiros, estes últimos, frequentemente, pela primeira vez em língua

portuguesa. Do “Prémio Vítor Sá de História Contemporânea”, passando pela promoção de colóquios e exposições, até ao mais recente “Festival de Outono”, muitos têm sido os sinais de dinamismo e afirmação do Conselho Cultural ao longo dos últimos anos.

Mas, apesar das articulações de há muito ensaiadas entre o Conselho Cultural e as Unidades Culturais, por um lado, e, por outro, as demais estruturas da Universidade, designadamente Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação e, no seu interior, Departamentos e Centros de Investigação, continua por cumprir o objetivo anunciado de concepção e execução de uma política cultural da Universidade, capaz de atravessar as suas estruturas, projetos e ações.

Não se trata de menosprezar o que tem sido feito em cumprimento da missão e dos objetivos da Universidade do Minho, segundo os seus Estatutos de 2008, promovendo a formação cultural e “actividades que possibilitem o acesso e a fruição de bens culturais por todas as pessoas e grupos, internos e externos à universidade”, o intercâmbio cultural, a “interacção com a sociedade, através de contribuições para a compreensão pública da cultura [...]” (art. 2.º). Nem é o caso de ignorar a definição da sua “autonomia cultural”, que a responsabiliza por “definir livremente as suas políticas, programas e iniciativas culturais” e por “promover a democratização do acesso aos bens culturais” (art. 8.º). Mas trata-se de, com rigor, questionar até que ponto a Universidade do Minho poderá fazer mais, implicando e responsabilizando o Conselho Cultural e as suas Unidades, justificando substantivamente o destaque que nos seus estatutos atribui ao Conselho (Subsecção II), não apenas no seu papel de órgão de consulta do Reitor, mas também do Conselho Geral, para questões de “política cultural da Universidade” (art. 59.º).

A situação é, de facto, contraditória, mas talvez só na aparência. Por um lado foi, e continua a ser, muito aquilo que o Conselho e as Unidades alcançaram e realizam, sobretudo quando conhecemos as suas limitações, alguns períodos de crise e de incompreensão quanto à sua natureza distinta e às suas especificidades, a sua condição periférica no interior da Universidade perante o protagonismo crescente, e por vezes algo insular, da investigação e das suas novas regras, tal como da educação universitária, projeto que certamente compreende os cursos e o ensino, mas que em muito os transcende. A vida nos *campi*, as

sociabilidades no interior da Universidade, a socialização dos estudantes, o designio, tão repetido quanto difícil de alcançar, de uma “educação integral”, no contexto de uma “Universidade completa”, que adota necessariamente um conceito amplo de cultura mas que, ao mesmo tempo, lhe exige coerência, encontro e vivência em conjunto, diálogo e sentido crítico, tem sido de difícil concretização e não surge, de resto, como prioridade assumida por largos setores da vida universitária. Mesmo quando, no limite, a educação universitária é um fenómeno cultural complexo e multidimensional que exige a compreensão do carácter imanente do cultural nas políticas e práticas de educação e, especialmente, sempre que não ignora que o fim último da educação universitária, tal como da produção de conhecimento, é a compreensão de nós, dos outros e do mundo em que nos inserimos, ou seja, uma contribuição indispensável ao processo de transformação social e de humanização dos seres humanos.

Hoje, estou certo de que algumas das afirmações anteriores não deixarão de suscitar críticas e reparos, porventura rejeições, por parte de quem critica as disciplinas improdutivas, a falta de “relevância” de certas áreas, a fraca “atratividade” dos projetos e dos financiamentos, as resistências interpostas contra a comercialização dos saberes e a “indústria cultural”, a incapacidade de adaptação funcional aos quesitos dos clientes, a ausência de espírito empreendedor no seio da academia, entre outras expressões do utilitarismo e do neotecnicismo que impregnou as universidades e muitos universitários. Posições que poderão ser um excelente objeto de debate, desde logo político e cultural, se o diálogo, a crítica, o confronto de posições, ainda estiverem inscritos no âmago da cultura académica e esta, entretanto, não se tiver alienado sob um “operacionalismo” triunfante, no contexto daquilo a que alguns já chamaram a “universidade em ruínas”, ou o “pesadelo de Humboldt”.

Em qualquer dos casos, a melhoria das condições de instalação e funcionamento de algumas Unidades Culturais, as iniciativas de revalorização do património da Universidade, bem como alguns dos projetos que se encontram institucionalmente aprovados para os próximos anos, representam sinais de esperança e podem contribuir para uma efetiva realização do elevado potencial que o Conselho e as Unidades continuam a evidenciar. Desde que a academia compreenda e valorize a riqueza cultural e patrimonial que detém e que produz, em muitos casos surpreendente para uma Universidade ainda jovem (basta

lembrar, a título de exemplo, o Arquivo Distrital e a Biblioteca Pública, invejáveis recursos que, hoje, não estão ao alcance de qualquer esforço financeiro, mesmo que assinalável) e que assuma sem tibiezas as suas indeclináveis obrigações de afirmação de uma vocação cultural crítica e cosmopolita, orientada para o bem comum, a diversidade e o pluralismo. Recusando, por isso, concepções estreitas e funcionais de cultura, com estatuto de apêndice ou adereço relativamente àquilo que, com frequência, é considerado nuclear nas universidades do tempo presente.

Não basta, conseqüentemente, afirmar que as universidades são instituições culturais, de liberdade, criatividade e pensamento crítico. Em primeiro lugar porque não está garantido que assim continuem no futuro, perante sinais evidentes de crise no presente, de riscos de instrumentalização e de subordinação a agendas tecnocráticas e a interesses mercantilistas; em segundo lugar porque é no fazer universitário quotidiano, em todas as suas áreas e dimensões, sem exceção – do seu governo e organização, à investigação, ao ensino e à interação com a sociedade –, que as universidades se afirmam como construções socioculturais e optam por referenciais axiológicos e ético-políticos que, em grande medida, as definirão culturalmente. Definição mais dependente das ações concretas, das suas prioridades e das suas ausências, do que dos grandes enunciados relativos à sua missão e aos seus objetivos formais.

FORUM

DOCUMENTAÇÃO & VÁRIA





Prémio Victor de Sá de História Contemporânea – 24.^a edição Henrique Barreto Nunes

Foram 12 os trabalhos concorrentes à 24.^a edição do PVSHC, correspondente ao ano de 2015, iniciativa do Conselho Cultural da Universidade do Minho que tem por base uma doação feita em 1991 pelo Professor Victor de Sá àquela universidade.

O júri, constituído pelos doutores José Viriato Capela, António Ventura e Irene Vaquinhas, professores respectivamente das Universidades do Minho, Lisboa e Coimbra, decidiu atribuir o prémio ao trabalho de Duarte Manuel Roque de Freitas, intitulado *Memorial de um complexo arquitetónico enquanto espaço museológico: Museu Machado de Castro (1911-1965)*, “atendendo ao carácter inédito do tema e ao tratamento aprofundado e sistemático que o transforma em trabalho de referência sobre a matéria”.

Foi ainda atribuída uma menção honrosa, tendo em atenção a “originalidade da temática, qualidade do texto e profundidade da investigação”, a Francisco M. S. M. Malta Romeiras, pelo seu trabalho sobre *Ciência, prestígio e devoção: os Jesuítas e a ciência em Portugal (séculos XIX e XX)*.

A sessão de entrega do Prémio teve lugar no Salão Nobre da Universidade do Minho, em 15 Dez. 2015, em cerimónia presidida pelo seu vice-reitor Professor Rui Vieira de Castro. No uso da palavra a presidente do Conselho Cultural Professora Maria Eduarda Keating acentuou o facto de que este prémio “é a

principal distinção nacional para os estudiosos da nossa história contemporânea”, tendo a ele já concorrido mais de 240 trabalhos desde a sua criação, na maior parte resultantes de teses de mestrado e doutoramento produzidas nas mais importantes universidades portuguesas.

O presidente do júri, professor J. V. Capela, que analisou as obras concorrentes e justificou a atribuição do prémio a uma tese de doutoramento em História (especialidade de Museologia e Património Cultural) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (“uma obra que servirá de roteiro para o estudo de outros museus que na altura se criaram em Portugal”), bem como a atribuição da menção honrosa, realçou que “estamos perante mais dois relevantes trabalhos para a construção da história recente do nosso país”. E acrescentou que o PVAHC tem reunido o melhor da historiografia portuguesa contemporânea, destacando que dos 12 trabalhos apresentados neste ano, sete eram teses de doutoramento e cinco de mestrado, incidindo sobre a república, o Estado Novo e o 25 de Abril, ou ainda sobre a organização científica do trabalho, o movimento operário ou o patronato portuense.

Como é habitual nestas cerimónias, o doutor Duarte Freitas, vencedor do prémio, fez uma breve apresentação do seu trabalho, que é reproduzida nas páginas que se seguem.



Mesa que presidiu à cerimónia do Prémio com o Prof. José Viriato Capela no uso da palavra.

Memorial de um complexo arquitetónico enquanto espaço museológico: Museu Machado de Castro (1911-1965)* Duarte Manuel Freitas



Gostaríamos, em primeiro lugar, de agradecer aos membros do júri a atribuição do prémio Victor Sá de História Contemporânea, sendo esta uma distinção que muito nos honra. A investigação que submetemos a concurso resulta de uma tese de doutoramento em História (regime pré-Bolonha), na especialidade de Museologia e Património Cultural, apresentada à Universidade de Coimbra no dia 20 de maio de 2015. Foram nossas orientadoras a Doutora Irene Vaquinhas e a Doutora Regina Anacleto, às quais enviamos o nosso preito de gratidão, pela disponibilidade e o pelo incentivo que nos deram para levar o plano avante, bem como pela sua leitura crítica e atenta dos textos que, aos poucos, fomos produzindo.

* Intervenção na cerimónia de entrega do Prémio Victor Sá de História Contemporânea, 15 de dezembro 2015. Texto de apresentação da obra premiada.

Podemos situar a génese do trabalho de investigação, alvo desta tão nobre distinção, há precisamente dez anos. Entre os meses de setembro e dezembro de 2005 frequentámos um estágio no Museu Nacional de Machado de Castro (MNMC), inserido no âmbito do protocolo de colaboração entre este e a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com o objetivo de proporcionar aos alunos do III curso de Mestrado de Museologia e Património Cultural um complemento à formação teórica prestada naquele estabelecimento de ensino. À época, o espaço museológico encontrava-se encerrado ao público, num breve compasso de espera para o início das, tão desejadas, obras de beneficiação e ampliação do edifício. Foi pela mão de Pedro Redol (então diretor do museu) que ficámos a conhecer algumas das suas especificidades arquitetónicas que nos fizeram recordar a alegoria literária da mítica cidade de *Fedora*, a “metrópole de pedra cinzenta”, saída da imaginação do escritor Italo Calvino – presente no romance *Cidades Invisíveis* –, sobretudo na descrição do seu museu instalado no “palácio das esferas”. Nas paredes do congénere conimbricense – assente no mundo real, não ficcionado – vislumbram-se reminiscências dos rostos que a cidade tomou ao longo de dois milénios, desde o período do domínio romano sobre a *civitas aeminiensis* até às alterações mais próximas no tempo, já enquanto espaço museológico.

Perante a oportunidade de avançar para a elaboração de uma tese de doutoramento, o MNMC foi o objeto de estudo apetecido e efetivamente escolhido, partindo-se de um plano inicial que procurou percorrer a sua história a partir do momento fundador. Em termos pragmáticos, preferiu-se uma divisão por assuntos do que propriamente alicerçada na pura lógica cronológica, almejando compreender, em capítulos distintos, a progressão efetiva das conceções museológicas (idealizadas pelos diferentes responsáveis da instituição), do contexto arquitetónico (assente nas obras de adaptação e de beneficiação, intervenções de restauro e a descoberta de preexistências), do primado da peça (pelo estudo das coleções e as opções museográficas, em contexto de exposição permanente ou temporária) e, por fim, da interação do museu com o meio (nas componentes do foro educativo, passando pelos fenómenos de associação em torno do museu).

Os obstáculos, desde cedo, se ergueram por sustentar um programa demasiado ambicioso – que se estenderia não em uma mas em, pelo menos, quatro teses de doutoramento – e nunca fez tanto sentido a sentença, à maneira proverbial, “Os deuses são avaros e castigam sem piedade os pecados da *hybris* [...]”, escrita pelo académico José Ribeiro Ferreira, aquando de um labor do mesmo âmbito.

Decidimos fixar-nos somente nos aspetos arquitetónicos do objeto de estudo, sendo este um caso peculiar no panorama museológico nacional. Podemos mesmo asseverar que, em Portugal, nenhuma instituição da mesma índole se instalou numa estrutura espacial em que se encontram presentes várias componentes arquitetónicas que foram classificadas com o estatuto de Monumento Nacional, ainda que somente o antigo paço dos bispos de Coimbra tenha sido erguido na área atual. As restantes, edificadas originalmente noutros pontos da cidade, são fruto de integrações no edifício do museu, que partiram de decisões concretas, fundamentadas na sua preservação e salvaguarda.

Estabelecemos, desde logo, como objetivo principal, conhecer as transformações ocorridas no complexo arquitetónico que atualmente sustenta o MNMC, durante o período temporal que medeia o seu nascimento (1911) até à elevação ao estatuto de museu nacional (1965). A análise das várias fontes coligidas (escritas e icononímicas) permitiu:

- apresentar as diferentes conceções museológicas dos diretores do museu. Foram eles António Augusto Gonçalves, Vergílio Correia e Luís Reis Santos;
- identificar as premissas basilares da adaptação de um antigo paço episcopal a espaço museológico;
- compreender os ditames do processo de anexação do paço episcopal da igreja de São João de Almedina;
- destacar o surgimento e a integração no discurso expositivo de preexistências da *civitas aeminiensis* e dos tempos medievos;
- discriminar os procedimentos de incorporação, no edifício do museu, de elementos arquitetónicos provindos de outras edificações da cidade de Coimbra;

- enaltecer a posição do espaço museológico no âmbito do plano de obras da cidade universitária, posto em prática a partir da década de 1940;
- especificar os diferentes momentos de demolição, reparação, adição e restauro aplicados ao edifício;
- evidenciar o almejado equilíbrio da dualidade museu/monumento, procurado a partir da década de 1950.

As conclusões a que chegámos levam-nos a enaltecer a relevância do objeto de estudo no panorama museológico português por se constituir, em mais do que qualquer outro exemplo, numa verdadeira sobreposição de diferentes memórias edificadas ao longo de dois mil anos de história, cuja existência nos dias de hoje em tudo se deve à atenção e sensibilidade de vários intervenientes e às consequentes medidas então tomadas durante o período cronológico estudado.

No que concerne às fontes utilizadas, destaca-se, num primeiro plano, o acervo documental do próprio espaço museológico e o vasto arquivo da antiga DGEMN, sito no Forte de Sacavém, abrindo-se igualmente o espaço à análise de outros fundos quando muitas das informações obtidas se revelavam insuficientes. Remetemos para os anexos, coligidos no segundo volume, um manancial significativo de fontes, em particular as icononímicas de diferentes tipologias, no qual se inclui uma filmagem registada no ano de 1931.

Um dos aspetos essenciais que procuramos incutir na presente investigação refletiu-se no “tomar o pulso” da opinião pública sobre os mais variados temas respeitantes ao museu, em particular as diferentes intervenções efetuadas no edifício, não olvidando a participação ativa, no panorama do jornalismo conimbricense, dos dois primeiros diretores do museu (António Augusto Gonçalves e Vergílio Correia) enquanto cronistas eminentes. Os jornais portugueses dos finais de Oitocentos e de meados da centúria seguinte – até à institucionalização da censura prévia durante o Estado Novo – constituíam-se em verdadeiras praças públicas onde se discutiram os mais variados assuntos do foro político e cultural e as posições antagónicas se digladiavam de modo acérrimo, apresentando-se como fontes essenciais para a apreensão do conhecimento histórico do referido período, por vezes mais “sumarentas” quando comparadas com a esterilidade de alguns dos documentos oficiais de âmbito administrativo.

Debrucemo-nos, por ora, na atualidade. O recente projeto de requalificação do MNMC tornou-o rejuvenescido sem, com isso, perder a especificidade histórica da sua estrutura que contém a maior concentração de monumentos nacionais agregados a um só edifício. Arquétipo de memória por excelência, a referida instituição preserva as características arquitetónicas de um espaço eminentemente sensorial, onde o novo e o antigo se fundem numa espécie de jogo de espelhos que refletem as atenções do presente e as formas que a cidade de Coimbra tomou em tempos pretéritos.

Finalmente, termino com duas notas pessoais que gostaria de partilhar convosco. Em primeiro lugar, dedico esta investigação à memória da minha avó paterna Adelaide Gonçalves (bordadeira) e do meu avô materno António Pereira Roque (pescador), ambos naturais de Câmara de Lobos (ilha da Madeira). Em segundo lugar, ao receber o presente prémio, recordamos os dias de maior frustração a que este trabalho muitas vezes nos levou. Chegámos mesmo a pensar em abdicar desta empreitada, o que, em boa hora, não fizemos e procurámos prosseguir o sonho de incidir o nosso labor sobre os estudos históricos. Vem-nos à memória um pequeno poema de Sophia de Mello Breyner Andersen que nos ajudou a desbloquear os vários impasses e tormentas por que fomos passando:

Apesar das ruínas e da morte,
Onde sempre acabou cada ilusão,
A força dos meus sonhos é tão forte,
Que de tudo renasce a exaltação
E nunca as minhas mãos ficam vazias.

Obrigado, mais uma vez, a todos. Estou imensamente grato pelo vosso reconhecimento, através deste prémio tão significativo para a História Portuguesa, que faz com que as minhas mãos nunca fiquem vazias.



O vencedor do Prémio na edição 2015, Doutor Duarte Freitas, com a Presidente do Conselho Cultural e o Presidente do júri do Prémio.